

MONOPÓLIOS E POLÍTICA ANTIMONOPOLISTA NO PORTUGAL DE HOJE

CARLOS PIMENTA

problemas **soluções**

limiar

021270

MONOPÓLIOS E POLÍTICA ANTIMONOPOLISTA NO PORTUGAL DE HOJE

Colecção PROBLEMAS/SOLUÇÕES

Publicados:

1. MONOPÓLIOS E POLÍTICA ANTIMONOPOLISTA
NO PORTUGAL DE HOJE
Carlos Pimenta
2. A REPRESSÃO FASCISTA EM ESPANHA
Organização e Tradução de Egito Gonçalves e Luiz Francisco Rebello

MONOPÓLIOS E POLÍTICA ANTIMONOPOLISTA NO PORTUGAL DE HOJE

CARLOS PIMENTA



*A todos que pela sua luta em
regime fascista tornaram possível
o 25 de Abril.*

*A todos que efectivamente lutam
pela consolidação e aprofunda-
mento da Revolução Democrá-
tica em Portugal.*

À minha companheira.

PREFÁCIO

É motivo de sincera satisfação podermos chamar a atenção para este estudo.

Várias razões o explicam.

Bastaria registar a extrema escassez de estudos económicos, tanto teóricos como aplicados aos sistemas vivos que nos envolvem e de que participamos — antes de mais nada a própria economia portuguesa — bastaria isso, para guiados por uma preocupação de nível científico, aplaudirmos a iniciativa do autor. É que efectivamente no nosso país dispomos dum número de economistas realizadores de trabalhos de investigação que quase se poderia contar pelos dedos duma mão. É certo que esta situação oferece perspectivas de modificação graças ao novo condicionalismo político e intelectual que se abre entre nós. A própria exacerbação das agudas condições no interior do sistema económico que rege o nosso país permitiu já que se tivesse modificado nos últimos anos a enorme inópcia para que já em 1966 chamavamos a atenção num encontro promovido a título particular por um grupo de estudantes da Faculdade de Economia do Porto.

Porém os trabalhadores teóricos que neste momento dão a sua contribuição no domínio da interpretação da economia portuguesa, suas forças reguladoras e estrangulantes, com todo cortejo dos imensos problemas que enfrentamos encontra-se ainda aquém das nossas necessidades prementes. Com isto não queremos certamente absolutizar ou entronizar a importância dos estudos teóricos e mesmo dos estudos voltados para uma interpretação científica da realidade económico-social dos nossos dias. Realmente sabemos que estes trabalhadores intelectuais — como os outros aliás — podem e devem intervir a vários níveis além desse a que chamaremos o da produção científica; basta recordar a prática de participação na administração, planificação e outras actividades do sector público, a gestão e direcção no sector privado e, muito especialmente, a participação nas organizações sindicais e outras ao serviço das classes trabalhadoras.

Porém isto não exclui evidentemente que nessa ampla frente se erga também, como um dos pontos de apoio indispensáveis, a construção e interpretação teóricas, tanto na sua expressão abstracta geral como na sua aplicação à vida económica portuguesa e mundial.

Neste plano, o trabalho que deve responsabilizar os economistas apresenta uma projecção multiplice. Antes de mais nada constitui a chave para a leitura da realidade e portanto para uma intervenção prática que não seja cega, caindo num empirismo espontaneista que só pode ser negativo. Depois, porque é um dos pontos fundamentais do contra-ataque às concepções anti-científicas que a ideologia burguesa segrega através das suas instituições e meios de comunicação. Não se trata somente do sistema académico tradicional que de resto também cumpre um papel social activo, particularmente nos nossos dias quando se agudiza a crise geral do capitalismo e quando o povo português se encontra empenhado numa luta histórica na qual cada vez com mais nitidez se polariza e se condensa o lugar decisivo da economia. O trabalho teórico-económico não pode ainda ser menosprezado tendo em conta aspectos particulares da nossa época; um deles manifesta-se na ideologia tecnocrática cujas linhas de força centrais têm em vista recuperar tanto os quadros técnicos como a própria consciência alienada de certas camadas de trabalhadores para a identificação entre a eficiência técnica e os interesses do grande capital. Se é certo que os progressos na grande batalha que as classes trabalhadoras portuguesas travam hoje contra as estruturas capitalistas-monopolistas vão estilizando as expressões da ideologia burguesa, não podemos também ter dúvidas de que enquanto existirem as suas bases materiais de carácter económico-social esse veneno, que penetra pelos interstícios da consciência de classe das forças trabalhadoras e populares, continuará a exercer o seu papel dissolvente.

É neste quadro muito geral que importa sublinhar o conjunto de estudos agora publicados. Aliás o autor não se esquece de abrir o trabalho chamando precisamente a atenção para a importância dos assuntos económicos, destacando a particular responsabilidade que nessa missão cabe aos economistas marxistas como parte da vanguarda revolucionária da sociedade portuguesa. Para além da consciência política actuante, dado fundamental que por certo transpira destes textos, o autor, combinando na esfera da sua acção como economista a docência do ensino superior com a investigação teórica, prática aquilo que deverá constituir a dupla articulação duma mesma actividade; é que efectivamente não é possível reduzir a actividade no ensino superior à mera transmissão de conhecimentos, mesmo que essa transmissão se efectue de acordo com as

exigências duma formação científica actualizada e com perspectivas pedagógicas correctas envolvendo não só sadias relações humanas como ainda um espírito crítico aberto.

Se a isto acrescentarmos que todos estes trabalhos se debruçam sobre problemas ligados a tarefas duma importância decisiva para todos nós no momento que passa, teremos chamado a atenção para a arma de esclarecimento que eles constituem.

Bastará sublinhar que se analisam questões essenciais da economia portuguesa e das opções inelutáveis que hoje se põem, nesta encruzilhada na qual hesitações, recuos ou paragens põem em perigo mortal todas as conquistas logradas luta após luta pelos trabalhadores e pelo conjunto das forças progressistas portuguesas desde o «25 de Abril» dinamizadas pelo motor que é a sua aliança com o Movimento das Forças Armadas.

Que dizer, na verdade, do estudo em que se caracterizam os monopólios, as suas leis genéticas e determinações sobre o sistema económico no seu conjunto ou grandes questões que hoje enfrentamos, desde as implicações da descolonização, do papel da banca comercial de que decorre a necessidade objectiva cada vez mais instantânea da sua nacionalização ao serviço dos trabalhadores e das demais camadas progressistas, essencialmente a pequena burguesia e diversos extractos da média até tantas outras, das quais importa destacar pelo menos o exame crítico do «Programa de Política Económica e Social»? Que dizer senão que importa alargar e multiplicar instrumentos como este, tanto mais importantes quanto é certo que o dinamismo da revolução portuguesa tende a intensificar-se sendo por isso indispensável uma firme e cada vez mais esclarecida orientação teórica, indispensável à eliminação de erros graves na nossa tarefa histórica colectiva?

Porto, 13 de Março de 1975

ARMANDO CASTRO

INTRODUÇÃO

«A teoria económica é uma das grandes partes que constituem o marxismo-leninismo. Põe a claro a acção das leis económicas objectivas, cujo conhecimento correcto é necessário para o êxito dos partidos comunistas e operários no seu trabalho prático e ajuda os trabalhadores dos países capitalistas a elaborar uma táctica justa na sua luta de classes contra a burguesia. Nos países socialistas, os partidos marxistas-leninistas apoiam-se nas leis descobertas pela economia política para dirigirem a vida económica dos seus países e encaminharem o seu desenvolvimento para o comunismo» (1).

NINGUÉM PODE SER ALHEIO AOS ASSUNTOS ECONÓMICOS

1. *Em regime democrático, e por força de razão em transição para o socialismo e neste, as massas populares devem estar a par dos problemas económicos e sociais que se colocam no mundo e no seu país.*

Este dever não é uma mera obrigação moral, um imperativo de consciência. É uma necessidade imperiosa: só dessa forma é possível avançar no caminho da democracia.

Nenhum objectivo político é conquistado por acaso. As massas populares só verão consignadas na política do país os seus mais profundos anseios se se organizarem, se lutarem, se reforçarem a sua unidade.

Organizarem-se significa agregarem-se em partidos políticos defensores dos seus interesses de classe e particulares, participarem activamente na vida dos sindicatos, integrarem-se noutros organismos democráticos, formar comissões representativas sempre e onde haja que lutar, quer seja na freguesia, quer seja na empresa ou em qualquer outro local.

Lutarem significa definirem objectivos atendendo à correlação de forças, mobilizar esforços e canalizá-los para os objectivos centrais. Significa mostrar perante as mais amplas massas a justeza desses objectivos e ganhá-las para a sua conquista

Reforçarem a unidade significa congregarem todas as forças na luta pelos objectivos centrais, mostrarem firmeza de princípios e maleabilidade de actuação, combater firmemente todas as forças que se lhes opõem, quer o façam frontalmente, quer o busquem indirectamente pela divisão das massas e classes em luta.

Tudo isto exige conhecimento da realidade, opções claras.

Nada pode ser deixado ao acaso, nem podem ser os outros a resolverem por nós.

2. *No período crucial que o país atravessa estas necessidades tomam particular acuidade.*

A situação política actual apresenta uma característica importante: pontos de ruptura entre os poderes económico e político — de que um dos principais é o PCP estar no Governo Provisório — e uma crescente tomada de consciência popular e do MFA da importância de uma política antimonopolista profunda e sistemática. Tal traz para um primeiríssimo plano as questões económicas.

A compreensão dos fenómenos económicos faz com que sejamos ganhos com maior segurança para a ideia de que é possível construir um novo Portugal, permite termos a dimensão mais exacta de qual o inimigo principal e como combatê-lo.

A política económica antimonopolista tem hoje uma relevância particular porque os seus objectivos económicos são viáveis e os únicos que solucionam os grandes problemas nacionais, não só económicos mas também sociais e políticos.

3. Armar as classes trabalhadoras da compreensão dos problemas económicos do nosso país é também permitir-lhes ripostar toda uma ideologia e argumentação que, encapotada de profundamente técnica, mais não faz do que apresentar as questões do ponto de vista da classe capitalista, dos grandes grupos monopolistas.

E esta é uma realidade com que os trabalhadores se defrontam quotidianamente, nas empresas, nos meios de informação, nos debates nacionais.

4. Se é verdade que durante longos anos as massas populares estiveram afastados do ensino, da instrução e que muito tempo perdido há a recuperar, também o é que falar em levar à compreensão dos trabalhadores as questões económicas não é demagogia.

Diversas iniciativas levadas a cabo nos últimos tempos pelo Partido Comunista Português, nomeadamente as Conferências de Camponeses e Trabalhadores de Empresas em Dificuldades Económicas, mostraram a sensibilidade e capacidade das classes trabalhadoras de analisarem as situações económica-sociais, mostrarem as suas causas, procurarem soluções imediatas, a médio e a longo prazo, concordantes com a correlação de forças. Esses debates criadores permitiram compreender muito melhor a realidade económica e as perspectivas que se abrem.

Mais, nessas reuniões foram apresentadas soluções novas e válidas, foram propostas medidas que para os sectores e o país são um passo em frente muito maior que muitos estudos de «eminentes economistas» em gabinetes que, infelizmente, ainda cheiram muito a burocracia.

E no fundo a razão é simples: os operários e trabalhadores abordam os problemas do ponto de vista da sua classe e esta é a mais revolucionária. As soluções que interessam à classe operária interessam, no essencial, a todas as classes antimonopolistas, interessam ao país.

RESPONSABILIDADE DOS ECONOMISTAS MARXISTAS

5. Evidentemente que em todo este processo também cabe um importante papel aos economistas, mais precisamente aos economistas marxistas, únicos que podem abordar os problemas económicos na óptica da classe operária, única científica:

«É possível uma Economia política objectiva, imparcial, que não tema a verdade? Sem dúvida que o é. Mas esta Economia política só pode ser a da classe que não está interessada em dissimular as contradições e os pontos fracos do capitalismo, que não tem o menor interesse na manutenção do regime capitalista, a classe cujos interesses se confundem com o objectivo de libertar a sociedade da escravidão capitalista e se identificam com os interesses do desenvolvimento progressivo da humanidade. Esta classe é a classe operária. Não há, portanto, outra economia política objectiva senão a que se apoia nos interesses da classe operária. E esta é a Economia política do marxismo-leninismo» (2).

Esta uma responsabilidade a que nenhum economista marxista se pode furtar.

6. Esta dinâmica entre a movimentação de massas e a actividade dos intelectuais, nomeadamente dos economistas, a relação entre as massas operárias e trabalhadoras e a sua vanguarda, o Partido Comunista é manifestado magistralmente na seguinte passagem dum economista francês:

"Estas (...) tarefas (de luta democrática e revolucionária-NT) não podem ser conduzidas com sucesso sem a intervenção decisiva das massas e a adesão activa da maioria do nosso povo. Também estas análises (económicas-NT) e a sua aplicação não constituem somente um trabalho de especialistas. Devem-se desenvolver num movimento de vai-vem: entre a experiência viva das massas e a análise teórica da prática. Neste movimento todos os militantes comunistas, o nosso Partido, como experimentador e teorizador colectivo, ocupa um lugar de grande responsabilidade, como vanguarda (...)» (3).

**QUESTÕES GERAIS E ACTUAIS DE ECONOMIA E DE
POLÍTICA**

Os monopólios são hoje uma actualidade premente e muito o mais o são no nosso país em que eles, com os latifundiários, impuseram durante meio século uma ditadura terrorista a todo o povo, às massas trabalhadoras.

Não esquecer, nem durante um segundo, o que eles representam no Portugal actual é condição indispensável para avançarmos com confiança.

O QUE SÃO OS MONOPÓLIOS?

1. Cada vez mais se fala em monopólios, em grupos monopolistas, em sociedades multinacionais. Isso não sucede por mera fantasia, como alguns seriam atreitos a propagandear.

Esta situação de facto resulta da conjugação de dois factos contraditórios do processo social:

— as grandes empresas agrícolas, industriais, comerciais e bancárias aumentam a sua importância na vida económica nacional e internacional;

— as massas populares tomam, em crescendo, consciência de que os seus interesses são contraditórios aos dos monopólios e que para resolvê-los é necessária a liquidação daqueles.

Esta evolução dos dois pólos de uma luta social não é linear:

a) A importância crescente dos monopólios corresponde à invasão de todos os sectores e domínios da vida económica de todos os países capitalistas, acompanhada de uma concentração e centralização crescente dos grupos monopolistas, de um mais estreito entrelaçamento da sua recíproca propriedade, o que não anula nem atenua as guerras económicas entre grupos e metrópoles imperialistas. Fruto das contradições do capitalismo, os monopólios agravam essas mesmas contradições.

b) A maior consciência das massas exprime-se por factores altamente positivos: aumento da influência do campo socialista, intensificação dos movimentos de libertação e de luta contra o neocolonialismo, crescente acção organizada das massas operárias. Tem-se traduzido em progressos bastante significativos da luta revolucionária. Mas, simultaneamente, provoca a reacção política terrorista dos grupos monopolistas e centros

da reacção internacional, o que faz com que cada vez mais o fascismo seja um perigo real, que só a luta abnegada das forças democráticas pode impedir, colocando-se na ofensiva.

A relevância do assunto é bastante grande e cabe-nos aqui dar algumas achegas singelas, sem preocupações históricas nem teóricas. Pretendem apenas ilustrar como a influência dos monopólios é efectivamente enorme.

2. Podemos dizer que um monopólio capitalista é uma união ou agrupamento de capitalistas que concentram nas suas mãos uma grande parte da produção e da venda de mercadorias com o fim de assegurar elevados lucros monopolistas.

(Os economistas burgueses utilizam, muitas vezes, uma terminologia, baseada no mercado e domínio deste, que procura encobrir a natureza do poder que os monopólios representam, que se estende a todos os campos de actividade, com primasia da produção).

Nos sectores em que se implantam, os monopólios concentram um grande domínio, impõem técnicas de produção, métodos de trabalho, preços baixos de matérias-primas e auxiliares, impõem os preços das mercadorias produzidas, dominam e influenciam decisivamente o mercado de mão-de-obra, concentram grandes capacidades de financiamento, exploram todas as redes comerciais, impõem gostos aos consumidores, lançam catadupas de propaganda sobre a mentalidade destes. Dominam mercados nacionais e internacionais, impõem a ruína da pequena e média empresa, estabelecem acordos de partilha do mundo. Influenciam decisivamente a política de Estado das metrópoles a que pertencem, transformam estes em intermediários da sua política de dominação. Subsidiem centros de investigação tecnológica, pagam a polícias, dão fortunas para centros de guerra psicológica contra o socialismo. Impõem emigração, desemprego, criação de moeda e inflação.

Fazem tudo isto e muito mais e apenas ao serviço dos interesses dos capitalistas que dominam estes grandes monstros internacionais, de que uma orla de média burguesia, funcionários, tecnocratas e intelectuais vendidos não deixa de se aproveitar.

3. Os monopólios são um resultado das contradições do próprio capitalismo, exprimem contraditoriamente as suas tendências objectivas de desenvolvimento das forças produtivas, socialização e internacionalização da produção e das relações económicas.

São a expressão da negação da liberdade que apologeticamente era defendida pelos políticos e teóricos burgueses. A livre concorrência gerou a concorrência monopolista que representa prosperidade para uma minoria cada vez menor e ruína para os restantes.

Este processo estende-se a outros campos e hoje os monopólios influenciam também política, social e ideologicamente. O Estado em Capitalismo Monopolista é o seu Estado que tem, nomeadamente, que intervir mais e mais na vida económica, dando lugar ao aparecimento do capitalismo monopolista de Estado.

4. Mas para que tudo isto seja possível, é necessário que os monopólios tenham, efectivamente, força para engenho de tanta monta. Vejamos este aspecto.

Começemos por apresentar uma visão global do mundo capitalista. Vejamos, em primeiro lugar, as chamadas empresas multinacionais, isto é, empresas cuja actividade ultrapassa o quadro nacional que constitui a sua base — propriedade real e controle efectivo —, o que não constitui um aspecto novo mas que nos últimos anos apresenta ritmo rápido de desenvolvimento, aumentando a sua dimensão.

Pela sua própria natureza as sociedades multinacionais têm possibilidade de planificar a sua produção na base mundial, aproveitar as diferenças dum país para outro nas modalidades de seguros de exportação, estabelecer a regularização da produção para fazer face às flutuações da procura mundial, evitar medidas de nacionalização dispersando a produção e subprodução por diversos países. Procuram minimizar a quantidade de impostos que pagam através do mundo fazendo aparecer os lucros nos países onde as taxas são mais baixas, usufruir as matérias-primas de todo o mundo, capitalista, assim como todos os mercados de capitais.

Produzem mercadorias, exportam-nas com capitais. Promovem todos os jogos ilícitos que sejam necessários para maximizar os lucros.

E, em todo este processo, contam com o apoio do Estado capitalista:

«O Estado monopolista deve assumir até ao fim o seu papel de apoio do capital monopolista. Não somente servindo de instrumento à penetração dos grupos no estrangeiro, mas também participando directamente nas estratégias de penetração dos capitais estrangeiros na economia nacional». (4)

Riquezas de um país, condições de vida dos povos, liberdade e democracia, preços e nível de vida, situação das gerações futuras, etc. são dados secundários para esses monstros tentaculares, que só interessam na medida que maximizem ou não os lucros.

5. A veracidade destes factos só será provada se se mostrar que as empresas monopolistas têm efectivamente força para actuarem como atrás se indica.

Dar uma visão global articulada da economia mundial é tarefa árdua e que ultrapassa o âmbito deste estudo. Vamos apenas apresentar alguns flashes de carácter internacional:

(A) Os volumes de venda em 1970 da General Motors era superior ao Produto Nacional da Suíça, o da Ford Motors ao da Jugoslávia, o da Royal Dutch Shell ao da Filândia, o da General Electric ao do Chile, o da Mobil Oil ao da Colômbia, o da Texaco ao do Peru, o da Western Electric ao de Cuba, o da Gulf Oil ao da Argélia, o da Dupont ao de Marrocos, o da Hitachi ao da Líbia.

(B) Em 1968 o Produto Nacional bruto de todo o mundo não-socialista era de cerca de 1800 biliões de dólares, segundo os dados da Câmara Internacional de Comércio de Nova Iorque. Só a produção das firmas multinacionais americanas no estrangeiro elevava-se a 200 biliões de dólares, isto é, uma nona parte do fabuloso número atrás referido. A produção das firmas estrangeiras nos Estados Unidos elevava-se a 90 biliões de dólares e a restante produção no estrangeiro a 130 biliões.

No conjunto, a produção das multinacionais no estrangeiro representava 23% do Produto Nacional Bruto do mundo não-socialista.

(C) «O desenvolvimento das sociedades instaladas nos E. U. A. durante os dez últimos anos foi considerável. Nos Estados Unidos 70% da produção é dominada pelas sociedades multinacionais. Alguns números da importância dos montantes dispendidos por estas sociedades no desenvolvimento de fábricas no estrangeiro: em 1965 7 400 milhões de dólares,... em 1970 13 000 milhões de dólares». (5)

(D) «Os recursos dos estabelecimentos de crédito dos Estados Unidos passaram de 19 biliões de dólares em 1900 para 200 biliões em 1939 e 560 biliões em 1952, isto é, aumentou 29 vezes». (6)

Estes e muitos outros dados mostram a dominação crescente da oligarquia financeira.

E, a propósito, alguns dados do número de filiais de bancos americanos no estrangeiro para os anos de 1918 a 1969: em 1918 havia 61 filiais que se repartiam principalmente pela América Latina (31) e Europa (26); em 1969 o seu número era de 460 em que a América Latina continuava a manter a triste hegemonia (235), seguindo-se-lhe a Europa, que viu o seu número aumentar de 4 vezes.

(E) Este crescendo de importância dos bancos americanos na Europa não é por acaso. Enquanto em 1950 os investimentos directos dos EUA na Europa capitalista representavam 14,7% do total dos investimentos directos ianques (11788 milhões de dólares), em 1970 montava a 31,3% num total de 78090 milhões de dólares.

«As razões desta orientação de capitais mais para os países capitalistas desenvolvidos que para os países subdesenvolvidos, são as seguintes:

- 1) o risco político de nacionalização é menor;
- 2) tem a vantagem de poder empregar métodos modernos, científicos, técnicos e de gestão e de encontrar os homens capazes de os pôr em prática;
- 3) as relações políticas e económicas com os governos destes países permitem um maior controlo do mercado de capitais e dos circuitos financeiros». (7)

(F) «Nenhuma indústria se pode comparar à do petróleo pela concentração do capital e da produção. Em 1971 as sete companhias aderentes ao cartel petrolífero (5 americanas, uma britânica e uma anglo-holandesa) forneciam 1 296 000 000 toneladas, ou seja 63% de todo o petróleo extraído. O poder económico destes monopólios privados ultrapassa o da maior parte dos países produtores». (8)

(G) Analisemos o quadro seguinte:

1972		milhares de dólares						
	Vol. bruto de vendas	(a)	Capitais próprios	(b)	Lucros líquidos	(c)	Invest. produtivos	(d)
5 primeiras emp. euro.	42 501 844	4,9	19 389 965	2,6	1 471 912	0,2	2 327 056	1,3
10 » » »	65 620 264	7,6	27 885 670	3,8	4 427 134	0,6	4 480 258	2,8
50 » » »	175 960 700	20,4	69 326 040	9,4	6 412 282	0,9	14 247 682	8,2
100 » » »	245 394 338	28,5	92 223 995	12,5	8 112 941	1,1	19 061 450	11,0
250 » » »	329 968 093	38,3	120 275 948	16,4	10 656 101	1,4	24 445 328	14,1
500 » » »	391 584 382	45,4	140 719 476	19,1	12 300 481	1,7	28 646 778	16,5

(a) Número de vezes que o dado anterior é superior ao Produto Nacional Bruto a preços do mercado de Portugal; (b) e (c) número de vezes que o dado anterior é superior ao Rendimento Nacional Português; (d) número de vezes que o dado anterior é superior à Formação Bruta de Capital Fixo de toda a economia portuguesa.

Os números indicados expressam bem o poderio dos monopólios e a comparação que se estabelece com os dados do conjunto da economia portuguesa ilustra melhor a ideia.

As cinco primeiras empresas da Europa têm um volume de vendas de 4,9 vezes a produção nacional portuguesa e um investimento produtivo de 1,3 vezes superiores à formação de capital constante fixo em todo o Portugal. Entre elas há empresas que actuam no nosso país tais como a Schell (1.^a), Philips (2.^a), British Petroleum (5.^a).

Os dados seguintes continuam a ser igualmente bastante significativos mas, na medida em que sua leitura é semelhante à que fizemos no parágrafo anterior escusamo-nos de explicar mais. Os dados falam por si.

Apenas, a título de exemplo, outras empresas incluídas naqueles dados e que actuam em Portugal: Siemens (7.^a), ICI (10.^a), Nestlé (12.^a), Hoecht (14.^a), Bayer (15.^a), Fiat (16.^a), AEG-Telefunken (22.^a), Compagnie Française de Petroles (26.^a), Saint Gobain Pont - a - Moussier (30.^a), Citroen (45.^a), etc.

Ainda mais elucidativos do que estes dados em que a Grã-Bretanha tem a supremacia (167,5), seguida da RFA (102,5), são os referentes às principais empresas americanas, que ocupam o primeiro lugar no mundo capitalista:

1968/70		bilhões de libras				
	Total vendas	(a)	Capitais próprios	(b)	Lucros líquidos	(c)
Primeira empresa americana	9,5	2,6	4,5	1,4	0,724	0,2
5 primeiras empresas americ.	28,5	7,7	15,2	4,8	1,791	0,6
10 » » »	40,8	11,0	27,6	8,6	3,051	1,0
20 » » »	54,9	14,8	38,7	12,1	3,881	1,2

(a), (b) e (c) com o mesmo significado do quadro anterior (1972).

Quer dizer, só uma empresa, a General Motors que também actua em Portugal, tem um volume de vendas 2,6 vezes maior num ano que toda a produção nacional portuguesa três anos mais tarde.

Entre as vinte principais empresas americanas diversas actuam em Portugal tais como, para além da General Motors, a Esso (2.^a) Ford (3.^a), Chrysler (5.^a), ITT (13.^a), Westinghouse (16.^a).

5. Existem diversos livros onde se foca a importância dos monopólios, mais precisamente dos grupos monopolistas, na

economia portuguesa (9) pelo que não vamos aqui transcrevê-los.

Além disso este assunto vai sendo mais ou menos desenvolvido ao longo dos diversos temas abordados no livro, pelo que neste momento apenas se darão algumas pinceladas que despertem o leitor para a importância do problema. Tenha-se sempre presente o muito significado dos dados anteriores que se referem a empresas estrangeiras que também actuam no nosso país (não se interprete como lista exaustiva) e, em quase todos os casos, em sectores importantes. (10)

(A) Tomada uma amostra de empresas (11) principalmente dos sectores de gás, electricidade, indústrias extractivas e transformadoras, constituída apenas por 45 empresas, o seu «volume total de vendas» é superior a 15,5% do Produto Nacional Bruto português segundo os dados oficiais, enquanto o «capital, reservas e provisões» e os «lucros líquidos» representam, respectivamente, 19,4% e 1% do Rendimento Nacional português (dados oficiais).

Note-se que em fins de 1972, ano para que foi considerado a amostra, havia em Portugal 41648 sociedades (o que exclui empresas em nome individual) pelo que a amostra representa 0,1% das sociedades.

Mas estas empresas não actuam isoladamente. As empresas da amostra que se encontram integradas num dos principais grupos monopolistas (CUF, Champalimaud, Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Fonseca e Burnay, Banco Português do Atlântico, Borges e Irmão e BNU — então ainda banco privado) são em número de 23 (50%) e têm 68,3% do volume total de vendas; 75,3% do capital próprio e 84,3% dos lucros.

Dentro desta sobramostra o grupo CUF, principal grupo monopolista em Portugal, ocupa respectivamente 43,5%; 28,4% e 39,4%.

(B) Duas transcrições de «Problemas Actuais da Economia Portuguesa» de Eugénio Rosa:

— «O grupo CUF é proprietário ou participa no capital de 186 empresas. Dez por cento de todo o Produto Nacional de Portugal é produzido em empresas deste grupo».

— «Para se ter uma ideia do poder económico (do grupo Champalimaud)... basta dizer que 'as acções de apenas cinco daquelas empresas valiam em 31 de Dezembro de 1972, à cotação da Bolsa, cerca de quarenta milhões de contos, ou seja, mais do que o Orçamento Geral do Estado desse ano».

(C) É crescente a importância das sociedades anónimas na vida nacional.

Em fins de 1972 elas eram apenas 5,4% do número total de sociedades mas possuíam 73,8% do capital social total.

Entre as sociedades anónimas as com um capital social superior a 100 000 contos representavam, em número, 4% mas tinham 60,1% do capital social.

6. Todas as conclusões que se podem extrair destes relevantes dados da vida económica das sociedades actuais serão explanadas posteriormente, mas parece de salientar desde já:

- os monopólios têm um grande peso na vida económica dos países;

- tal facto também se verifica em Portugal

- a influência das multinacionais estende-se a todo o mundo capitalista;

- os monopólios não actuam isoladamente: integram-se em grupos monopolistas e entrelaçam-se, num processo de luta e rivalidade constantes, para exacerbarem a exploração dos povos;

- o seu poderio vai ao ponto de ser muito superior ao das economias nacionais;

- a grande metrópole imperialista continua a ser os EUA, seguida, na Europa, pela Grã-Bretanha e República Federal Alemã.

Convém também ter sempre presente que

- o interesse exclusivo dos monopólios é a maximização do lucro, quer a curto quer a longo prazo;

- o bem estar, o desenvolvimento e progresso dos povos não entra no campo das suas preocupações. Pelo contrário, os seus objectivos chocam com os mais profundos anseios dos povos.

7. Perante o poder dos monopólios não pode haver exaltações ou terceiras vias: ou se servem os povos e combate-se os monopólios, ou se servem os monopólios e combate-se os povos.

É uma opção histórica inevitável.

A opção entre continuação do poder económico dos monopólios e uma economia dos trabalhadores para os trabalhadores, coloca-se de forma premente em todos os países capitalistas, nomeadamente da Europa.

Naqueles as massas populares tomam cada vez maior consciência da sua força, da aliança entre Estado e monopólios, que estes têm como exclusivo objectivo o lucro que é diametralmente oposto aos interesses nacionais e de todas as classes não-monopolistas.

É uma opção que exige acção, luta do operariado e seus aliados, que exige uma revolução.

Portugal insere-se nessa problemática geral, na escolha do caminho que se vai trilhar. Contudo, com uma grande vantagem em relação a muitos outros países: já chegou à encruzilhada. Ao ser derrubado o regime fascista em 25 de Abril encheu-se um processo revolucionário: criou cisões entre poderes político e económico, que escancara muitas novas portas do futuro.

Há muitas condições para as massas populares decidirem do seu futuro.

Um «erro» cometido nessa opção não será fatal: a verdade acabará sempre por vir ao cimo. Mas custará às massas populares muitos sacrifícios que podem ser totalmente evitáveis.

«Se se pretendesse amoldar ou amansar o processo revolucionário com uma carapaça que lhe fosse inadaptada, não seria o processo revolucionário a ser abafado, mas a carapaça que saltaria em bocados» (12).

EUROPA: DOIS CAMINHOS UM FUTURO (13)

0. Um antagonismo, fruto maduro duma contradição objectiva contém sempre a nível dos homens um significado dramático. Mas este mesmo é diferente conforme o papel social que cada um desempenha nesse drama, melhor, de acordo com a sua posição na produção.

Mercado Comum, suas origens e ambições. Recente Conferência de Bruxelas — Conferência dos Partidos Comunistas da Europa capitalista —, suas bases e perspectivas. Dois caminhos, duas propostas de futuro, um único destino histórico: múltiplas acções humanas colectivas e unidas.

1. Os governos dos países capitalistas da Europa, não podendo esconder a existência de problemas que afectam as populações, consideram-nos passageiros ou resolúveis por um «esforço e espírito de sacrifício de todos». Os participantes na Conferência de Bruxelas, entretanto afirmam “que a crise profunda que atinge o conjunto dos países capitalistas da Europa testemunha a incapacidade do capitalismo de dar aos acontecimentos actuais e aos grandes problemas da sociedade respostas conformes aos interesses, necessidades e aspirações da classe operária e da população trabalhadora”.

Enquanto aqueles vêm na «autoridade» e «austeridade» a única solução e alguns sectores do Mercado Comum procuram atrair a este alguns governos fascistas, os participantes na Conferência reprovam essas tendências autoritárias que representam uma ameaça permanente às conquistas democráticas dos povos da Europa capitalista e simultaneamente afirmam que cada vez mais largos sectores da opinião europeia tomam consciência do carácter inadmissível da sobrevivência desses regimes e do perigo que representam.

Muitas são as vezes que ouvimos atribuir a inflação ao «espírito reivindicativo dos trabalhadores», a crise monetária à «política egoísta de certos governos», a fome a questões climáticas, ao progresso técnico a resolução dos problemas, afirmar que as empresas multinacionais são as únicas «rentáveis», capazes de impor novas tecnologias, a única fonte de progresso. Contudo no comunicado da reunião de Bruxelas pode ler-se: “A política do grande capital acarreta a responsabilidade de situações graves e dramáticas e mostra-se incapaz de resolver problemas tais como o subdesenvolvimento, a fome, a transformação do meio, a utilização da revolução científica e técnica em benefício do homem e da colectividade, a exploração racional dos recursos”. E mais adiante: “a actividade tentacular das firmas multinacionais atinge a independência económica e mesmo política dos estados capitalistas europeus. O seu poderio dá-lhes meios suplementares de agravarem a exploração, as condições de trabalho e de existência. Pretendem desprezar os direitos sindicais e as conquistas sociais obtidas pelos tra-

balhadores nos diferentes países. Eles apoiam as correntes mais reaccionárias e mais autoritárias, incluindo as fascistas. Ao procederem a deslocamentos bruscos e massivos dos seus capitais e actividades na busca do lucro máximo, elas privam, dum momento para o outro, de emprego milhares de trabalhadores. Têm responsabilidades directas na inflação. Obtêm uma parte cada vez mais importante do financiamento público”.

As grandes empresas procuram na integração o combate ao decréscimo da taxa de lucro, os governos afirmam que a harmonia reina entre eles e que todos lucraram com o Mercado Comum. Mas, segundo os outros o que se impõe é “agir em conjunto para fazer prevalecer face aos problemas que se põem ao conjunto dos povos da Europa Ocidental, soluções conformes aos interesses destes, assim como uma cooperação europeia realmente democrática correspondendo aos interesses de cada país e de todos”. Mais, que é de combater as tendências belicistas no seio do Mercado Comum pois “a criação de uma nova organização militar oeste-europeia iria contra os progressos da política de coexistência pacífica e acarretaria pesadas despesas para os povos dos países membros”.

Análises antagónicas inevitavelmente díspares.

Se perante uma assembleia do Mercado Comum se colocasse a questão de saber o que se impõe hoje fazer podemos estar certos que haveria unanimidade em que a resposta seria: defender o capitalismo como «único sistema válido», procurar a forma das empresas multinacionais terem os maiores lucros possíveis (embora a terminologia para afirmar tal fosse mais rebuscada), intensificar o respeito pelas instituições vigentes, ganhar as populações para a importância da austeridade, descobrir novas formas de continuar a ter acesso às riquezas dos países subdesenvolvidos, estar-se preparado contra a «ofensiva bolchevique». Simultaneamente a ideia de «salve-se quem puder» permaneceria na mente de cada um.

Entretanto à mesma pergunta o comunicado final da reunião de Bruxelas afirma:

— “Trata-se de defender as reivindicações prementes que são comuns às massas trabalhadoras, aos povos da Europa capitalista: defesa e aumento do nível de vida, luta contra a inflação, garantia de emprego, melhoria das condições de trabalho, redução da duração de trabalho, encurtamento dos anos necessários para a reforma, assistência social, direitos sociais. Trata-se de barrar as influências do grande capital e particular-

mente das empresas multinacionais sobre o conjunto da vida dos nossos países. Trata-se de obter para os trabalhadores emigrados — hoje particularmente ameaçados pelo desemprego e pelas expulsões — igualdade de condições de trabalho, de remuneração e assistência social aos trabalhadores do país de recepção, o reconhecimento do seu direito ao trabalho e residência e, duma forma mais geral, os seus direitos sociais, culturais e políticos”.

— “Trata-se de alargar os direitos e liberdades democráticas individuais e colectivas, abolir as leis repressivas”, assim como a solidariedade unitária para os que lutam pela reconquista dessas mesmas liberdades.

— “Trata-se de proceder às transformações democráticas radicais que permita aos povos dos países capitalistas combaterem com sucesso a crise que atinge... de se oporem às pretensões do imperialismo americano de subordinar aos seus interesses económicos e estratégicos o desenvolvimento económico e social e as opções políticas das nações europeias”.

— “Trata-se... de desenvolver o movimento popular pela paz a fim de consolidar os resultados e os acordos já obtidos e tornar irreversível a viragem verificada na situação europeia”.

— “Trata-se de reconhecer o direito soberano de cada país de ser senhor das suas riquezas e estabelecer uma larga cooperação na base da igualdade e vantagem mútua”.

— “Trata-se de reconhecer que o Socialismo coloca-se hoje cada vez mais como uma exigência objectiva de progresso em todos os domínios da vida, para o desenvolvimento das nações e o futuro do Mundo”.

Simultaneamente realça-se a importância do cumprimento dos deveres internacionalistas.

O Mercado Comum e C.^a considera que só os grupos monopolistas são capazes de resolver a situação, só eles são os agentes da acção; no seu seio as divergências e contradições existem e manifestam-se com clareza.

Entretanto os participantes na Conferência de Bruxelas consideram que “é possível avançar, em vários países, concretamente na via da unidade das forças políticas e sindicais democráticas e até na realização de acordos importantes na base de plataformas comuns”. Reconhecem que o elemento determinante duma ampla unidade é a coesão e política de cada Partido Comunista e a sua fraternal camaradagem, no plano regional e mundial, na base do internacionalismo proletário. Afirmam

que "hoje é possível definir objectivos de renovação democrática que possam ser reconhecidos e objecto de acção de todas as forças que hoje representam a classe operária, os trabalhadores, as camadas médias dos países capitalistas da Europa" e que a vontade de progresso e renovação sociais é cada vez mais perfilhada pelas camadas médias da cidade e do campo. A sua atenção dirige-se em primeiro lugar para os partidos socialistas e social democratas (o número de objectivos comuns imediatos aumenta). Conscientes da evolução nos meios católicos "pronunciam-se por acções convergentes e unidas com as forças e movimentos representativos das massas populares cristãs".

Resumindo toda esta política de unidade eles propõem decidir em conjunto (com todas as forças políticas e sindicais do movimento operário e com todas as forças democráticas) e "promover imediatamente acções comuns sobre as questões prementes da actualidade" e dirigem "um apelo confiante à acção, à aliança das mais largas camadas sociais, de todas as forças operárias e democráticas, ao reforço das suas lutas comuns; este apelo dirige-se também como uma intensidade particular aos milhões de jovens".

2. Ainda em reunião recente do Mercado Comum foi condenada a actuação dos países árabes em relação ao petróleo e procurou-se posteriormente, difundir esta posição, incluindo pelo fomento do racismo. Servem-se dos recentes acontecimentos para encobrirem as suas responsabilidades, aproveitam-se do pretexto para aumentarem os despedimentos e reduzirem as remunerações dos trabalhadores.

Posição diferente a da reunião de Bruxelas que afirma que "não há penúria de recursos energéticos, que são eles (grupos monopolistas e C.^a) e sua política que têm a responsabilidade das dificuldades que pesam sobre os trabalhadores. Durante anos os meios dirigentes dos países capitalistas da Europa tiveram uma política colonialista e neocolonialista; basearam todos os seus planos na ideia que poderiam tirar petróleo barato dos países subdesenvolvidos indefinidamente; de repente e para favorecerem os lucros gigantescos dos trusts petrolíferos, reduziram deliberadamente a produção de carvão, fecharam centenas de minas e despediram milhares de mineiros; por estas mesmas razões reduziram a produção de energia nuclear".

Além disso apoiam "plenamente as importantes medidas tomadas pelos povos do terceiro mundo de afirmação do seu

direito de disporem soberanamente das suas riquezas naturais e de estabelecerem relações económicas com os diferentes países favorecendo o seu próprio desenvolvimento industrial”.

Simultaneamente apresentam medidas e exigências: reclamam que “os monopólios petrolíferos da Europa sejam colocados sob controle público ou nacionalizados”.

3. Alguns foram os governos da Europa capitalista que se sentiram satisfeitos com o putch militar contra-revolucionário no Chile e outros que não tomaram qualquer posição de defesa dos direitos humanos — «quem cala consente».

Sobre este problema também a posição dos participantes na Conferência de Bruxelas foi clara: “Reafirmam a sua condenação do golpe militar e fascista que, no Chile, derrubou o Governo legítimo das forças de unidade popular” e afirmam que “as responsabilidades do imperialismo americano e das forças que, no interior do Chile, foram cúmplices da reacção fascista, são pesadas”.

Por um lado exprimem sua “confiança no povo chileno que une forças para derrubar a Junta e fazer triunfar a Democracia e a Liberdade” e por outro “apelam aos trabalhadores, democratas antifascistas para tudo fazerem para salvar Luis Corvalan, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, e todos os militantes comunistas, socialistas e outros democratas cuja vida está ameaçada pela Junta; apelam à opinião pública dos países capitalistas da Europa, às forças políticas e sindicais para intensificarem e unirem os seus esforços, para reforçarem decididamente o grande movimento das forças populares e democratas dos nossos países para isolar a Junta fascista e seus cúmplices e barrar a brutal repressão.”

4. Também não faltou na reunião de Bruxelas uma declaração sobre o Vietname em “que renovam aos povos da Indochina o testemunho da sua calorosa solidariedade” e, face aos perigos nesta zona de reintensificação de acções belicistas exclamam: “a solidariedade internacional impõe-se pois, mais do que nunca, é necessário fazer respeitar os acordos estabelecidos sobre o Vietname e o Laos; ela também é indispensável para com o povo cambodjano que combate com sucesso pelo fim da intervenção americana e pela libertação da sua pátria”.

Consideram imperioso “apoiar a justa causa do povo vietnamita e dos outros povos da Indochina, exigir a aplicação integral do acordo de Paris, exigir o estabelecimento, pelos governos da Europa Ocidental, de relações com o governo revolu-

cionário provisório, continuar a aumentar a ajuda material em particular para a reconstrução da RDV, são alguns dos deveres prementes”.

5. «Europa dos monopólios» — «Europa dos trabalhadores» uma alternativa de largas responsabilidades para toda a humanidade.

Dois caminhos, uma opção para o leitor.

Qual a razão?

Para onde se caminha?

III

Há longos anos que a economia portuguesa se encontra em crise e se insere no mundo capitalista que há muito estrebucha em antagonismos insolúveis que tomaram ainda nova amplitude desde 1968/69.

Não foi agora que a crise surgiu embora os monopólios se esforcem por aprofundá-la e criar o caos.

E, depois de longos anos de silêncio ou de apenas se falar em «desenvolvimento industrial», «empresas dimensionadas», «planos de fomento», «equilíbrio orçamental» e outras barbaridades fascistas, irrompem os anseios reprimidos, a clareza dos factos.

Contudo, a erupção é muitas vezes desmedida e aproveitada pelas forças antidemocráticas. Por exemplo, o aumento de preços foi menor nos oito meses depois do 25 de Abril que nos quatro anteriores e entretanto houve substanciais aumentos de salários; contudo hoje fala-se mais do que nunca em aumento de preços e há quem logo acrescente a falsidade de que «ao fim e ao cabo está tudo na mesma».

Existe de facto uma crise na economia portuguesa mas ela tem origens bem precisas que não resultou do 25 de Abril. A Revolução Democrática possui, pelo contrário, os germes da resolução dessa mesma crise.

Há situações objectivas e há políticas económicas antimonopolistas que podem resolver os problemas actualmente existentes.

É POSSÍVEL COMBATER A CRISE ECONÓMICA (14)

1. É PESADA A HERANÇA DO FASCISMO

A existência até ao 25 de Abril de um regime fascista foi no exclusivo interesse dos latifundiários e monopolistas.

Explorava-se ao máximo a classe operária, combatia-se pela repressão todas as suas reivindicações, cortava-se-lhe todas as liberdades, especialmente o direito à greve e de organização

sindical. Com o aparelho corporativo (Casas do Povo, Grémios de Lavoura e C.^a) e medidas coercivas arruinavam-se os camponeses. Arruinavam-se pequenas e médias empresas pela deliberada falta de apoio, pelo estímulo aos monopólios, por um vasto conjunto de legislação económica (Condicionamento Industrial. Planos de Fomento...).

Simultaneamente ajudava-se a acção dos monopólios e latifúndios no esmagamento dos concorrentes e no aumento dos lucros: subsídios, isenção de impostos, criação de estradas, portos, redes de rega para seu exclusivo interesse, facilidades de crédito, livre fixação dos preços de monopólio, facilidade de exportação dos lucros, garantia de compra de certos produtos e diversas outras medidas.

O fascismo não se limitou a deixar funcionar as leis da concorrência capitalista favorável aos monopólios e latifúndios, mas tomou um conjunto de medidas de cariz coercivo tendente a acelerar e intensificar a concentração (15) e centralização (16) do capital.

Foi esta política económica num Portugal de atraso das forças produtivas e de dominação colonialista sobre regiões onde eram possíveis taxas de lucro e de rentabilidade do capital muito mais elevadas, que fez com que o nosso atraso absoluto fosse grande e o relativo aumentasse em relação aos outros países, que o capital financeiro (a Banca) passasse a ser senhor da economia impondo o seu poder discricionário, que as forças produtivas se concentrassem em Lisboa e Porto (duma forma geral na Costa Atlântica), que aumentasse a proletarianização, que o camponês se arruinasse e o campo se despovoasse, que o povo vivesse mal e o Estado ainda se preocupasse em lhe retirar o pouco que lhe ficava. Fez com que meia dúzia de grandes senhores (Champalimaud, Melos, Espírito Santo, Quinas e C.^a) fossem donos do país. Concomitantemente mantinha-se e aumentava-se enormemente os investimentos estrangeiros (única possibilidade de progresso do ponto de vista dos monopolistas) e comprometia-se seriamente a nossa independência efectiva.

A guerra colonial veio agravar imenso esta situação subtraindo mão-de-obra à produção, absorvendo em fins improdutivos estrondosas verbas do Estado (quase 50% do Orçamento geral do Estado), aumentando a exploração dos trabalhadores — em última instância são sempre estes que pagam as despesas do Estado —, acelerando os investimentos estrangeiros no país

forma de obtenção de fundos e apoios), criando e agravando processos inflacionistas.

Se toda a evolução económica encontra inevitavelmente contradições, uma tal política antinacional não podia fugir à regra e encontrava-as particularmente agravadas. Sempre o fascismo pretendeu resolvê-las, temporariamente, à custa dos trabalhadores, da independência efectiva do nosso país: apressou a ruína das unidades produtivas chamadas «tecnicamente não preparadas», aumentou os impostos sobre os trabalhadores, jogou com a inflação para aumentar lucros de empresas e fazer uma redistribuição do rendimento, facilitou a emigração legal e clandestina. Buscou balões de oxigénio no turismo e nas remessas dos emigrantes. A economia portuguesa abriu-se cada vez mais à penetração estrangeira (há em Portugal empresas e regiões totalmente estrangeiras), virou-se para os mercados externos do campo capitalista. A agricultura estagnou e sectores básicos da economia mantiveram-se no imobilismo. Acentuaram-se os desequilíbrios regionais. As forças produtivas mantiveram-se a um nível inferior às possibilidades técnicas e científicas do mundo actual.

Resumindo, a herança do fascismo é pesada:

a) Atraso das forças produtivas.

Se há alguns sectores industriais com técnicas muito modernas, outros empregam máquinas, ex. teares, que eram usados há cinquenta anos ou mais. O trabalho manual e animal impera na agricultura. A força de trabalho é, no geral, pouco qualificada.

b) Forte desigualdade do Rendimento Nacional entre classes sociais e regiões do país.

Em 1961 os trabalhadores produtivos recebiam 29,06% do RN e essa percentagem diminuiu: verificou-se pauperização relativa do proletariado. (17)

É sabida a concentração económica em Lisboa-Setúbal e Porto-Braga-Viana e o abandono do resto do país, particularmente do interior. Cerca de 70% da contribuição industrial é paga nos distritos de Lisboa e Porto.

c) Sectores vitais da economia nacional na mão de um reduzido grupo de monopolistas nacionais e estrangeiros.

— Refinação de petróleo é dominado pela Sacor que é do grupo Espírito Santo, grupo Português do Atlântico e Fundação Gulbenkian.

— Actividade siderúrgica nas mãos da Siderurgia Nacional do grupo Champalimaud.

— «Na construção de máquinas existiam em 1970, 335 sociedades. 42% do capital, 48% das receitas e 37% do pessoal deste ramo correspondia a seis sociedades: Metalurgia Duarte Ferreira, Sorefame, Oliva, Cometna, Mague e Casa Hipólito.»

— Lisnave da CUF, suecos e holandeses, tem 3/5 das receitas do sector de estaleiros navais. (18)

— O grupo Champalimaud domina totalmente na indústria de cimentos.

— 488 explorações agrícolas tem 1,4 vezes mais terra que 628/630 pequenas explorações.

— 7 bancos (ligados aos principais grupos monopolistas) tinham 83% dos depósitos e da carteira comercial.

d) Fortíssimas debilidades produtivas do sector agrícola: culturas não apropriadas, pouca utilização de produtos químicos, reduzida mecanização, técnicas historicamente medievais ou anteriores e, sobretudo, péssima distribuição desequilibrada da propriedade.

— Produz-se apenas 1310 Kg/ha de trigo, 1370 Kg/ha de milho, 740 Kg/ha de centeio. (19)

e) Reduzidas taxas de crescimento do Produto Nacional e do Rendimento Nacional.

Apesar de todas as falsificações de cálculo, o aumento do Produto Nacional Bruto a preços do mercado, desde que não se considerem as variações de preço, foi 2,3% em 1969; 7,8% em 1970; 5,5% em 1971; 8,7% em 1972.

f) Ausência de grande parte da mais válida força de trabalho devido à guerra e à emigração.

— 2 000 000 de emigrados. Foi o único país da Europa cuja população, na última década, diminuiu.

— 200 000 militares eram utilizados na guerra colonial.

g) Dependência da nossa economia de um reduzido número de países capitalistas que são investidores e fornecedores de técnicas, credores, vendedores e compradores das nossas mercadorias.

— Em 1973 as exportações eram de 78,8% para a OCDE e 21,7% para o antigo Mercado Comum e as importações eram em 77,2% da OCDE e 32,9% do antigo Mercado Comum.

h) Fortíssimos desequilíbrios no Orçamento Geral do Estado, nas finanças públicas.

i) Existência da guerra colonial cujos custos veremos mais adiante.

j) Elevadas taxas de inflação que nos últimos tempos de fascismo era superior a 30% ao ano.

2. HÁ CONDIÇÕES PARA RESOLVER MUITOS DOS ACTUAIS PROBLEMAS DA ECONOMIA PORTUGUESA

Sem dúvida que é pesada a herança do fascismo mas existem actualmente condições para vencer esse pesadelo e promover o progresso económico do país.

Não atender ao passado e pretender construir em dois dias o que foi paralizado ou destruído em quase meio século é voluntarismo. Considerar que a situação de atraso e os graves problemas que nos afectam é inerente a características nacionais é fatalismo, é fruto da ideologia fascista.

Há uma situação nova essencial: o Governo Provisório revela forte interesse pela situação das classes trabalhadoras e contribui para uma distribuição mais justa da riqueza nacional, está em condições de apresentar um programa de efectivo desenvolvimento das forças produtivas, e de reestruturação da propriedade dos meios de produção já resolveu alguns dos grandes problemas políticos, que funcionavam como cancro da nossa economia, como o da guerra colonial, e está em condições de resolver muitos outros nomeadamente os referentes a todos os aspectos negativos na actividade dos grupos monopolistas.

O fim da guerra permite a aplicação de importantes recursos financeiros do Estado na actividade produtiva com aumento da riqueza nacional, desenvolvimento das forças produtivas ou criação de condições para tal, alargamento do volume de força de trabalho disponível. Abrem-se condições para combater seriamente a inflação. O fim do colonialismo criará condições a um não agravamento da dependência das metrópoles imperialistas (E. U. A., Grã-Bretanha, R. F. A....), à não venda do nosso país (riquezas naturais e mão-de-obra) às empresas multinacionais. Permitirá, em princípio, o aumento dos investimentos económicos em Portugal por parte de empresas capitalistas.

O estabelecimento de relações com os países socialistas permite uma cooperação económica com os diversos países dessa comunidade (um terço do mundo). Essa cooperação torna

viável a obtenção de novos mercados para muitos dos nossos produtos — que não beneficiarão exclusivamente as grandes empresas —, a obtenção de produtos essenciais para nós a preços mais vantajosos, obtenção de empréstimos a baixas taxas de juro e para aplicação em fins pacíficos e fundamentais para o progresso. As relações com os países socialistas permitem uma diversificação das exportações e importações, diminuindo a nossa dependência, no mercado externo, de um reduzido núcleo de países capitalistas. Permitirão subtrair à influência imperialista sectores vitais da economia.

Um conjunto de medidas como melhor distribuição do rendimento, salário mínimo, sistema de impostos progressivos com alívio das classes economicamente mais baixas, sistema de ajuda às pequenas e médias empresas, etc. permitem o alargamento do mercado interno (aumento das possibilidades de aquisição de mercadorias pela população portuguesa) tornando possível a criação de novos ramos produtivos em Portugal, o desenvolvimento de outros, um incremento do papel das pequenas e médias empresas. Favorece fortemente a independência económica e torna mais possível a orientação do investimento privado para actividades que influam favoravelmente a nossa economia.

O fim do corporativismo e os aspectos atrás focados criam igualmente condições para o desenvolvimento da agricultura assente no cooperativismo, na ajuda à pequena e média exploração agrícola, numa reestruturação, mesmo que ainda parcial, da propriedade, na criação de indústrias subsidiárias que não funcionem como monopólios de compra. Criação de uma agricultura estimulada pela iniciativa criadora e organizada das massas camponesas.

Sem deixar de atribuir importância a um conjunto de medidas económicas diversas que sejam complemento do atrás referido ou que visem a resolução de outros aspectos (aumento da poupança, fixação de preços, tipos de ligação com o Mercado Comum...), parece-nos que é hoje possível tomar medidas contra a existência de uma crise económica e que os eixos fundamentais de progresso da nossa economia são os seguintes:

a) Aplicação profunda e sistemática de medidas antimonopolistas em centros vitais da sua actividade.

Se os monopólios são os principais responsáveis da herança fascista a sua existência é perpetuar e agravar aquela.

b) Continuando a ser importante a iniciativa privada — que será, inclusivé, incrementada pela ajuda às pequenas e médias

empresas e pelo alargamento do cooperativismo — cabe um papel particularmente relevante à actividade económica do Estado quer pondo fim a situações que vêm do fascismo quer criando condições à actividade privada, quer ainda tomando ele próprio a iniciativa como investidor.

c) Conversão das despesas até agora gastas na guerra para actividades produtivas e aproveitamento das condições abertas pelo fim do colonialismo.

d) Aproveitamento integral das condições de cooperação económica que se abrem entre Portugal e os países socialistas, quer considerados isoladamente quer no seu conjunto.

Esta medida não é apenas importante para modificação radical do comércio e da balança de pagamentos externos. É indispensável elemento de articulação com a política anti-monopolista.

e) Desenvolvimento do sector agrário que pressupõe uma reforma agrária bastante profunda.

f) Fortalecimento da importância económica das pequenas e médias empresas.

g) Alargamento do mercado interno.

Gostávamos desde já de referir aqui quatro aspectos:

1.º) O papel determinante que cabe ao Estado exige um saneamento das finanças públicas, tarefa nada fácil perante a situação desastrosa que foi legada (à sombra do mito do equilíbrio orçamental).

2.º) Todo o conjunto de medidas atrás referido não é instantâneo. Aquelas não podem ser aplicadas todas ao mesmo tempo, umas dependem das outras, são complexas em muitos dos seus aspectos. Existem desfasamentos temporais na conversão de uma actividade económica noutra ou na modificação da aplicação de recursos e entre a aplicação destes e o surgimento dos seus efeitos.

3.º) As políticas económicas devem apresentar-se como um todo articulado.

4.º) São urgentes e, dentro dos condicionalismos atrás focados, terão que ser encarados com audácia e premência.

3. O QUE DIZ O PROGRAMA DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Para reforço da afirmação de que existem actualmente condições para a resolução de muitos dos problemas económicos

que se nos colocam, gostava de transcrever as seguintes passagens do P. M. F. A. (também programa do Governo Provisório), tomando em atenção que este representa um todo e as próprias propostas de política económica têm que ser integradas no contexto geral.

Como enquadramento afirma-se que «as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte» mas considera-se que é necessário tomar desde já medidas.

No imediato:

— «Medidas que permitam vigilância e controlo rigorosos de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro».

— «Medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e especulação».

Nas medidas a curto prazo:

«O Governo Provisório lançará os fundamentos de:

a) Uma nova política económica, posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista;

b) Uma nova política social que, em todos os domínios terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses».

Nestas duas alíneas parece-nos de salientar:

— O carácter novo da actual política económica, isto é, diferente da fascista de benefício exclusivo dos latifundiários e monopolistas, nacionais e estrangeiros;

— o carácter novo dessa política manifesta-se por estar ao serviço do povo português, em particular das camadas mais desfavorecidas, o que constitui uma preocupação maior;

— reconhece que essa política nova ao serviço do povo implicará uma estratégia antimonopolista. É uma conclusão lógica da situação económica nacional. É a consciência que é contraditório defender o povo, a quem explora o povo. Conclusão teórica inevitável, aspecto extremamente complexo de aplicação, possível conforme a correlação de forças o permita e a consciência das massas populares o assimile. De facto os monopólios são um dos principais inimigos da Democracia.

— A imperiosidade do aumento progressivo da qualidade da vida que abranja não alguns mas todos os portugueses. Reconhecendo a grandiosidade e dificuldade da tarefa, reconhecendo que o aumento deve ser progressivo e que podem haver dificuldades e morosidades, refere que deve ser acelerado.

Para além de tudo isto é de salientar a fidelidade do MFA — particularmente depois do 28 de Setembro — ao seu programa, a clarificação crescente das suas posições, a maior tomada de consciência dos problemas económicos e da necessidade imperiosa da política antimonopolista.

4. POLÍTICA ECONÓMICA DO GOVERNO PROVISÓRIO

O sucesso da política económico-social do Governo Provisório é vital para a construção da Democracia em Portugal, quer pela modificação que introduzirá na estrutura da sociedade real, quer pela influência que terá na consciência das massas.

Compreendendo os limites em que se movimenta o Governo Provisório na sua política económica, é de salientar a necessidade de não tomar medidas isoladas, mas um conjunto bastante vasto de medidas que abordem de forma coordenada e integrada os diversos aspectos da situação económica nacional.

Foi notório para todos que o primeiro Governo Provisório nunca realizou tal objectivo e que as medidas legislativas de carácter económico que apresentou diferenciavam-se do conteúdo do Programa do MFA, apesar do tecnocraticismo que às vezes pretendiam apresentar.

O segundo Governo Provisório tem avançado muito mais no campo da política económica e foram tomadas algumas medidas muito importantes (ex. arrendamento rural, baldios, intervenção em vários monopólios, controle de certos sectores bancários, nacionalização dos bancos emissores, nacionalização de alguns outros sectores, combate, ainda muito esparso, a casos de sabotagem económica, reforma tributária, austeridade orçamental... política de descolonização).

O Plano Económico de Emergência, de que há muito se espera a divulgação, pode constituir um novo passo em frente, nomeadamente no encarar a necessidade de uma articulação entre as diversas medidas.

Sem desprezar tudo o que de positivo já foi feito, deve-se acrescentar que se tem verificado grande morosidade em muitas medidas que são prementes, falta de audácia em encetar de forma persistente, profunda e sistemática uma política anti-monopolista entendida no seu verdadeiro sentido; tecnocracia em muitas medidas, o que geralmente é uma forma de defender os interesses do grande capital; ambiguidade em algumas medidas como o decreto 660/74 (que regula a intervenção do Estado em empresas importantes em dificuldades económicas: ao serviço de quem?).

Se é verdade que o Ministério da Economia é um centro vital de todas estas deficiências, não se pode atacá-lo isoladamente: as posições políticas do corpo governamental desse ministério indicava à priori, quais os prioritários interesses de classe a que tenderia a atender.

Há que imprimir outra dinâmica a uma política económica ao serviço do povo. Este deve exigí-la, consciente dos diversos tipos de dificuldades que existem quer a nível do poder económico das diversas classes quer da especificidade da luta de classes inerente a uma coligação política de partidos como a actual.

5. POSIÇÃO DAS DIFERENTES CLASSES SOCIAIS

As classes trabalhadoras são as primeiras beneficiadas na aplicação de uma política económica que tenha em conta os interesses do Povo Português. Beneficiam em primeiro lugar os operários, assalariados industriais e agrícolas, — principais vítimas do fascismo —, mas também os empregados e funcionários, os múltiplos trabalhadores rurais.

A pequena e média burguesia sempre foram arrastados para a miséria, para a proletarianização, pela política do Estado fascista e pela acção dos monopólios. Estes foram e são os principais causadores da má situação da pequena e média empresas, quer pelo poderio económico concorrencial alicerçado em volume de capital, técnicas, meios de financiamento, mercados, apoios internacionais, quer pelas medidas preferenciais que impõem a todo e qualquer governo que tenha a finalidade de servir os seus interesses. A pequena e média burguesia verá com agrado toda a política económica que beneficie a sua posição, mas o facto de, por um lado, continuar pressionada pelos monopólios e, por outro, serem afectadas, se não

houver contrapartida, por medidas de melhoramento da classe operária, cria-lhe uma posição dúbia.

Ressalve-se que o apoio da pequena e média burguesia ao Governo Provisório é aspecto muito importante da Democratização de Portugal e, se o esclarecimento político tem uma missão a cumprir, será pelas medidas económicas que se conseguirá o seu apoio.

Muito do atrás dito aplica-se igualmente ao campesinato.

As classes antimonopolistas que ontem estavam interessadas em derrubar o fascismo continuam-no, apesar de possíveis hesitações, na construção da Democracia, numa política económica ao serviço do povo.

O contrário se tem que dizer dos latifundiários e monopolistas. O fascismo foi a ditadura terrorista dos monopólios, tendo-lhes proporcionado fabulosos lucros. Hoje estão contra o processo democrático por três razões que se completam:

a) Nostalgia do tempo passado em que tinham um feroz Estado exclusivamente ao seu serviço.

b) Não estão dispostos a reduzir os lucros, como serão obrigados no momento presente.

c) Sabem pela experiência universal que a democracia não lhes é favorável e ao abandonarem uma posição de força receiam que a vontade dos povos leve à sua liquidação.

Os monopólios no seu conjunto têm lutado contra o processo de democratização no nosso país. Se se pode apontar este ou aquele grupo monopolista como mais aguerrido nesse combate é preciso ter presente que todos estão interessados nele. Mais, grupos monopolistas nacionais e estrangeiros é uma divisão artificiosa tal é a fusão dos capitais das duas origens, a dependência técnica e comercial das metrópoles imperia-listas.

A acção dos monopólios não é expressão isolada de um espontaneísmo de cada um, mas obedece a um conjunto comum de orientações, a uma coordenação das suas actividades reaccionárias. O 28 de Setembro, e não só, prova cabalmente esta afirmação.

Um seu objectivo é provocar o caos económico que, segundo os seus projectos expressar-se-ia na diminuição do Produto Nacional, no desemprego em massa, na ruína de pequenas e médias empresas, na aceleração da inflação, no desequilíbrio da balança de pagamentos, na flutuação da moeda, etc. Procurariam que tudo isto criasse um desconten-

tamento contra o processo de democratização, que colocasse o povo contra o governo ou criasse a passividade de sectores perante manobras reaccionárias.

É já longa a lista de acções boicotadoras. Há um traço comum entre todas elas mas é possível distinguir diversas fases. Na primeira visavam sobretudo a divisão da classe operária — ex. a promessa de grandes salários, o incentivo de algumas lutas operárias que procuravam orientar contra o Governo Provisório. Na segunda procuravam criar o descontentamento popular e a nostalgia de uma certa «ordem» — ex. boicote da feitura do pão, greve dos C. T. T. Na fase actual, continuando a buscar que os trabalhadores se virem contra o governo (por exemplo, fazendo apresentar este como o responsável pelo encerramento de empresas), os monopólios procuram de uma forma coordenada boicotar a economia de forma gravosa, permanente e silenciosa: despedimentos e encerramentos de empresas — na maioria dos casos sem uma razão económica válida, — o retardamento de pagamento de dívidas e recusa de créditos pelos bancos — as pequenas e médias empresas têm geralmente um reduzido capital próprio —, na não realização das acordadas entregas de mercadorias — o que pode levar à paralisação em cadeia de ramos da produção, — na fuga velada de capitais — aqui as empresas multinacionais jogam um papel vital, — no boicote às economias dos emigrantes recusando-se a enviá-las para Portugal — fundamentais no equilíbrio da balança de pagamentos — paralização de investimentos e não formação oportuna de stocks — vindo a proporcionar, mais tarde, a paralização total ou parcial da empresa, — etc. Latifundiários não recolhem as colheitas, destroem-nas, não as colocam no circuito comercial. Promovem a transferência de capitais de umas empresas para outras, a fuga de capitais para o estrangeiro (que se calcula em mais de 20 milhões de contos!).

Se pensarmos no que custa tal actividade boicotadora aos próprios monopolistas e latifundiários, temos uma ideia clara de quanto estão interessados em combater a construção de um Portugal Democrático.

Os monopólios jogam com a sua arma mais poderosa animada pelos sucessos que obtiveram por esse meio em outras lutas de classe — ex. Chile — embora de situação global muito diferente.

Como afirma o P. C. P. «a acção das forças reaccionárias internas conjuga-se com as manobras do imperialismo que tece a sua teia para asfixiar economicamente o país» (20).

7. ATITUDE PERANTE A ACÇÃO REACCIONÁRIA DOS MONOPÓLIOS

O C. C. do P. C. P. «No caminho da democracia e da paz», de 17 de Junho afirmava:

«O Programa do Movimento das Forças Armadas não prevê a realização de profundas reformas sociais. Não prevê a nacionalização da banca nem das grandes empresas monopolistas. Mas se o grande capital intervém com armas económicas para impedir a democratização da vida política, e sufocar o novo regime, este só tem uma alternativa: ou capitula ou terá de tomar as medidas adequadas para vencer tal resistência».

Na mesma linha de preocupações, no seu 7.º Congresso — realizado em período de correlação de forças bastante diferente — o PCP apresenta no seu Plano de Emergência a imperiosidade, num combate que é de vida ou de morte a médio prazo, de uma política antimonopolista.

As manobras de boicote económico por parte dos monopólios exigem organização e vigilância comum da parte das forças democráticas. Estas já conseguiram vitórias importantes operários desmascararam e combateram a sabotagem do patronato de diversas empresas, empregados bancários tomaram medidas contra a fuga de capitais, população denuncia greves reaccionárias, e sindicatos denunciam manobras de boicote, os trabalhadores de empresas em dificuldades económicas, os camponeses, os pequenos comerciantes reúnem-se, por iniciativa do PCP, e propõem soluções de classe.

A vigilância popular tem que continuar mas há aspectos que são de impossível solução sem a intervenção directa do Estado. Só este pode tomar um conjunto de iniciativas capazes de paralisarem a actividade boicotadora, sabotadora, dos monopólios, incluindo pela nacionalização. Saliente-se, contudo, as lutas originais e proffcuas dos assalariados agrícolas alentejanos e dos operários de empresas com dificuldades económicas.

A nacionalização, medida político-económica de grande importância, é actualmente um dos pontos centrais das forças mais progressistas. É uma medida política extremamente séria: importantes meios de produção deixam de ser propriedade privada e passam a propriedade do Estado, e este tem actualmente, como importante preocupação servir o povo.

Se assim é, também é verdade que não podem as forças democráticas perderem uma batalha histórica que pode ser vital.

Além disso aquela não pode ser aplicada indiscriminadamente, por razões económicas (ex. financiamento) e políticas. Nesta fase inicial, terá uma amplitude limitada, embora importante.

8. RESUMO DO AFIRMADO NUMA PERSPECTIVA MAIS AMPLA

Podemos resumir o afirmado na seguinte série de afirmações:

- É pesada a herança do fascismo.
- Certos aspectos inerentes a períodos de modificação política criam dificuldades.
- As forças políticas reaccionárias procuram jogar no caos económico.
- É possível combater a crise económica cabendo um papel fundamental ao Estado, ao Governo Provisório. É indispensável uma política antimonopolista consequente.
- Há que estar atento às manobras dos latifúndios e monopólios e aplicar as decisões enérgicas que forem necessárias para que eles não entrem no processo de democratização em curso.

Assim, apesar das grandes dificuldades que há a vencer, abrem-se hoje perspectivas de progresso económico e de uma mais justa redistribuição do rendimento. Muitos dos problemas de ontem podem hoje ser solucionados.

Contudo vários problemas continuarão sem solução possível no quadro da actual economia, quer porque continua a existir a apropriação monopolista dos meios de produção e a economia a estar integrada na esfera da economia imperialista — em grande medida resolvido quando estiverem criadas as condições para a realização das propostas do P. C. P. para a Revolução Democrática e Nacional —, quer porque continua a apropriação privada dos meios de produção — resolúvel pela revolução socialista.

A consciência do carácter limitado do processo actual de transformação económica reforça ainda mais a necessidade de lutar pela sua realização. A sua importância é enorme para uma melhoria imediata do nível de vida da grande maioria dos portugueses; a democratização geral da vida nacional; o desenvolvimento das forças produtivas essencial às fases futuras de estruturação social de um Portugal, no imediato, Democrático e Independente.

IV

1. Com o 25 de Abril e a política daí resultante, a guerra colonial acabou e a descolonização deu os seus passos vitais.

Muitos sacrifícios humanos que esse flagelo causava aos povos irmãos das colónias e ao povo português terminaram.

Esse acontecimento histórico de grande importância para Portugal, a África e o Mundo, quase nos autoriza a dizer: «só para isso mereceu a pena fazer o 25 de Abril».

Esta política de descolonização, cuja prática confirma a sua importância, é, nos aspectos essenciais, a que sempre foi defendida pelo Partido Comunista Português e que consta em todas as suas resoluções e programas. Foi a sua posição internacionalista e patriótica de defesa intransigente desse princípio que custou imensos sacrifícios e a vida de muitos dos seus militantes.

2. Também no plano económico a guerra colonial tinha consequências desastrosas.

É o que pretendemos demonstrar pelo artigo que se segue.

3. A conversão das potencialidades económicas então empregues na guerra e nas colónias em elementos vitais do progresso económico-social não é fácil. Pode no imediato apresentar algumas dificuldades (ex. emprego para soldados desmobilizados), mas são questões menores na panorâmica geral quer económica, quer social, política e histórica.

A EX-GUERRA COLONIAL E A ECONOMIA PORTUGUESA (21)

1. O SAQUE COLONIAL

Durante séculos as actuais colónias portuguesas foram essencialmente fornecedoras de mão-de-obra escrava, particularmente para o Brasil. A partir de fins do século XIX estabeleceram-se relações de exploração colonial típicas da fase impe-

rialista do capitalismo, verificando-se nas últimas décadas um seu agravamento.

Nunca o povo português se sentiu muito atraído pela espoliação das riquezas naturais das colónias, preferindo emigrar para outras paragens distantes. Nunca o povo português beneficiou alguma coisa com a exploração colonial, por múltiplas razões, entre as quais a saber:

1) A exploração das colónias tem tido um efeito contraditório no processo de desenvolvimento em Portugal na medida em que, por um lado, os grandes lucros coloniais e a venda em Portugal de produtos lá produzidos fizeram com que aumentasse a acumulação de capitais dos grupos monopolistas enquanto, por outro lado, a atracção para a realização de investimentos nas colónias tornaram mais lento o ritmo dos investimentos e correspondente criação de mais-valia em Portugal, sentindo os monopólios menos necessidade de o intensificar.

2) Tendo o capital português tido desde sempre a sua quota-parte na exploração colonial, no seu exclusivo interesse, os grandes grupos monopolistas ligados às grandes metrópoles imperialistas, essencialmente à Grã-Bretanha, numa primeira fase, e depois África do Sul, Estados Unidos, Alemanha Ocidental, etc., sempre tiveram um papel de primordial importância. Assim, por exemplo, assistimos em Angola ao facto da exploração de diamantes estar ligada à «Anglo-American Corporation of South Africa», «Banco Morgan», «Grupo Oppenheimer», «De Burs», «Guggenheim» e «Société Générale de Belgique»; o petróleo à «Compagnie Financière Belge des Petroles» (Petrofina), «Chase National Bank», «National City Bank of New York» e «Cabinda Gulf Oil Company» e até os transportes estão ligados à «Anglo-American Corporation of South Africa», «Westminster Bank», «British South Africa Company», «Cooper Brothers C.º», «The Angola Caling C.º», «Tanganica Concessions». Os exemplos podiam multiplicar-se.

O desencadeamento da guerra colonial teve por um lado a consequência de vir mostrar claramente esta situação de exploração dos povos e das riquezas naturais das colónias, vir acelerar o processo e, por outro, de criar uma situação económica qualitativamente nova inerente a uma economia de guerra num país de reduzido desenvolvimento histórico das forças produtivas e dependência de outras metrópoles imperialistas.

2. A GUERRA COLONIAL, PROBLEMA CENTRAL DO POVO PORTUGUÊS

A guerra colonial constituiu, nos últimos anos, um dos problemas centrais do povo português.

Sinteticamente podemos dizer que as consequências mais importantes da guerra colonial para a economia portuguesa foram:

1) — Orientação de enormes recursos financeiros para a guerra impedindo a formação de capital, designadamente por parte do sector público;

2) — Grave situação inflacionista e agravamento do nível de vida das classes trabalhadoras;

3) — Aumento dos investimentos estrangeiros e crescente relação de dependência das metrópoles imperialistas;

— Fuga da força de trabalho para outros países capitalistas mais desenvolvidos.

Vejamos alguns aspectos destas questões.

A partir de 1961 assiste-se a um acréscimo cada vez maior das despesas militares no conjunto das despesas públicas e também da sua percentagem em relação ao Produto Interno Bruto.

Em 1960 representavam 3 259 milhares de contos, em 1961 5 221 milhares de contos, em 1964 subiam para 7 705 e em 1970 atingiam 13 678 milhares de contos. Devido a esta evolução passaram de 28,7% das despesas públicas em 1960 para 44,6% em 1970.

Em relação ao Produto Interno Bruto a sua percentagem quase duplicou atingindo cerca de 10% nos fins da década de sessenta.

Lembremos, apenas como termo de comparação, que as despesas de «defesa e segurança» no período de 1939/49 orçava pelo valor médio de 1 383 milhares de contos.

Se estes dados só por si já dão uma ideia da grandeza e da importância que tais despesas tiveram na economia portuguesa, é interessante verificar que as despesas do Estado em investimento económico foi de 1 508 milhares de contos em 1960 e apenas 3 323 milhares em 1969 o que significou uma diminuição percentual no conjunto das despesas do Estado, passando de 13,3% para 12,1%. E no entanto a Formação Bruta de Capital Fixo ronda apenas os 20% do Produto Nacional Bruto, uma das percentagens mais baixas da Europa. Entretanto, apesar da grave situação educacional do povo por-

tuguês bem assinalada na existência de cerca de 30% de analfabetos, as despesas públicas com a educação pouco ultrapassam os 2% do Produto Nacional Bruto.

Resumindo, desde o começo da guerra colonial verificou-se um importante aumento das despesas públicas destinadas ao sector militar e os investimentos públicos não apresentam ritmo de crescimento que permita prever uma futura aceleração do desenvolvimento económico nacional.

No entanto, neste período, verificou-se novo impulso no capitalismo monopolista de Estado, como veremos.

3. É SOBRE O POVO QUE CAEM AS MAIS PESADAS RESPONSABILIDADES DE FINANCIAMENTO

A análise ficaria incompleta se não verificássemos qual era a origem do financiamento das despesas militares. Dois aspectos ressaltam imediatamente neste período: reforma das estruturas fiscais e criação de novos impostos e a importância notória da dívida pública.

Era sobre o povo que caíam as mais pesadas responsabilidades de financiamento, sendo o sistema tributário português degressivo. Por um lado, as grandes companhias eram isentas de impostos e muitas vezes recebiam subsídios enquanto a importância dos impostos indirectos aumentava assim como do imposto profissional.

Em 1955 os impostos directos e indirectos em milhares de contos eram respectivamente de 2 133 e 2 635; em 1962 passaram para 3 419 e 4 385 para atingirem em 1970 cerca de 8 500 e 12 400 milhares de contos. Os impostos constituem a principal parte das receitas ordinárias, representando então cerca de 70%.

O recurso à dívida pública como financiamento estatal era velha política do regime fascista e já em 1955, por exemplo, se podia constatar um montante de 14 162 milhares de contos e em 1960 encargos no valor de 852 milhares de contos. Contudo o seu aumento foi enorme na última década e em 1969 a dívida pública atingia 35 811 milhares de contos. Simultaneamente o aumento é particularmente sensível na dívida pública externa que na última década aumentou cerca de 5 vezes enquanto a interna duplicou. Sobre a maneira como o fascismo encarava este aspecto basta transcrever a seguinte afirmação dum dos ditos planos de fomento: «Por definição o

problema da capacidade de pagamento da dívida externa estará solucionada sempre que fôr possível assegurar novas entradas de capital suficientes para pagar os encargos da dívida anterior».

Estas formas de financiamento estatal têm efeitos de redistribuição do rendimento que se completam. Os empréstimos são concedidos normalmente por instituições financeiras ou empresariais que usufruem dos juros. Os impostos recaem com grande intensidade sobre as classes trabalhadoras, sendo a essas receitas que se vai recorrer em parte para o pagamento dos juros.

4. QUEDA DO NÍVEL DE VIDA DAS MASSAS POPULARES

Não havia ninguém em Portugal que não tivesse clara consciência que era veloz o ritmo de aumento dos preços, atingindo brutalmente os produtos de primeira necessidade. O homem do povo diria «é uma calamidade». Pode-se dizer que o aumento de preços apresentava as características seguintes: era geral, era constante e tendia a agravar-se.

Entre 1961 e 1968 os preços aumentaram a uma taxa de 94,73 %! Mas de então para cá a situação agravou - se e em 1973 a taxa de inflação foi de cerca de 21,2%. Alguns casos particulares de aumento de preços entre Outubro de 73 e Março de 74 podem dar uma ideia significativa da situação: arroz 20%, azeite 50%, bacalhau 113%, batatas 80%, bife 50%, chouriço 60%, frango 46%, fiambre 57%, gás 36% e óleo 47%.

Ora a causa principal e determinante desta situação é o aumento dos meios de pagamento em circulação. Em 1964 o Produto Nacional aumentou 6,9% e os meios de pagamento totais 15,6%, situação que se mantinha idêntica em 1969 (6,3% e 14,2%) e anos seguintes o que representa uma gritante desigualdade se considerarmos valores acumulados. Ora ao procurar-se o tipo de factores susceptíveis de implicar necessariamente um acréscimo da massa de meios de pagamento em circulação sem contrapartida num aumento dos bens económicos existentes no sistema encontramos-lo nas chamadas despesas de defesa e segurança, de que a grande parte é a despesa com a guerra colonial. Trata-se, de facto, de uma actividade estatal, improdutiva, influenciando toda a economia, a que não corresponde senão em proporção ínfima uma actividade económica produtiva.

Sem dúvida que na situação inflacionista também influem factores de base como a própria estrutura monopolista do capital e papel do capital financeiro e factores particulares como o aumento da dívida pública, a influência das economias externas, as remessas dos emigrantes e o próprio auto-alimento da inflação, mas o aspecto antes focado é o determinante. Para além do mais, verifique-se a coincidência entre o período em que se intensifica o aumento geral de preços e o período em que aumentam as despesas com «defesa e segurança».

5. A consequência principal da inflação é haver «uma redistribuição de rendimentos de vários níveis em proveito de alguns sectores e em prejuízo de outros, que aliás abrangem a grande maioria da população». Se tomarmos como exemplo o período de 1964 a 1968 e pegarmos nos dados oficiais, tão falaciosos, quanto a salários e distribuição dos rendimentos, verificamos imediatamente que os lucros líquidos das sociedades anónimas que distribuíram dividendos aumentaram de 64,0%; os lucros líquidos do balanço de 99 grandes sociedades anónimas aumentaram 90,0% e os salários industriais em Lisboa e Porto aumentaram respectivamente de 31,0% e 42,2%.

Uma análise mais cuidada do problema mostra que a parte dos salários dos trabalhadores produtivos no rendimento nacional era de 29,06% em 1961 e que nos nove anos seguintes caiu de cerca de 2%.

A situação miserável dos trabalhadores portugueses torna-se cada vez mais miserável.

Resumindo, pode-se ainda apresentar as seguintes consequências da inflação: intensificação da desproporção no desenvolvimento dos diversos ramos de actividade, atraindo capitalizações nuns e repelindo noutros; favorecimento de uma concentração capitalista operando independentemente dos aspectos tecnológicos; agravamento da crise agrária.

Só seria possível combater seriamente a inflação acabando com a guerra colonial. É por isso mesmo que a taxa de inflação tem diminuído desde o 25 de Abril, e isso apesar de se estar a viver um período de transição em que ainda são mantidas muitas tropas e feitas grandes despesas militares. (22)

Contudo, como veremos, enquanto houver monopólios continuarão a existir fontes de inflação, embora menos caudalosas, pelo que aquela só poderá ser totalmente debelada modificando radicalmente a estrutura social.

6. INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

Desde os primeiros tempos de instauração em Portugal de relações económicas de tipo capitalista, o capital estrangeiro teve um importante papel, particularmente o britânico. Também o regime fascista sempre aceitou, mais ou menos, o capital estrangeiro, mas depois do começo da guerra colonial houve uma mudança de posição: não só se aceitava como se estimulava. A seguinte transcrição do boletim n.º 5 da Société des Banques Suisses, do início da década de sessenta, é bastante significativo: «A evolução mais significativa no domínio financeiro é sem dúvida a mudança de atitude do Governo de Lisboa face aos capitais estrangeiros públicos e privados. Durante muito tempo Portugal mostrou-se desconfiado em relação aos capitais vindos do exterior. Mas as necessidades de financiamento do II Plano de Fomento e o esforço militar em Angola originaram um volte-face».

Em 1943 o saldo da balança de pagamentos de Portugal (Metrópole na terminologia oficial) em milhões de escudos era de 8,8 passando a 35 em 1959, a 978 em 1961, a 1 550 em 1963, a 2 983 em 1967 e em 1972 o saldo era de 1934 apresentando as entradas o valor recorde de 7 623 milhares de contos distribuídos da seguinte forma: investimentos directos 1 618, operações sobre títulos 251, créditos para operações sobre mercadorias 3 472, empréstimos financeiros 2 059. Se verificarmos o capital estrangeiro em % do capital social criado chegamos a conclusões semelhantes: 0,8 em 1959; 17 em 1961; 21 em 1969.

Esta diferente posição do governo fascista na última década traduziu-se em diversa legislação: decreto-lei 44 652 de 27 de Outubro de 1972, 44 699 de 17 de Novembro de 1962, 45 337 de 4 de Novembro de 1963 e 46 312 de 28 de Abril de 1965.

Supõe-se hoje que o capital estrangeiro predominará em mais de 600 empresas portuguesas, além daquelas em que participará minoritariamente. Mais, o capital estrangeiro predomina nos sectores chaves da economia tanto no ponto de vista financeiro como tecnológico. Nos últimos anos do fascismo, em sectores como da electrónica chegavam-se a montar empresas de capital totalmente estrangeiro.

É grave para a situação em Portugal o aumento de investimentos estrangeiros quer porque cada vez mais mais-valia

criada em Portugal sai do país constituindo uma tendência friadora de expansão económica, quer porque esses capitais na sua aplicação não se guiam pelos ditames resultantes das necessidades económicas do país e do seu povo, quer porque a sua razão principal de instalação em Portugal é explorar a mão-de-obra barata, quer ainda porque impõe ao Estado compromissos e situações de dependência. A procura quase desesperada do governo fascista de investidores estrangeiros para Portugal e colónias era a busca de meios de financiamento e de apoios diplomáticos.

O 25 de Abril veio alterar bastante esta situação.

7. DIMINUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Segundo os dados oficiais mais optimistas morreram na guerra 10 000 jovens e existem mais de 30 000 feridos e 20 000 estropiados.

Encontravam-se a cumprir o serviço militar nas colónias de quatro anos mais de 200 000 jovens.

Em termos de tempo de trabalho verificamos a perda definitiva de cerca de 600 milhões de horas de trabalho e a perda anual de cerca de 400 milhões de horas de trabalho de uma mão-de-obra no seu período de maior vigor.

Outro aspecto importante a considerar era a influência da guerra colonial sobre a emigração, influência directa que afectava muitos jovens refractários e desertores que se recusavam a combater, em número de cerca de 100 000, e uma influência indirecta pelo agravamento das condições de vida. Estes números, traduzidos em tempo de trabalho, expressar-se-iam em valores tão significativos, ou mais, que os atrás referidos.

É de realçar sobre o fenómeno emigratório dois aspectos:

— a sangria emigratória foi tão grande, particularmente para os países mais desenvolvidos, que entre 1960 e 1970 a população portuguesa diminuiu;

— a emigração que antigamente atingia predominantemente o sector campesino, abrange actualmente trabalhadores dos mais diversos sectores.

A emigração, que apresenta actualmente características próprias quer no plano internacional quer nacional, é um problema social e humano grave.

8. UMA GRANDE VITÓRIA

O fim da guerra colonial, aspiração profunda do povo português, cada vez mais manifestada apesar das interdições, ameaças e repressões, apesar de toda a campanha ideológica obscurantista e chauvinista sobre o problema, constituiu uma das reivindicações principais no tempo de Caetano.

O seu fim constituiu uma importante vitória dos povos das colónias e do povo português.

1. Inflação, isto é, aumento generalizado e sistemático de preços constitui um assunto de grande actualidade, quer em Portugal quer em todo o mundo capitalista.

Que a inflação é inerente ao próprio sistema capitalista é uma verdade que pode ser provada indirectamente: basta verificar a sua não existência nos países socialistas.

É isso que fazemos no primeiro artigo, mas a análise ficaria ainda muito incompleta.

2. É preciso determinar exactamente as causas e consequências da inflação nos países capitalistas, grosso modo, quem a provoca e a quem beneficia.

Só isto nos permitirá em primeiro lugar compreender porquê ela diminuiu desde o 25 de Abril e, seguidamente, definir políticas que correspondam à verdadeira solução.

3. Como fenómeno político-económico importante que é, dá origem a uma acesa luta de ideias, ao confronto de teorias ou falsas teorias explicativas do fenómeno.

Estivemos habituados, em regime fascista (e esperemos que não voltemos a ouvir) a ver explicar a inflação

— pela subida de salários, pelo espírito de permanente insatisfação das classes trabalhadoras, pela espiral infernal «salário-preço»,

a qual era acompanhada por outra mais tecnocrática, mas que ficava ao mesmo nível e que se exprime da seguinte forma:

— a procura de produtos aumenta e como o sector produtivo não está à altura de dar resposta a esta necessidade, a oferta não a acompanha e da conjugação de um aumento de procura e manutenção da oferta resulta o aumento de preços.

Estas duas explicações burguesas e simplistas da inflação são

muitas vezes conjugadas numa única, a explicação pela «sociedade de consumo», que se pode exprimir assim:

— «Para terem lucros os «empresários» aumentam os preços. Mas esta produção do período em preços não pode ser vendida. Ela é superior aos rendimentos do período. Então eles concedem o aumento de salários que os salarizados reivindicam. O aumento de salários permite então o escoamento do excedente da produção em preços e, portanto, a obtenção de lucros crescentes» (23) e assim sucessivamente.

4. O combate a estas posições, particularmente às duas primeiras, passa necessariamente pela apresentação de uma explicação correcta.

Contudo, queríamos referir desde já os seguintes aspectos imediatos e directos:

§1. Os preços são a expressão monetária dos valores de troca e o valor é determinado no próprio processo de produção. O valor de troca de todas as mercadorias mantêm necessariamente uma certa proporcionalidade entre eles que, globalmente, continua a processar-se, embora com oscilações, quando há inflação.

A segunda teoria esquece esta realidade, transpõe para o plano nacional uma coisa que é uma meia-verdade incompleta no plano do mercado de um produto.

Além disso, inflação acompanha muitas e muitas vezes a chamada crise e esta exprime-se por maior oferta do que aquela que o mercado interno (em última análise é sempre este) e externo podem absorver.

§2. No valor de troca uma parte corresponde ao valor da força de trabalho (cuja expressão monetária é o salário) e, a restante à mais-valia que é, quantitativamente, a mais importante.

Se o aumento de salários se verifica o preço pode-se manter: basta que a mais-valia diminua o que, inclusivé, poderá fazer

diminuir exclusivamente os lucros sem prejuízo de actividades improdutivas que, eventualmente, possam ser necessárias e empreguem muitos trabalhadores.

Parece-nos útil no referente a estes aspectos ideológicos da inflação transcrever a opinião de Delaunay, economista francês do PCF:

«Contudo, parece-nos que elas reflectem, através das suas representações deformadas da inflação, o carácter historicamente cada vez mais ultrapassado das relações de produção capitalistas. O que, por exemplo, é chamado inflação pela procura exprime o esforço de alguns perante a vontade cada vez mais espalhada de viver melhor. O que é chamado inflação pelos custos é ainda esse esforço ao verem desenvolverem-se as lutas por mais altos salários, pela estabilidade de emprego. O que é chamado inflação pelo excesso de consumo colectivo, traduz a incapacidade do grande capital em satisfazer a exigência complementar, e cada vez mais evidente, do homem plenamente social, simultaneamente produtor e indivíduo. Estas ideologias exprimem, para seu desgosto, a causa profunda da inflação da nossa época: o antagonismo das relações capitalistas de produção e das forças produtivas pressiona mudanças profundas nessas relações» (24).

Para analisar estas e outras falsas teorias é importante «O que é a inflação?» de Armando de Castro, particularmente na sua 4.^a edição.

5. Estamos conscientes que a inflação é um fenómeno muito complexo e que a sua explicação teórica no quadro do marxismo-leninismo já deu passos importantes (particularmente no aspecto político, isto é, de luta de classes) mas que continua com muitos e muitos pontos em branco

A INFLAÇÃO NÃO É UNIVERSAL (25)

1. É costume ouvir-se dizer que a inflação é um fenómeno universal. A justificar esta afirmação apresentam-se dados estatísticos dos E. U. A., da França, do Japão, da América Latina, etc.

Não é a primeira vez que raciocínios deste género são difundidos por todos os meios de informação. Eles surgem sempre que um acontecimento grave marca a evolução da sociedade capitalista. Já o ouvimos, por exemplo, no referente à grande crise económica de 1929-32.

Tais informações visam, em primeiro lugar, inibir de responsabilidades os aspectos específicos da estrutura económica de um determinado país e correspondente política, em segundo lugar, dentro do possível, fazer esquecer a própria existência do socialismo num terço do mundo.

Ora a verdade é que os males profundos que atingem a economia dos países capitalistas são os resultados das contradições internas do próprio sistema e, portanto, confinando com as suas próprias fronteiras.

A crise económica de 1929-32 não atingiu os países socialistas: não tiveram quebras de produção, não conheceram o desemprego. Também a inflação não os afecta: não conhecem a subida dos preços, o nível de vida das massas trabalhadoras aumenta.

2. Em 1972, o conjunto dos preços na U. R. S. S. diminuíram de 1,2%. Isto traduz um fenómeno que se tem verificado ao longo dos anos: «O conjunto dos preços aumentou, em trinta anos, 39% e baixou de 25% nos últimos vinte (entre 1950 e 1972)».

É certo que alguns produtos aumentaram um pouco, incluindo certos produtos alimentares, mas, no conjunto, esse facto é irrelevante, porque:

— baixaram os preços de muitos outros produtos, tanto alimentares como manufacturados de uso corrente (geralmente acompanhados de melhoria da sua qualidade);

— aumentaram os salários numa proporção muito mais intensa: aumentou o salário médio dos operários e dos empregados desde 1940 cerca de quatro vezes). (26)

Simultaneamente, aspectos essenciais da vida de cada cidadão são garantidos pelo Estado. Não constituem preocupação para o orçamento familiar: todos os cuidados médicos são gratuitos, o ensino é gratuito e a grande percentagem dos estudantes têm bolsas... A incerteza no futuro não existe: não há desemprego, a reforma é adequada a uma vida condigna.

Por estas razões, no orçamento familiar em 1971, enquanto o alojamento significa apenas 4% e a alimentação 35,7%, as

actividades culturais (de massas, note-se) e serviços diversos, cifram-se em 22,0%.

Este fenómeno não se verifica apenas na U. R. S. S. Ele é comum aos diversos países socialistas. Assim, por exemplo, reportando-nos a 1972, e tendo presente que é um ano absolutamente normal na evolução a longo prazo dos dados em estudo, verificamos que os preços diminuíram na Checoslováquia (menos 0,4%) e na Roménia (menos 0,1%), mantiveram-se invariáveis na Polónia, República Democrática Alemã e na Bulgária, e apenas aumentaram na Hungria (3%):

— (R. D. A.) «Algumas rubricas mantêm-se, durante vários anos, constantes: as referentes às despesas de transportes, gás e electricidade, alimentação, jornais, creches ou jardins de infância. Uma rubrica que se encontraria no orçamento de uma família de trabalhadores (portugueses)... está ausente: a saúde: a medicina é totalmente gratuita. (...) A rubrica habitação: há quase um ano, sofreu uma baixa sensível, a pontos de representar uma redução média de cerca de 200 marcos)».

— (Checoslováquia) «Durante os dois últimos anos, (alguns) preços de retalho baixaram «grosso modo» de dois biliões de coroas (...) Antes de 1 de Abril de 1973, procedeu-se de novo, a uma baixa dos preços de diferentes produtos de consumo, de cerca de 550 milhões».

Entretanto, nestes países, os salários médios aumentam. Na Hungria, a «alta (dos preços) de 3% (...) é um efeito das medidas de conjunto, pelas quais os salários dos operários foram aumentados em Novembro de 8 a 12%».

Nos países socialistas, os preços não aumentam. A sua tendência é para baixar. Simultaneamente, os salários reais não diminuem: aumentam as taxas médias anuais concordantes com o desenvolvimento económico geral e perspectivas futuras de melhoria de um nível de vida e do bem-estar do conjunto da população.

3. Esta é a realidade, confirmada pelas estatísticas, por experiências pessoais de autotones e estrangeiros.

Se os institutos de «sovietismo» americanos com estreita colaboração da CIA criam falsos dados sobre a «inflação na Rússia», é questão que apenas afecta os cérebros daqueles que as absorvem acriticamente.

Toda essa catadupa de propaganda não modifica a realidade nos países socialistas nem de um milímetro.

4. O facto de a inflação atingir o conjunto dos países capitalistas e não os países socialistas permite imediatamente concluir que esse flagelo das classes trabalhadoras não é um fenómeno natural, colocado acima dos homens, incontrolável, mas um resultado do próprio sistema económico-social.

O englobar todos os países capitalistas exige a sua apreensão, considerando as leis-gerais do desenvolvimento do capitalismo, particularmente no seu caso actual de capitalismo monopolista de Estado e, simultaneamente, mostra a insuficiência da apreensão do fenómeno, neste ou naquele país, pela simples consideração dos seus aspectos específicos político-económicos.

Não significa isto que não se considerem as condições específicas que, em determinado país, tornam mais agravante o fenómeno da inflação, antes pelo contrário. Elas são importantes para uma definição de objectivos a alcançar e caminhos a percorrer, mas devem ser acompanhadas duma sua integração nos aspectos globais do fenómeno.

Por outras palavras, há que mostrar que o aumento do custo da vida nos países capitalistas não é um fenómeno acima dos homens, que estes podem contrariar essa evolução, que podem obter resultados limitados quotidianamente, que poderão desferir sérios golpes neste ou naquele país, ao eliminarem as causas específicas do fenómeno, mas que só conseguem-lo-ão debelar totalmente quando previamente o fizerem em relação ao sistema económico-social em que se integram.

INFLAÇÃO PORQUÊ E PARA QUEM?

CONSIDERAÇÕES GERAIS NO QUADRO DO CAPITALISMO

1. É um facto incontroverso verificar-se, de forma sistemática e generalizada um aumento de preços nos países capitalistas.

Por isso, há uns anos a esta parte, se tem ouvido falar muito de inflação, embora nem sempre seja fácil compreender totalmente o fenómeno em causa e determinar as políticas correspondentes para a resolver.

Já atrás salientámos o carácter muitas vezes falacioso das chamadas «políticas anti-inflacionistas» que surgem como uma

necessidade dos próprios monopólios por três razões principais:

a) A inflação provoca um descontentamento crescente das massas trabalhadoras dando lugar a grandes lutas que põem em causa não só a subida dos preços mas o próprio sistema capitalista.

b) A inflação agrava muitas das contradições do capitalismo criando, quando passa determinados limites, dificuldades a alguns monopólios ou a partes dos seus negócios.

Noutros casos, a exportação da inflação por umas metrópoles imperialistas para outras afecta os monopólios destas últimas, que procuram limitar o processo. Este aspecto é claro nas guerras monetárias.

c) As «políticas anti-inflacionistas» burguesas não atacam o essencial das causas do fenómeno, não afectam os monopólios, dão a ilusão do governo burguês estar a tentar resolver o problema, criam explicações e instrumentos políticos que, muitas vezes, fazem agravar a situação das classes trabalhadoras.

Já passou o período em que a inflação era defendida como uma política económica contra o desemprego ou para permitir um rápido desenvolvimento.

A inflação deixou de ser uma panaceia e aparece claramente aos olhos de todos como um mal, um grande mal do capitalismo.

2. Nem todo o aumento de preços pode ser considerado como inflação, mas sim aquele que é geral, constante e que tende a agravar-se. Isto independentemente de atingir mais uns produtos que outros.

Actualmente, nos países capitalistas, em Portugal, com particular acuidade dentro da Europa, estes factos não só se têm verificado como atingem taxas anuais elevadas: cerca de 20% em 1972 segundo os dados oficiais portugueses, indo já pelo mesmo montante no 25 de Abril.

Sendo assim, a justificação tem que ser encontrada, em primeira análise, no próprio processo de formação de preço de toda e qualquer mercadoria.

3. Toda a mercadoria tem um valor de uso e um valor.

Designa-se por valor de uso a qualidade que ela tem de poder satisfazer necessidades. Este é indispensável para que um determinado bem seja uma mercadoria, isto é, possa ser trocada por outra. É, assim, o sustentáculo do valor.

Constitue o valor a quantidade de trabalho socialmente necessário incorporada na mercadoria. Este, na sua expressão quantitativa, determina a relação de troca entre dois valores de uso diferentes.

Um é sustentáculo do outro e vice-versa, mas as suas relações também são contraditórias: «o valor de uso da mercadoria do produtor não tem para ele interesse senão no momento da alienação (abandono para a venda) enquanto valor de uso e é somente quando o valor de uso na troca é negado enquanto tal para o produtor, que é afirmado o valor da sua mercadoria» (27).

A expressão desta contradição entre valor de uso e valor é o valor de troca que exprime a proporção em que uma mercadoria é trocada por outras no conjunto do mercado.

Mas, em regime mercantil, uns produtos não são trocados directamente por outros. Como elemento intermédio surge o dinheiro.

Podendo haver factores que interferem entre o valor de troca, num primeiro momento, e a expressão monetária que este toma, num segundo momento, o preço é, inevitavelmente, a expressão monetária do valor de troca.

Aumentando a quantidade de moeda e mantendo-se a produção teremos, conseqüentemente, uma mais elevada expressão monetária do valor de troca, isto é, duma forma geral, um preço mais elevado.

Mais, a quantidade de moeda em circulação aparece como o único factor capaz de fazer variar globalmente os preços.

Convém, contudo, partindo desta posição de princípio, atender a três aspectos:

a) A força de trabalho também é uma mercadoria e o seu valor de troca exprime-se, monetariamente, no salário. Pareceria lógico que o preço desta mercadoria acompanhasse a evolução geral de preços. Contudo, esta lógica aparente choca com a realidade dos factos e com a luta no próprio plano económico.

Em capitalismo, a força económica fundamental é o capital, mais precisamente para a época actual, o capital monopolista. Este beneficia com o aumento de preços das mercadorias que produz e, portanto, com o processo «espontâneo», mas prejudica-se com o aumento de salários que diminui a sua mais-valia, pelo que lhe opõe a mais séria resistência, ao ponto daquele só ser conquistado pela luta dos interessados. O de-

semprego, o carácter rígido de contrato que os salários tomam facilitam os desígnios dos monopolistas. (28)

b) Se aumenta a expressão monetária do valor de troca, aumenta também a dos novos rendimentos criados, essencialmente a mais-valia, pelo que o processo inflacionista há-de, inevitavelmente, reflectir-se em todos os circuitos de redistribuição do rendimento, embora não uniformemente e por processos contraditórios, e toma corpo na venda dos resultados das actividades improdutivas.

c) Se uma mercadoria se troca por dinheiro quer dizer que este também tem um valor de troca, embora, como veremos, específico, na medida em que se assiste à desmetalização da moeda em regime capitalista, sendo a sua função social baseada na «confiança» garantida pelo Estado.

4. Podemos dizer que inflação e aumento de moeda em circulação são duas faces do mesmo problema.

Por isso, «no domínio económico, a inflação é a conjugação de dois aumentos diferentes o dos preços e o das diversas formas de dinheiro (em particular dinheiro de crédito) conduzindo à diminuição do valor de troca do dinheiro». (29)

Assim, há que analisar quais os mecanismos que actualmente fazem aumentar a moeda em circulação.

Mas, antes, há que localizar uma série de aspectos específicos da moeda na actualidade, cuja compreensão permite afirmar que a inflação não é fenómeno novo mas tem características totalmente novas em capitalismo monopolista de Estado.

Essas novas características interferem com todas as funções da moeda em produção mercantil: medida de valor, meio de circulação, meio de acumulação, meio de pagamento a que há que acrescentar o seu carácter universal.

Vejamos, pois, essas especificidades actuais da moeda:

a) Nos primórdios e durante longo tempo da sua existência, a moeda era um metal, muitas vezes o ouro, que continha em si, efectivamente, um valor e um valor de troca.

«Quando em 1891 se verificou em Portugal uma grave crise económico - financeira, a circulação de notas bancárias devia representar uns 40% do total, sendo nesta altura que se suprimiu a circulação da moeda de ouro». (30)

Como forma de «economizar» riqueza nacional e devido às funções que o dinheiro era chamado a desempenhar, o ouro foi substituído por papel moeda, mas este era convertível em

ouro e o valor de troca da moeda correspondia ao próprio valor de troca do ouro.

Durante todo este período havia uma «materialização» do valor de troca do dinheiro quedificultava a sua multiplicação desmesurada e com as consequências que, depois, se iriam verificar.

Mesmo durante o segundo período, que durou no geral até ao fim da primeira década do nosso século, se se aumentava a quantidade de moeda e esta perdia valor de troca, haveria uma parte que iria ser trocada no Banco Central pelos seus proprietários, pela quantidade de ouro nominalmente designada. Quer dizer, havia uma forma automática de fazer diminuir a quantidade de papel-moeda em circulação.

Posteriormente, o papel-moeda passa a ser imposto pelo Estado sem que seja convertível. Deste aspecto resulta:

- inexistência de um sistema automático de compensação da diminuição do seu valor de troca.

- o Estado pode fazer aumentar desmesuradamente a quantidade de papel-moeda em circulação. E como isto se passa em capitalismo, o Estado que tem essa capacidade é o Estado dos capitalistas.

b) Actualmente existem diversas formas físicas de moeda, a saber:

- peças metálicas (que também não tem em valor de metal o valor de troca que exprimem) e papel-moeda que atrás referimos.

- com base nos depósitos à ordem existentes os cheques emitidos funcionam como moeda. Aí os bancos e os particulares já interferem directamente na criação de moeda.

- são, também, cada vez mais utilizados créditos garantidos, tais como letras comerciais, aberturas de crédito, passagem de cheques a descoberto (para além do montante dos depósitos). A garantia que os bancos e monopólios dão a essas formas de pagamento, com base no seu carácter transnacional, e que cada vez mais é confirmado pela garantia de liquidez acordada pelo Banco Central aos bancos faz com que esses créditos tomem a forma de quase-dinheiro bancário e moeda.

Ora neste aspecto há a influência directa dos monopólios e grupos monopolistas que passam a ter a faculdade de criar quase-moeda.

Este é um aspecto novo da nossa época e que tende a aumentar de importância. Está indissolivelmente ligado ao crescente papel dos monopólios em regime capitalista.

c) Nas formas de pagamento internacional tem havido, ao longo do processo de rivalidade entre as metrópoles imperialistas, flutuações na adopção de uma certa moeda.

Contudo, se ainda hoje o ouro desempenha uma importante função, existem determinados papéis-moeda que passam também a ter uma função de moeda universal: é principalmente o caso do dolar e, secundariamente, da libra.

Este é, também, um fenómeno relativamente novo que permite às metrópoles imperialistas mais poderosas resolverem muitas das suas dificuldades económicas à custa dos outros países, muito particularmente, dos trabalhadores dos outros países.

A exportação da inflação não se faz apenas pelo mercado externo de mercadorias mas pela própria forma de pagamento.

Actualmente a quantidade de dólares na Europa — euro-dolares — adquire proporções impressionantes.

5. Vejamos a título indicativo a evolução da massa monetária em Portugal na última década:

(em biliões de escudos)

	1965	1973
Disponibilidades monetárias	74,2	191,5
— Notas e moedas em circulação	22,1	38,3
— Depósitos à ordem	52,1	153,2
Disponibilidades quase-monetárias	19,3	111,1
TOTAL DA MASSA MONETÁRIA	93,5	302,6

Quer dizer, nestes oito anos o total da massa monetária aumentou 3,2 vezes. Mas a proporção de aumento de cada uma das suas partes foi diferente. As disponibilidades monetárias aumentou 2,6 vezes, graças aos depósitos à ordem que aumentaram 2,9 vezes, e as disponibilidades quase monetárias 5,8 vezes. Estas passam de uma importância relativa de 20,7% para 36,7%.

Em Portugal, na última década e meia de regime fascista, exactamente aqueles e que o processo inflacionista surge com maior acuidade e particularmente nos últimos anos, a quantidade de massa monetária aumentou imenso (muito mais do que a produção nacional), cabendo um grande destaque à parte que pode ser influenciada quer directamente pelos monopólios, quer pelo Estado.

6. Pelo que ficou dito, explicar a inflação é, em última análise, verificar por que mecanismos pode aumentar a quantidade de moeda em circulação, mais exactamente, que permite aumentar a moeda e quase-moeda mais proporcionalmente que a quantidade de mercadorias e serviços materiais.

É um problema bastante complexo e cujo estudo tem que ser muito desenvolvido. Vamos tentar sintetizar algumas achegas:

1) As despesas parasitárias e improdutivas ligadas ao Estado, tendem a fazer aumentar a massa monetária em circulação quer por empenhamento directo do Tesouro quer de organismos semipúblicos.

São bem conhecidas, na generalidade dos países capitalistas as despesas com a guerra, com a repressão, com um aparelho de Estado burocratizado.

Esta constituiu a causa maior da inflação em Portugal durante o regime fascista.

2) Os monopólios dominam a vida nacional e impõem os seus preços, fenómeno que constitui, não uma realidade sectorial ou local, mas cada vez mais global.

Os preços de monopólio tendem a aumentar (aliás como os preços públicos) de forma permanente e que faz com que «a todo o momento, o preço da produção social seja superior ao seu valor» (31) o que corresponde a diferentes estímulos:

— forma de combater, contraditoriamente, a diminuição da taxa de lucro.

— para compensação das despesas improdutivas e parasitárias, tais como diferenciações artificiais dos produtos, publicidade, etc.

— como recuperação das elevadas taxas de amortização das máquinas e equipamentos, não pelo seu desgaste mas pela rapidez da sua obsolescência na actual sociedade em que a técnica progride a ritmos vertiginosos.

— «da mesma maneira, e contraditoriamente com o que acaba de ser referido, a concorrência monopolista induz à alta de preços para permitir a colocação de supercapacidades de produção». (32)

Além disto, uma das formas principais de receitas estatais em capitalismo monopolista de Estado é a fiscalidade indirecta que vai aumentar ainda mais os preços.

Aliás, o Estado e os monopólios conjugam os seus esforços nesse aumento de preços.

Ora todas estas despesas dos monopólios que se exprimem nos preços e a própria «rentabilização» do capital por esta forma, têm como contrapartida o aumento da quantidade da massa monetária, nomeadamente de quade-moeda. Mais precisamente o processo é duplo:

— «A alta dos preços, monopolistas e públicos, provoca a formação de dinheiro, o qual avalisa o lucro monopolista contido nos preços em aumento, indo tudo isto desembocar na degradação do valor do dinheiro.

— A emissão monetária permite a formação de lucros monopolistas e provoca, em certas condições, a degradação do valor da moeda pela alta dos preços» (33)

3) A desvalorização do dólar por razões de política e situação interna dos Estados Unidos repercute-se nos outros países capitalistas, quer indirectamente por todos os processos de imposição do seu poderio, quer directamente pela desvalorização das reservas de dólares possuídas pelos outros países nos seus bancos centrais, nos monopólios aí instalados.

4) A quantidade de moeda de um país, também pode aumentar ou diminuir pela actuação especulativa das empresas multinacionais que, como sabemos, dispõem de grandes capacidades financeiras:

«As firmas multinacionais têm a possibilidade de avançar ou retardar os pagamentos internos e assim favorecer as operações especulativas. Podem proceder a transferências de capitais internos o que, considerando as possibilidades de centralização do capital de que dispõem, permite-lhes beneficiar das variações de câmbio». (34)

7. A inflação aparece, embora em proporções diferentes, em todas as fases do ciclo de produção.

Nos períodos de crise (superprodução de capital, nomeadamente capital-mercadoria) verifica-se um aumento acelerado de concentração, em que os bancos têm um papel de destaque, e a crise é acompanhada de uma «necessidade de dinheiro».

«Na fase ascendente do ciclo económico, acompanhando a reconstituição das condições favoráveis de valorização do capital, há um encorajamento ao investimento. Estas condições novas estimulam o recurso ao crédito, o que aumenta a massa de capitais existentes». (35)

8. Como sustentáculos de tudo o afirmado estão dois fenómenos novos nos países capitalistas, isto é, posteriores à

primeira guerra mundial, característicos do imperialismo, e que se verifica igualmente em Portugal:

— Reforço da ligação entre indústria, comércio e bancos e concentração destes.

— Papel do Estado como banqueiro dos monopólios e constituição de novas relações entre os monopólios e o Estado (veja-se o artigo seguinte sobre o capitalismo monopolista de Estado em Portugal).

9. Também aqui relembramos uma opinião comum: a inflação auto-alimenta-se: «o aumento dos preços e da moeda garante, inclusivé, as funções de rentabilização do capital, num dado local ao favorecer a sua acumulação, a redução do avanço do capital variável. Mas, através de todo um processo contraditório, ele tende a aumentar a quantidade de capital exigindo a sua parte de lucro. E, portanto, exigindo novo aumento». (36)

10. Tudo o que foi dito aqui é no estrito campo económico mas a inflação é também um fenómeno político, é uma expressão da luta de classes.

Sem aprofundar este aspecto, basta recordar as seguintes palavras do economista burguês Keynes, um dos cimentadores da teoria da acção do Estado em capitalismo monopolista, que já em 1936 escrevia:

«A experiência corrente ensina de forma indiscutível que uma situação em que a mão-de-obra se estipula (dentro de certos limites) mais em salários nominais que em salários reais, não é uma simples possibilidade, mas constitui o caso normal. Enquanto que a mão-de-obra normalmente resiste à baixa de salários nominais, não tem nos seus hábitos reduzir o seu trabalho por cada aumento dos preços dos bens de consumo operários» (37)

CONCLUSÕES PARA O CASO PORTUGUÊS ACTUAL

11. Como vimos, a guerra colonial era a causa mais importante da inflação em Portugal e esse facto foi sobejamente demonstrado por Armando Castro no livro a que fizemos referência.

O fim da guerra colonial, embora, devido ao carácter transitório do período actual, se continuem a fazer excessivas despesas militares, tinha, inevitavelmente, que provocar uma diminuição da inflação.

12. Contudo, se era historicamente a mais importante, não era exclusiva, particularmente na fase de capitalismo monopolista de Estado, com crescente concentração bancária, em que, decididamente, a economia portuguesa se encontrava nos últimos anos do regime fascista.

Assim, podemos dizer, que uma parte da diminuição da inflação se deve ao próprio retraimento da actividade económica dos monopólios, incluindo as multinacionais, ao boicote às remessas dos emigrantes, etc.

13. Esta diminuição resulta, pois, de factores duradouros (melhor, definitivos) e de elementos transitórios, pelo que a inflação tenderá a aparecer mais forte no futuro, se não forem tomadas medidas adequadas.

Só o fim dos monopólios permitirá quase liquidar a inflação se, e só se, aquele se integrar numa perspectiva de libertação definitiva de Portugal dos monopólios, rasgando os horizontes da passagem ao socialismo.

Só dessa forma se destruirá as suas bases de criação.

Contudo, sem uma medida tão generalizada será possível evitar o fortalecimento da inflação e até reduzi-la desde que se nacionalize totalmente a banca privada e se acabe com o segredo comercial, articulando estas importantes medidas com toda uma vasta e diversificada política antimonopolista do Estado democrático.

14. Não podendo ser de desprezar outras medidas parciais que eventualmente possam vir a ser assumidas, temos que ter sempre presente:

- o que significam determinadas «políticas antimonopolistas» a que atrás se fez alusão;
- é necessário tomar sérias medidas anti-inflacionistas;
- estas articular-se-ão necessariamente a uma sistemática e profunda política antimonopolista.

Como já referimos a política antimonopolista é uma questão central no momento actual.

A sua concretização é e será o resultado da conjugação da luta das massas populares e da intervenção das forças progressistas a nível governamental.

O que significa essa profunda política contra os monopólios e a compreensão do que tem sido e poderá ser a actividade do Estado na vida económica, nas diversas opções políticas, são momentos fundamentais do estudo da realidade actual.

O ESTADO E A ACTIVIDADE ECONÓMICA (38)

A. O ESTADO E A EVOLUÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA

«As contradições do imperialismo aceleram a transformação do capitalismo de monopólio em capitalismo monopolista de Estado. Ao reforçar o poder dos monopólios na vida nacional o capitalismo monopolista de Estado reúne o poder dos monopólios ao do Estado num mecanismo único destinado a salvar o regime capitalista, a aumentar ao máximo os lucros da burguesia imperialista pela exploração da classe operária e a pilhagem de largas camadas da população» (NRI 12 / 60 — Conferência de Partidos Comunistas).

CAPITALISMO MONOPOLISTA

1. É bem claro que nos países de apropriação privada dos meios de produção há muito deixou de existir como elemento determinante a pequena actividade económica baseada numa técnica rudimentar e nas capacidades manuais do artífice. Também pertence ao passado a existência de fábricas com técnicas mais ou menos desenvolvidas com semelhantes capacidades de comprarem e venderem mercadorias, de angariarem mão-de-obra, de obterem créditos, etc.

Desde o início do século que na generalidade dos países capitalistas se assiste ao surgimento e crescimento de grandes

empresas industriais e bancos que usufruem de uma situação privilegiada no mercado, impondo no sector em que actuam, a sua vontade toda poderosa: criam bens e necessidades, impõem preços, captam pequenas e médias poupanças, absorvem e estimulam o crédito, etc.

Continuando a existir a pequena e média empresa, coabitando muitas vezes com formas arcaicas de actividade económica, particularmente na agricultura, podendo existir aqui e além minimercados em que todos intervêm de igual forma, no conjunto da economia de cada país capitalista quer desenvolvida quer subdesenvolvida, são os monopólios que dominam, assim como o são no conjunto da economia capitalista mundial:

— Os activos líquidos das 500 multinacionais (empresas monopolistas com tentáculos em diversos países) mais poderosos do mundo, radicadas principalmente nos Estados Unidos, ultrapassam os 250 000 milhões de dólares, no ano passado, soma esta que representa o triplo das reservas monetárias conjuntas dos Estados Unidos, Alemanha Federal e Grã-Bretanha.

— «Segundo os dados da O. N. U. os 300 monopólios internacionais mais importantes concentram à volta de 22% do produto nacional bruto dos países capitalistas desenvolvidos no seu conjunto. Em 1972 a produção industrial das filiais estrangeiras dos monopólios internacionais (370 000 milhões de dólares) ultrapassou o volume das exportações capitalistas mundiais. A produção industrial das empresas colocadas no estrangeiro pertencentes aos minopólios americanos representa quatro vezes a exportação dos Estados Unidos». (39)

Esta situação teria inegavelmente que surgir em Portugal, como país capitalista que é, mas desde o seu nascimento teve aspectos particulares, pois não resultou apenas de uma evolução das forças produtivas — aquisição e aplicação de novas técnicas — mas de uma imposição coerciva do fascismo. «Em 1926 a pequena e média burguesia ainda tinham um peso considerável na indústria, no comércio, na própria banca. Na maior parte dos ramos industriais estava ausente o domínio monopolista. O capital bancário e o capital industrial ainda se não tinham fundido tão intimamente que assegurassem para si o controlo da vida económica nacional. Instaurando o governo fascista o grande capital passou a impôr com a força terrorista do Estado a defesa dos seus interesses (Programa do P. C. P. pág. 27).

CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO

2. A etapa do capitalismo que acabamos de referir, o imperialismo, não aparece de forma idêntica em todos os países: uns são as metrópoles imperialistas com um elevado grau de desenvolvimento — E. U. A., Grã-Bretanha, República Federal Alemã, França, etc. — e outras regiões de subdesenvolvimento, podendo-se considerar algumas situações intermédias. Graus de desenvolvimento diferentes que formam um todo: as nações pobres são riqueza das ricas.

Assiste-se a um desenvolvimento desigual do capitalismo em cada país.

Também não se manteve ao longo dos anos da mesma forma. Os monopólios aumentam o seu poder. No capitalismo desenvolvido assiste-se a uma actividade crescente do Estado na vida económica, situando-se o grande impulso inicial durante a crise de 1929/32 que abalou todo o mundo capitalista: falências em massa, excesso de mercadorias não absorvidas a nenhum preço e fome, redução brutal da produção, desemprego massivo e descontentamento das massas populares, falta de confiança dos capitalistas no futuro, revolta nos operários.

O Estado ao intervir procura salvar o capitalismo mas a única forma de o fazer é apoiando os seus senhores e donos: os monopólios. Simultaneamente estes dominam cada vez mais o aparelho de Estado.

As formas concretas de reunião do poder dos monopólios ao do Estado e de intervenção do Estado são abundantíssimas: manutenção de regimes coloniais e neocoloniais, cooperação na exportação e importação de capitais, despesas improdutivas, coacção à nação de empréstimos às grandes empresas, investimentos nas infraestruturas e sectores de baixa ou negativa rentabilidade, garantia de mercados, empresas privadas financiadas publicamente, subsídios, regimes tributários especiais, complementarização do sector bancário por actividade de financiamento, etc.

Quem beneficia no essencial da actividade do Estado em capitalismo monopolista de Estado são os monopólios — as actividades sociais daquele resultam da correlação de forças das diversas classes sociais e das necessidades impostas pela boa conservação da mão-de-obra (força de trabalho) — mas, pela própria natureza da obtenção de recursos do Estado, é

em grande parte, as classes trabalhadoras quem a financia (desde os impostos à inflação).

A passagem do capitalismo monopolista ao capitalismo monopolista de Estado resulta do acentuado carácter social da produção, das situações difíceis em que o capitalismo se encontra pelo agravamento das suas contradições. O capital constante atingiu tal volume e a produção global de mais-valia tais limites que já não basta os monopólios arruinarem as pequenas e médias empresas para que tenham lucro considerado compensador. É necessário que o Estado, financiado pela Nação, promova acumulação de capital não lucrativo salvando o próprio capitalismo e a economia do país, permitindo que os grandes senhores da economia tenham lucros fabulosos.

FASCISMO E CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO

3. Desde o início do fascismo que o Estado actuou ao serviço dos monopólios nacionais e estrangeiros e dos latifundiários. Para tal criou as estruturas políticas que aqueles necessitavam para dominarem (organização corporativa, por exemplo), impôs medidas coercivas contra os sectores não monopolistas (ex.: Lei de Fomento Nacional); tornou a força de trabalho numa mercadoria de baixo preço (ex.: proibindo sindicatos livres), concedeu facilidades especiais aos monopólios (ex.: isenção de impostos), etc.

A evolução da economia, os entraves que os monopólios encontram na continuação de obtenção de fabulosos lucros, em grande parte resultante das contradições e estrangulamento que foram agravados pelo próprio fascismo (ex.: falta de mercado interno, reduzido mercado externo e viragem para este da produção), e factores políticos tais como a guerra colonial, fizeram com que o Estado viesse a aumentar a sua actuação directa.

Quer-se com isto dizer que sempre o fascismo foi unha com carne com os monopólios mas só numa segunda parte da sua existência surgiu o capitalismo monopolista de Estado em Portugal: «Nos últimos anos (do fascismo) verificou-se ainda a passagem a uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo monopolista, o capitalismo monopolista de Estado. O Estado interveio em todos os aspectos da vida económica fundiu o seu poder com o poder dos monopólios já dominantes, pôs

ao seu serviço todos os meios de Estado, constituindo com eles um «mecanismo único» (Programa do P. C. P., pág. 29).

É difícil determinar uma data desta viragem qualitativa por duas razões principais: deficiência de organização estatística no nosso país e própria natureza do fenómeno. Quanto a este resulta do aspecto qualitativo do capitalismo monopolista de Estado (integração Estado-monopólios) sempre ter existido e estar-se face essencialmente a um problema quantitativo de certas grandezas que, tirando alguns casos excepcionais teve um aumento progressivo ao longo dos anos.

Utilizando os conceitos económicos burgueses que estão na base da elaboração das estatísticas, parecem-nos relevantes os seguintes dados em percentagens (a preços correntes):

Despesas correntes do Estado no conjunto das despesas de consumo	1952	11,33
	1961	13,70
	1962	15,11
	1972	16,38
Formação Bruta do Capital Fixo da Administração Pública no conjunto da F. B. C. F.	1952	13,36
	1962	13,97
	1963	16,96
	1972	20,46
(foi maior em 1969)		
Receitas correntes da Administração (Central e Públicas) no Rendimento Nacional	1952	21,23
	1970	28,97
	1972	27,49
Montante global das despesas do Orçamento Geral do Estado no Rendimento Nacional	1960	14,44
	1965	19,29
	1969	21,75
	1972	20,88
Subsídios do Estado a empresas no Produto Nacional Bruto a preços do Mercado	1938	0,38
	1971	1,50
Parte do Rendimento Nacional criado no sector público	1952	7,17
	1968	13,61
	1972	14,52
Parte do Produto Nacional criado nas empresas públicas	1947	1,57
	1970	12,14
	1972	12,36
	(no essencial é em sectores improdutivos)	

Podemos concluir que os dados apontam para a existência de capitalismo monopolista de Estado durante o regime fascista e existem dois períodos de impulso: o primeiro situa-se

nos anos de início da guerra colonial e o segundo nos primeiros anos de «marcelismo».

Como elemento fulcral em 1961/63 temos a guerra colonial que, por um lado, impôs, pela sua própria existência, um aumento da importância do Estado em determinados aspectos e, por outro, as dificuldades criadas exigiram uma intervenção diferente, que se realizou, apesar dos recursos para a guerra serem imensos e prioritários, na óptica fascista, e o país estar numa situação caótica.

Nos anos 1968/70 os factores que determinaram o novo impulso foram vários e não temos aqui possibilidades de escaloná-los por ordem de importância. Temos o agravamento da contradições do capitalismo português por situações defeituosas que já vinham de antes, particularmente de 1961-67, e a situação política do «marcelismo» que, acompanhando a demagogia «liberalizante» procurou dar uma «nova» ordenação aos interesses do capital. Temos igualmente o agravamento do capitalismo monopolista em quase todos os países da Europa e a sensibilidade da nossa economia aos processos externos, particularmente em períodos de reforço das nossas ligações ao capitalismo europeu.

4. Também os monopólios nacionais e estrangeiros e os latifúndios evoluíram. É clara a estreita relação entre latifúndios e monopólios, a identidade de propriedade de uns e outros, assim como é nítida a interligação apertada entre capital estrangeiro e nacional, a qual se processa quer pelos investimentos directos e indirectos, quer pelos empréstimos e relações da banca portuguesa com a estrangeira, quer pela introdução de técnicas. Se alguém gozou de certa autonomia foi o capital monopolista estrangeiro.

Além disso os monopólios de um determinado sector estão em estreita relação com os monopólios de outros sectores quer pelo próprio processo concorrencial quer, determinantemente, pela propriedade das acções de uns e outros. Estamos já não perante monopólios actuando isoladamente mas grupos monopolistas em que se verifica o domínio de capital de umas empresas por outras, grande importância dos bancos nessa centralização capitalista, posse maioritária do capital de diversos monopólios pela mesma pessoa ou família. De facto «um número insignificante de famílias têm nas suas mãos a maior parte dos recursos, riquezas, dos capitais, das terras, das alavancas da vida económica e financeira nacional».

CONDIÇÕES OBJECTIVAS PARA UMA RÁPIDA DEMOCRACIA ECONÓMICA

5. Estes factos criam condições favoráveis à instauração de uma profunda democracia em Portugal, que inclua o sector económico, a partir do momento em que o Estado esteja nas mãos das massas populares e, portanto, vise servir estas.

O carácter fortemente centralizado do domínio monopolista sobre o conjunto da economia, a centralização em grupos monopolistas cujo capital está na posse de um grupo restrito, criam excelentes condições para um rápido controlo da economia pelo Estado Democrático. Para tal basta, num primeiro passo, uma política antimonopolista bem dirigida e que apenas afecta um grupo muitíssimo limitado de grandes senhores.

Um outro factor que na fase do capitalismo monopolista de Estado cria condições favoráveis a essa intervenção democrática é o próprio grau de actividade económica e intervenção que cabe ao Estado, ontem ao serviço dos monopólios, amanhã do povo.

B. O ESTADO NO PORTUGAL DE HOJE

«O derrubamento do governo fascista pela sublevação militar do 25 de Abril de 1974 modificou radicalmente a situação política portuguesa. (...) Trata-se de uma viragem na vida nacional, inserida objectivamente no processo histórico que o Partido Comunista Português define como a revolução democrática e nacional» (programa do P. C. P., pág. 65).

O QUE DIZ O M. F. A.

6. O estreitamento e comunhão de objectivos entre os grupos monopolistas e o Estado sofreu uma quebra no 25 de Abril, que hoje se mantém. Os poderes económico e político já não são coincidentes.

Este facto apareceu claramente desde o início, expresso no programa do M. F. A., intérprete das «aspirações e interesses da esmagadora maioria do povo português»:

— Todas as «medidas imediatas» visam a destruição do aspecto político mais importante da acção dos monopólios: o Estado fascista.

— Diz que o «Governo Provisório lançará os fundamentos de uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas», falando, consequentemente, de «uma estratégia antimonopolista».

UMA EXPERIÊNCIA VÁLIDA

7. Estes aspectos estavam expressos no Programa do M. F. A. e a prática política desde então veio confirmá-lo plenamente.

Podemos apresentar como aspectos significativos dessa diferenciação de classe entre a economia, dominada pelos grupos monopolistas e latifundiários, e a estrutura política, nomeadamente o aparelho de Estado, o seguinte:

— Início do processo de descolonização apesar dos interesses monopolistas em jogo e das posições antineocolonialistas dos principais movimentos de libertação.

— Legislação e medidas económicas nomeadamente de fixação e salário mínimo de ajuda às pequenas e médias empresas, nacionalização dos bancos emissores, nova escala de impostos, da lei das rendas de casa, devolução de baldios, nova situação de arrendamento da propriedade rural, o decreto-lei 660/74 (intervenção do estado em empresas em dificuldades económicas) e sua aplicação, muitas vezes exigira pelos trabalhadores, etc. (40)

— Presença do Partido Comunista Português, comprovado lutador pela democracia e o socialismo na Coligação Governamental.

— Ataque cerrado aos conspiradores da minoria sediciosa que incluía partidos e pessoas ligadas ao grande capital. (41)

Pode-se defender que se poderia ter ido mais longe nas medidas antimonopolistas — embora o «se» condicional levar a fazer a história de não-história — mas é inegável que o que já se fez é em muito divorciado dos interesses dos monopólios.

8. O processo desde o 25 de Abril no campo económico, está perfeitamente dentro, embora não a esgote, da orientação definida pelos democratas portugueses que reunidos no III Congresso da Oposição Democrática aprovaram: «Os interesses dos trabalhadores exigem um modelo de desenvolvimento económico em que os meios e produção fundamentais estejam nas

mãos da sociedade, em que o fim da actividade produtiva seja o aumento do bem estar económico e social da população, e não a maximização dos lucros de um reduzido número de elementos dessa população».

C. IMPORTÂNCIA DO SECTOR ESTADO NA ECONOMIA DE TRANSIÇÃO

«Continuando a ser importante a actividade privada — que será, inclusivé, incrementada pela ajuda às pequenas e médias empresas e pelo alargamento do cooperativismo — cabe um papel particularmente relevante à actividade económica do Estado».

É NECESSÁRIO UMA OPÇÃO ANTIMONOPOLISTA

9. A diferença de classes entre a base económica e a estrutura política em Portugal traduz-se inevitavelmente num antagonismo, numa luta política de vida ou de morte.

É forçosamente uma situação transitória e como afirma o P. C. P. no seu programa aprovado no 7.º Congresso: «A própria evolução objectiva da economia portuguesa coloca inevitavelmente o país ante uma opção:

— ou o desenvolvimento assente na acumulação e no domínio dos grupos monopolistas e dos latifundiários, que só poderá efectuar-se com salários de miséria e a ruína das classes médias — o que significaria no plano político o estabelecimento de uma nova ditadura, com liquidação das liberdades e uma violenta e constante repressão;

— ou o desenvolvimento assente na liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários, no estímulo à iniciativa privada não monopolista, numa crescente intervenção do Estado, na nacionalização de sectores-chave, na capacidade criadora e na elevação do nível de vida do povo e na redução dos rendimentos e consumos ao pequeno número de multimilionários — o que significa, no plano político, a instauração de um regime amplamente democrático.

O adiamento da opção não ilude o problema. Cada dia que passa mostrará mais claramente que a única solução que corresponde aos interesses do povo e do país é a restrição e final liquidação do poder económico dos monopólios e dos latifundiários».

ANTIMONOPOLISMO: OPÇÃO POPULAR E HISTÓRICA

10. Esta opção aparece de forma clara mas a sua grande importância exige alguns comentários:

a) Só uma opção antimonopolista pode servir o povo português. O objectivo dos monopólios é terem o máximo de lucro o que significa exploração desenfreada dos trabalhadores. Os interesses do povo e dos monopólios são antagónicos. Combater estes é favorecer a melhoria de situação de todas as classes antimonopolistas.

b) Convém ter bem presente que uma opção antimonopolista, para além de uma posição política imediata é a única posição histórica correcta.

Os monopólios têm os seus dias contados como o tem o capitalismo. Este atravessa há largos anos uma profunda crise agravada pela concorrência desvantajosa em que se encontra com o campo socialista e pelas posições antiimperialistas nos países colonizados e neocolonizados. Desde 1967 assiste-se à bancarota do capitalismo monopolista de Estado: crise do sistema monetário, inflação, desemprego, concentração monopolista acelerada, luta de massas, etc. Estas dificuldades têm um carácter duradouro e estrutural. «O próprio domínio dos monopólios capitalistas impede a expansão e renovação da economia de acordo com as necessidades e possibilidades abertas às massas trabalhadoras pela nova revolução tecnológica». (42)

As próprias medidas políticas dos governos capitalistas contra certos efeitos imediatos desta bancarota e resultados da super-acumulação de capital, vão, em última análise, agravar a crise.

Também não é pelo desenvolvimento das grandes empresas com actividade em diversos países ou pela integração económica que os monopólios encontrarão uma solução para as contradições da acumulação. Antes pelo contrário, agravá-las-ão e cavarão mais fundo o fosso entre eles e as massas populares.

Assim, optar por uma política antimonopolista é tomar desde já uma posição que historicamente é inevitável evitando às massas populares dolorosos tempos de sofrimento.

c) Só ela permitirá uma independência económica do nosso país, até hoje dominado pelo capital estrangeiro. É no sector monopolista e muito particularmente em ramos de grande

importância para a vida nacional que se acoita o capital estrangeiro.

Como afirma justamente Volkov «a luta pela independência económica não é só a oposição dos países libertados ao capital monopolista estrangeiro, mas também o processo de democratização da vida económica dos países em que o imperialismo encontra ainda um forte apoio em espécie da reacção interior. A independência económica supõe, acima de tudo, a criação do controlo absoluto do Estado soberano sobre todos os recursos do país; naturais e produtivos, humanos, etc.» (43)

PERÍODO DE TRANSIÇÃO, UM PASSO PARA O SOCIALISMO

11. A crescente intervenção do Estado na vida económica, a sua orientação na defesa dos interesses das massas trabalhadoras, a tomada de um conjunto de medidas de controlo da actividade dos monopólios, a destruição de uma parte do poder destes, constituem elementos de uma determinada situação histórica, de um preciso período de transformação democrática. Mas este só será totalmente compreendido e aceite em plena responsabilidade se antevermos a consequente perspectiva futura de uma tal situação.

Podemos enquadrá-la em dois pontos:

a) Lenine afirmava: «Pois bem, experimentem por momentos substituir o Estado dos capitalistas e dos fidalgos, ao Estado dos capitalistas e dos grandes latifundiários, o Estado democrático revolucionário, isto é, um Estado que destrua revolucionariamente todos os privilégios quaisquer que eles sejam, que não receie aplicar revolucionariamente o democratismo total. Vós vereis que num Estado verdadeiramente democrático e revolucionário, o capitalismo monopolista do Estado significa inevitavelmente, infalivelmente, um passo ou passos para o socialismo!» Mais adiante acrescentava: «Hoje o socialismo está no fim de todas as estradas do capitalismo contemporâneo, o socialismo aparece directa e praticamente em cada disposição importante, constituindo um passo em frente na base do capitalismo moderno». (44)

Este aspecto deve estar bem presente. Constitue uma necessidade histórica cuja inevitabilidade é construída pelos homens. É um elemento de aferição da justeza de acção do dia a dia.

É uma realidade e pretender fugir a ela, iludi-la, evitá-la andando para trás ou estagnando, é trair as classes trabalhadoras, o povo.

b) Numa perspectiva histórica ampla nenhuma etapa intermédia separa o capitalista monopolista do Estado do socialismo. Contudo é necessário considerar um período de transição, que pode ser longo, em que as massas populares tomam consciência do processo histórico e se desferem os profundos golpes iniciais no capitalismo: pela importância do sector capitalista dominado não se está ainda em socialismo mas abrem-se as vias da passagem a este. «As necessárias transformações estruturais das condições de produtividade e de consumo, não podem dizer só respeito a uma desvalorização limitada do capital tendo como resultado o retomar da acumulação privada como característica dominante da economia. Doravante exigem um afastamento do objectivo dominante da acumulação e do lucro capitalista. Sem ainda suprimir a acumulação e o lucro privado impõe-se reduzi-los a um sector subordinado com peso relativo em vias de diminuição, através da nacionalização progressiva dos sectores-chave da indústria e do sector financeiro. Esta nacionalização conjugada com a direcção e a transformação do Estado pelas forças operárias e democráticas fornece as condições duma intervenção pública com um objectivo diferente da acumulação do capital privado e seu lucro: começa a dominar o de resposta às necessidades das diversas categorias de trabalhadores» (45)

D. CONCLUSÕES

O FUTURO ESTÁ NAS NOSSAS MÃOS

12. Compete a todos, nós enfrentarmos com determinação estas grandes alternativas no momento das eleições para a Assembleia Constituinte. Mas até esse momento e depois dele temos de continuar a lutar pois só assim faremos frustrar os planos reaccionários dos monopólios, pois há muito a fazer e os trabalhadores anseiam uma melhoria de situação para si e a Nação. Esta acção imediata está expressa no programa do M. F. A.

O Partido Comunista Português consciente desta realidade aprovou no seu 7.º Congresso: «Para consolidar a nova situação política, para assegurar a estabilidade económica e finan-

ceira, para melhorar as condições de vida das massas populares, para garantir o caminho seguro para as eleições, é indispensável mesmo antes das reformas de fundo, a adopção de medidas de emergência, que permitam solucionar os problemas mais instantes da vida nacional» (Proclamação). Estas medidas foram propostas atendendo ao período a que se aplicam, à situação objectiva e ao leque realista de possibilidades de actuação que se abrem.

O proposto, no essencial, limita a actividade económica e política dos monopólios, contribue para a melhoria de situação das classes e camadas antimonopolistas, satisfaz necessidades do nosso povo. A plataforma de emergência — com três direcções capitais: 1) O reforço do Estado democrático e a defesa das liberdades; 2) A defesa da estabilidade económica e financeira com vista ao desenvolvimento; 3) O prosseguimento da descolonização — constitui um passo em frente na aplicação integral da Revolução Democrática e Nacional.

Quanto a esta — propondo a organização democrática do Estado, a liquidação definitiva dos monopólios e promoção de um rápido desenvolvimento económico geral, a reforma agrária, a elevação substancial do nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral, a democratização da instrução e cultura, a libertação do imperialismo, o reconhecimento do direito à imediata independência dos povos das colónias portuguesas e uma política de paz e amizade com todos os povos — é bem claro o profundíssimo golpe que disfire nos grupos monopolistas e no capitalismo, pelo que constitui etapa da revolução socialista.

13. Em qualquer destas fases de transformação revolucionária da sociedade portuguesa, o Estado democrático tem importantes tarefas a desempenhar, que é necessário que todos — incluindo os que estão no próprio aparelho de Estado — compreendam.

VII

1. *A nacionalização não pode ser aplicada indiscriminadamente.*

Há que atender prioritariamente à nacionalização de empresas em centros vitais, atendendo ao momento histórico que se vive.

Estes factos são a consequência lógica de diversos factores, alguns dos quais económicos:

— *Carácter limitado do financiamento*

— *Debilidade técnica do aparelho de Estado*

— *Interesse que tem ainda na actual fase a iniciativa privada.*

Contudo, a razão principal é política: uma política de nacionalizações não é fácil de ser feita. Exige uma persistente luta dos trabalhadores e das forças ligadas aos seus interesses, no Governo.

Como tal há que concentrar todas as energias nos alvos principais.

2. *Além disso, não basta nacionalizar. É necessário que o Estado deixe de actuar como capitalista, que introduza uma nova óptica económica dirigida aos interesses das classes trabalhadoras, do país.*

CONTRA A SABOTAGEM ECONÓMICA NACIONALIZAÇÃO DA BANCA (46)

QUESTÕES GERAIS DA POLÍTICA ANTIMONOPOLISTA

1. Cada vez mais se ouve falar e propôr uma política antimonopolista. Os factos do dia a dia — quer sejam as dificuldades sentidas pelos operários ou camponeses ou as constantes fugas de capital e casos de sabotagem — mostram a sua necessidade. Confirma-se o que o P. C. P. afirmava no último congresso: «A própria evolução objectiva da economia

portuguesa coloca inevitavelmente o país ante uma opção: ou o desenvolvimento assente na acumulação e no domínio dos grupos monopolistas e dos latifundiários (...) ou o desenvolvimento assente na liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários, no estímulo à iniciativa privada não monopolista, numa crescente intervenção do Estado, na capacidade criadora e na elevação do nível de vida do povo e na redução dos rendimentos e consumos do pequeno número de multimilionários».

Existe um alertar cada vez maior da consciência das massas sobre a necessidade de uma tal política, embora ainda esteja muito aquém das exigências que a construção do novo Portugal exige e exigirá.

2. Existe quem também fale em política antimonopolista mas que nas propostas concretas procure desvirtuar grandemente o seu conteúdo. Com efeito se se pode entender por tal, quer uma política de apoio à pequena e média empresa, às classes trabalhadoras, quer uma acção de limitação directa da actividade dos monopólios, é necessário ver claramente que a segunda política é determinante. É nela que reside o essencial da liquidação do poder dos monopólios. Mais, só isso torna possível um eficaz e real apoio aos sectores antimonopolistas.

Basta pensar, em defesa desta tese, no facto do Governo Provisório ter elaborado legislação de apoio às pequenas e médias empresas e na prática pouco se ter alterado a sua situação porque aquelas sofreram os boicotes promovidos pelo grande capital e continuam a defrontar-se com a concorrência demolidora dos grupos monopolistas.

3. Também a limitação directa da actividade dos monopólios é susceptível de diversas interpretações que se completam não podendo nenhuma delas servir para encobrir as outras e fazê-las esquecer.

Se é uma política louvável procurar fixar preços, impôr normas de conduta, etc., isto é, controlar os monopólios por aspectos secundários da sua actividade, é preciso encarar o problema mais de frente, ver os grupos monopolistas no seu conjunto e na sua dinâmica e desferir golpes nos seus aspectos essenciais: nos sectores de produção, nos centros nevrálgicos do capital financeiro, no regime da propriedade monopolista da terra e dos meios de produção.

Como dizíamos há algum tempo «enquanto houver apropriação monopolista dos meios de produção, a força econó-

mica estará inevitavelmente nos monopólios. Poderemos tentar limitá-la mas aquela continua a existir e tudo fará para romper as barreiras que lhe forem impostas».

4. Por tudo isto, porque só o poder político, que não é, hoje, coincidente com o económico, tem possibilidades de encabeçar uma continuada e consequente política antimonopolista — com permanente apoio e iniciativa das massas populares — a intervenção do Estado reveste muita importância.

Pode ir desde a repressão a actos económicos ilícitos à expropriação, desde o controle de empresas à sua nacionalização. Mas, em qualquer dos casos, o Estado não pode nem deve actuar como entidade capitalista, impõe-se que uma tal actuação conduza inevitavelmente a uma mudança de atitude económica: deixa de ter a acumulação capitalista como finalidade, não é uma acção supletiva à desenvolvida pelos grupos monopolistas, deve visar sempre os interesses nacionais, tem que ser «uma nova política económica, posta ao serviço do Povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas» (em Programa do M. F. A.).

Por isso o camarada Álvaro Cunhal afirmou em St.^a Iria da Azóia: «No tempo da ditadura fascista, quando o governo era um instrumento dos monopólios, estas posições do Estado existiam como forma de pôr os recursos da Nação ao serviço dos mesmos monopólios. Agora, com um governo democrático, essas posições do Estado podem e devem servir como instrumentos duma política antimonopolista». E, na Amadora, falando sobre as empresas em dificuldade e a acção do Estado, reafirma: «A intervenção do Estado não pode significar que o Estado paga as dívidas dos capitalistas e estes continuem donos e senhores das empresas como dantes e depois as apanham restabelecidas, sem terem sofrido o mínimo nas suas fortunas pessoais, muitas delas formadas à custa das traficâncias que, precisamente, levaram as empresas à falência real ou fictícia».

UMA POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÕES

5. Uma política de nacionalizações é, sem dúvida nenhuma, aquela que realiza, duma forma mais profunda, a política antimonopolista. É a mais concordante com os interesses da grande maioria do povo português, com o futuro do país.

O que é nacionalizar? É fazer passar as empresas, com os seus meios de produção, ou conjuntos delas, que eram pro-

priedade dos capitalistas, para o Estado passando a serem propriedade deste.

O que está em causa é a propriedade monopolista, dos grupos monopolistas.

Evidentemente que uma tal nacionalização tem que se inserir na nova atitude económica que falamos antes. Trata-se de nacionalizar e gerir essas empresas ao serviço do povo e não nacionalizar para poupar à iniciativa privada esforços em sectores não lucrativos, para aumentar a mais-valia global em exclusivos benefício dos monopolistas, enfim, para reforçar o capitalismo monopolista de Estado (não se confunda com Estado).

6. Como em Portugal uma dúzia de famílias domina a economia portuguesa (Melos, Champalimaud, Espírito Santo, Vinhas e C.^a), são senhores e donos dos grupos monopolistas, uma política de nacionalizações dos sectores monopolistas, lavada até ao fim, afectaria apenas essa dúzia de famílias, já cheias de riqueza extraída do sangue e suor dos operários do nosso país. Em contrapartida beneficiaria imenso mais de dez milhões de portugueses.

Mais, tal política é historicamente correcta, quer porque a história universal mostra a sua importância benéfica para os povos e para os países, quer porque ela é inevitável num período de tempo mais ou menos longo ditado pela luta de classes.

Também só ela permitirá uma independência económica do nosso país.

7. Contudo é uma medida política de grande envergadura.

Os passos que em cada momento se dão nesse caminho são ditados pela correlação de forças, isto é, pela consciência das massas e sua acção, pelas influências dos grupos monopolistas em centros de decisão, pela composição do aparelho de Estado, pela organização do operariado e do campesinato, etc., isto é, pelo nível e características da luta de classes e pela situação económica-social do país.

No actual momento parece revestir particular importância como arma de combate à sabotagem económica e como forma de intervenção no sector bancário.

CONTRA A SABOTAGEM; ARMA POLÍTICA DOS MONOPÓLIOS

8. Em fins de Outubro de 1917 Lenine afirmava: «Conscientemente, sem descanso, os capitalistas sabotam (desper-

diçam, param, sapam, entravam) a produção na esperança que esta catástrofe sem precedentes conduza à ruína da república e da democracia». Estas palavras podiam ser integralmente aplicadas à realidade portuguesa.

Rússia, Chile, Portugal. Três dos muitos exemplos em que os capitalistas, os monopolistas, utilizam como arma política a sabotagem económica. Esta faz parte da sua política de classes, insere-se na sua luta de morte contra a classe operária, o campesinato, todas as classes não monopolistas.

Três exemplos em que, no primeiro, venceram as forças populares e a democracia, no segundo foi derrotado (temporariamente, entenda-se) e no terceiro o caminho por trilhar decidirá da vitória (para a qual se abrem boas perspectivas).

A luta de classes que se trava contra os grupos monopolistas é de vida ou de morte. É com esse vigor que deve ser combatida a sabotagem económica que é parte integrante da política do grande capital. Mais, não basta combatê-la energeticamente (nacionalização, expropriação,...) depois de realizada. Ela surgirá inevitavelmente e sabe-se também donde. Há que preveni-la, desferir, antes de ela aparecer aqui e além, os golpes adequados.

9. Embora aplicado a uma situação diferente, a posição de Lenine sobre o assunto expressa no «Projecto de decreto sobre a nacionalização dos bancos e as medidas que tal exige» de Dezembro de 1917 tem ainda hoje interesse pela firmeza com que as medidas contra a sabotagem económica são apresentadas.

Dizia Lenine no ponto 11: «São passivos da mesma multa assim como de prisão, envio para a frente (de combate, entenda-se) ou para os trabalhos forçados, todos aqueles que tiverem infringido a presente lei, os sabotadores, os funcionários em greve e também, os especuladores. Os soviets locais e as instituições que deles dependam estão vinculadas a elaborar urgentemente as medidas mais revolucionárias de luta contra os verdadeiros inimigos do povo».

NACIONALIZAÇÃO DA BANCA PRIVADA

10. Um dos sectores que sistematicamente promove a sabotagem económica (não concessão de créditos a pequenas e médias empresas, dificuldades de desconto, transferências ilícitas de capitais, impedimentos às remessas dos emigran-

tes, etc.) é o da banca privada. Mais, potencialmente, visto os interesses que defende, o poderio que tem e a situação privilegiada que ocupa na circulação do capital, é um sector fortemente sabotador.

Mas não é apenas nesta perspectiva restrita que se pode justificar a nacionalização da banca privada. É preciso ter presente a grande importância que tem na vida económica, quantitativamente. Muitos bancos são os cernes dos grupos monopolistas mais importantes.

Só controlando a banca privada actual é possível o povo português decidir dos seus destinos, o Estado definir uma política de desenvolvimento económico e executá-la. Só com o total domínio da banca é possível levar a efeito uma coerente política antimonopolista mesmo nos outros sectores.

O PODER EFECTIVO DA BANCA

11. Segundo os dados oficiais a parte do Produto Nacional Bruto a custo de factores «criado» nos bancos e outras instituições de crédito e nos seguros foi 1,3% em 1938; 2,8% em 1968 e 3,4% em 1972. Como se vê a sua importância tem crescido.

Contudo estes dados pouco mostram. Comparando alguns dados dos bancos actualmente privados com as despesas do Estado, verificamos que para 1972 o produto «criado» nos bancos cobriria 42,6% das despesas civis do Estado e os lucros contabilísticos dos privados 7,0% das mesmas despesas. Os lucros não distribuídos e que, acumulados, constituem reservas representam 4,1% do Rendimento Nacional. Por tudo isto vê-se o poderio da banca e como as suas potencialidades poderiam dar um importante contributo à actividade económica do Estado em benefício da maioria da população.

Mais, ainda para o mesmo ano, o conjunto dos depósitos dos bancos e instituições de crédito que actualmente continuam privados, é cinco vezes maior (note-se bem cinco vezes!) que o total de notas e moedas em circulação no país, sendo só os depósitos a prazo — com os quais a banca tem grandes possibilidades de manobra — 2,5 vezes maior. Este dado mostra bem o poderio dos bancos, como eles podem rapidamente criar problemas profundos na economia.

Como combater a inflação com este poderio monetário nas mãos da banca?

Este poderio económico da banca privada está, enquanto se mantiver nas mãos de monopolistas, ao serviço individual. São armas de sabotagem económica. Esta riqueza é uma lança virada contra o povo!

12. Os principais bancos privados são exactamente aqueles que são o centro financeiro de poderosos grupos monopolistas: o Banco Totta e Açores para o grupo CUF o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa para o grupo Espírito Santo, o Banco Pinto e Sotto Mayor para o grupo Champalimaud, o Banco Português do Atlântico para o grupo do mesmo nome o Banco Fonsecas e Burnay para o grupo Fonsecas e Burnay.

Eles representam 22,3% dos bancos e instituições de crédito privadas mas têm 73% dos depósitos à ordem totais, 81% dos depósitos a pré-aviso e 70% dos depósitos a prazo. Em 1973 cresceram mais que os outros bancos em todos os aspectos e tiveram 48,4% dos lucros contabilísticos. As suas participações financeiras, isto é, capital empregue em acções de outras empresas para as dominar, ascende a 1 milhão 170 mil contos e representa 75,9% do total.

Estes dados mostram que é possível temporariamente manter uma parte da banca privada e, nacionalizando 22,3% delas, passar a ter um grande domínio sobre o conjunto da banca e, indirectamente, sobre os grupos financeiros de que são sustentáculo, sobre as empresas controladas por esses bancos.

Os encargos a assumir financeiramente para nacionalizar a banca é muito inferior as disponibilidades financeiras e económicas que o estado passaria a possuir e controlar.

A IMPORTÂNCIA DE NACIONALIZAR A BANCA

13. Sobre a importância política da nacionalização total da banca, melhor do que aquilo que poderíamos dizer, o texto de Lenine que seguidamente transcrevemos de «A catástrofe eminente e os meios de a impedir» sintetiza os aspectos principais:

«...Quanto ao Estado, teria, pela primeira vez a possibilidade de, antes de mais, conhecer todas as principais operações, controlá-las e, seguidamente, regulamentar a vida económica e, finalmente, obter milhões e biliões para as grandes operações do Estado».

14. Eis, pois, em traços gerais a grande importância da nacionalização da banca, legitimado, no plano interno, pelo processo revolucionário aberto no 25 de Abril e, no plano internacional, por decisões da Organização das Nações Unidas.

Em nada os pequenos e médios depositantes, aqueles que honestamente adquiriram os seus bens, seriam afectados.

15. A nacionalização da banca privada é importante, mas não é fácil no plano da luta de classes.

Na Plataforma de Emergência aprovada no VII Congresso do P. C. P. afirma-se: «Controlo pelo Estado da actividade da banca privada e intervenção do Governo sempre que essa actividade não corresponda à defesa dos interesses da comunidade nacional».

Mantendo este aspecto toda a actualidade a vida mostrou a necessidade e a possibilidade de a curto prazo talvez ir mais além. O camarada Álvaro Cunhal em St.^a Iria de Azóia afirmava justamente: «Na banca também cada vez mais se põe com mais nitidez uma alternativa: ou o Estado consegue controlar eficazmente as actividades da banca privada de forma a pôr termo rápido às práticas lesivas da economia nacional e a obrigar a banca a estimular em vez de refrear as actividades económicas, ou então, se essas medidas não resultarem e se se quiser livrar a economia portuguesa de um gravíssimo colapso, não haverá outro caminho senão a nacionalização da banca privada».

16. Duma forma mais geral, numa perspectiva mais ampla no tempo, podemos efectivamente afirmar que só «a liquidação do poder dos monopólios permitirá o aproveitamento de grande parte das riquezas nacionais em benefício do povo e da Nação, o amplo desenvolvimento da economia, a criação de uma base industrial que assegure a independência do país, a elevação do nível de vida das classes trabalhadoras, a melhoria da situação das classes médias e a eliminação da principal base social da reacção e do fascismo» (Programa do P. C. P., no ponto 2.º da Revolução Democrática e Nacional).

VIII

1. Defender uma política antimonopolista de controle e limitação dos monopólios nos seus centros vitais não significa que enquanto tal não for alcançado não se apoie outras políticas económicas menos profundas.

O que não pode acontecer é que estas façam esquecer aquelas, que devem ser os objectivos principais de mobilização.

Mais de condenar é que os jornais falem em grandes parangonas de »política antimonopolista« referindo-se a questões secundaríssimas, que para tal sejam criadas comissões cujo projecto de trabalho é brilhante mas cujas conclusões nunca mais aparecem.

Criar comissões para definirem políticas e que estão à espera que estas já não tenham viabilidade de aplicação para serem publicadas, não é apenas ridículo: é uma manobra política. Contudo, esta nem sempre é clara e joga com a tecnocracia, necessidade de um «cuidado e atento estudo», com a burocracia.

Aprende-se muito mais, às vezes, numa hora de discussão com as populações, com os próprios interessados, que em horas de estudo em aveludados gabinetes.

2. Há já meses anunciou-se uma comissão para estudar a disciplina de concorrência (só possível sem a indisciplina dos monopólios).

Nessa altura tecemos considerações que nos parecem ainda hoje de interesse, pelas conclusões gerais que se extraem.

Mas hoje perguntamos mais: que é feito da comissão, que é feito das suas conclusões?

UMA INCOMPLETA INTERPRETAÇÃO DE POLÍTICA MONOPOLISTA (47)

1. Foi criado por despacho do Ministério da Economia «uma comissão encarregada da elaboração dos projectos de

diplomas legais que tenham como objectivo a disciplina da concorrência e assegurem os necessários meios de controlo público das práticas comerciais restritivas e da actividade das empresas com posições dominantes, com vista a assegurar eficazes meios de actuação antimonopolista e correctivos de todos os desequilíbrios do mercado que se apresentem como nocivos à economia nacional ou contrários às linhas de política económica definida pelo Governo».

Constitue uma medida que pode revestir interesse na resolução de alguns dos problemas que a economia portuguesa defronta. Todas as medidas antimonopolistas são positivas (embora, evidentemente, umas mais do que outras e partindo da hipótese que todas são honestamente colocadas) porque contribuem para a melhoria da situação das massas trabalhadoras, atenua algumas contradições da nossa economia e permite o combate ao caos económico, diminui o poder dos monopólios, o que constitui medida de saneamento a nível económico e combate à base económica-social da reacção.

«Esperemos que a comissão trabalhe rápida e eficientemente!», dissemos então, mas os votos não se concretizaram.

2. Na medida em que todas as iniciativas antimonopolistas devem ser apoiadas por todos nós, gostaríamos de prestar o nosso contributo, apresentando algumas sugestões.

Num enquadramento geral às iniciativas que podem ser tomadas no campo da distribuição das mercadorias, só a esse se refere o documento, parece-nos de salientar que existem dois tipos diferentes: as que

a) criam impedimentos à actividade concorrencial dos monopólios e grupos monopolistas.

b) ajudam as pequenas e médias empresas e explorações agrícolas a colocarem-se numa posição mais vantajosa no mercado.

Esta diferenciação em medidas que são complementares, não é apenas de interesse académico: as do primeiro tipo podem e devem ser legisladas e impostas coercivamente, enquanto as segundas resultam da conjugação de uma actividade de esclarecimento e de acção consciente dos interessados apoiada por legislação competente.

Além disso os graus de repercussão de uma e outra são diferentes.

Parece-nos igualmente de referir que essas medidas não podem apenas ficar pelo sector industrial, mas atingir todos os ramos da economia.

Apenas a título indicativo, apresentamos seguidamente algumas sugestões.

3. Dentro do primeiro grupo parece-nos oportuno:

I — Controlo rigoroso dos preços com a fixação e publicação constante de tabelas que considerem o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Funcionamento a pleno de instituições que possam estabelecer esse controlo.

II — Combate aos intermediários na comercialização das mercadorias complementado pela criação de instituições governamentais dirigidas para a distribuição de algumas e pelo fortalecimento das possibilidades de actuação nesse sector das pequenas e médias empresas e explorações agrícolas.

III — Rever todos os acordos comerciais internacionais, particularmente os com o Mercado Comum, anulando todas as disposições que apenas favoreçam os grupos monopolistas ou cortem as possibilidades de expansão aos outros sectores.

IV — Consideração das pequenas e médias empresas e explorações agrícolas e das actividades económicas, em que aquelas podem mais proficuamente actuar, nos acordos comerciais com os países socialistas e de África e Ásia, com quem encetamos novos rumos.

V — Obrigatoriedade de os monopólios pagarem preferencialmente entre os seus fornecedores as dívidas contraídas às pequenas e médias empresas e explorações agrícolas (que inclui, além do disposto no decreto-lei das PME as com menos de cinco assalariados e exige fortíssimas sanções para as suas violações).

VI — Legislação complementar para imposição do cumprimento pela banca do disposto na legislação actual sobre as PME.

VII — Limitação das despesas de publicidade — fuga a impostos, factor de aumento de preços e de combate às mais pequenas empresas.

Ainda dentro deste campo e numa perspectiva dos interesses gerais da economia portuguesa:

VIII — Violentas sanções contra todas as actuações de destruição e desperdício de bens quer na agricultura, quer na pesca, quer na indústria, assim como de medidas que procurem a médio prazo levar ao mesmo resultado.

Várias dessas medidas exigem a legislação de fortes medidas coercivas complementares, apliáveis às infracções, e órgãos

adequados de vigilância para além, evidentemente, da indispensável vigilância.

4. No segundo tipo de medidas, diversas sugestões poder-se-iam referir, mas apenas indicaremos aquela que é a principal, o cerne de muitas mais:

IX — Formação de cooperativas e associações, pertencentes às pequenas e médias empresas e explorações agrícolas, que também tenham a função de comercializar os produtos produzidos pelos proprietários. Esta medida é particularmente importante no sector agrícola e nos ramos industriais tradicionais da nossa economia.

3. Estas e outras medida económicas podem produzir efeitos positivos, como dissemos, mas têm um carácter bastante limitado. Referem-se apenas à distribuição das mercadorias sem tocarem, por mínimo que seja na produção e, muito menos, na propriedade dos meios de produção.

Enquanto houver apropriação monopolista dos meios de produção, a força económica estará inevitavelmente nos monopólios. Poderemos tentar limitá-la, mas aquela continua a existir e tudo fará para romper as barreiras que lhe forem impostas.

Avancemos, para já, as medidas limitadas de carácter antimonopolista a que se refere o despacho, mas nunca percamos de vista o reduzido campo da sua inserção.

MONOPÓLIOS, REACÇÃO E LIBERDADE

Os monopólios são também uma realidade social e política. Possuem nestes campos todo o peso que lhes confere o domínio da economia:

Em Portugal o fascismo, como em todo e qualquer país onde surja, foi a ditadura terrorista dos monopólios e latifundiários, embora procurasse encobrir por todas as formas esta natureza de classe.

Os monopólios perderam uma situação previligiada no poder político no 25 de Abril. O seu nervosismo, as manobras diversas que tem tentado, incluindo no 28 de Setembro, as declarações de multinacionais, a atenção da CIA, etc. mostram claramente duas coisas:

— Tudo farão para restaurar o fascismo

— Para tal estão dispostos a continuar a utilizar as mesmas armas; anarquia e terrorismo.

É possível, e necessário, vencê-los. Mas temos todos que ter consciência que estamos num combate de vida ou de morte. Não pode haver complacência, piedade, benevolência ou algo semelhante com quem defende interesses de classe diferentes e se amanhã, por hipótese, retomassem o poder político com base na nossa «ingenuidade» não exitariam um segundo em mandar cortar a cabeça a muitos e muitos.

Poesia? Pessimismo? Ficção científica?

Há força suficiente para barrar o caminho à reacção, mas os erros pagam-se caros. Quem duvida olhe para o Chile.

A VITÓRIA CONTRA A REACÇÃO É DIFÍCIL MAS É NOSSA
(48)

O QUE É A REACÇÃO

1. A história da humanidade mostra que o homem trava permanentemente uma luta com a natureza, que dela extrai o

essencial à sua existência. Mostra igualmente que os homens estabelecem relações entre si, diferentes conforme a época histórica, tendendo, sem nunca alcançar, para uma posição harmónica com o tipo de relações estabelecidas com a natureza (determinando as forças produtivas cujo nível é indicado pela evolução da técnica). Os sistemas sociais sucederam-se uns aos outros obedecendo ao nível das forças produtivas, aos desajustamentos entre estas e o tipo de relações sociais existentes e aos processos de adaptação, os quais têm expressão no antagonismo entre grupos sociais diferentes lutando pelo poder político.

Muito se avançou do escravagismo ao capitalismo e é simplesmente um absurdo considerar que o regime feudal — com a estrutura social baseada na renda da terra — poderia ser posterior ao regime capitalista — com a produção mercantil em grande escala e baseada na mais-valia extorquida aos operários.

A sociedade está em constante mutação quer pelo permanente fomentar dos germes de futuras transformações globais quer pelo processamento destas. A sociedade capitalista, que se encontra na fase imperialista, é um sistema social que historicamente tem um princípio e um fim. Este é o resultado da contradição entre o carácter social da produção e a forma capitalista privada de apropriação do produto do trabalho, da exploração de uma classe — proletariado — pela outra — burguesia, — da categoria fundamental do capitalismo ser a mais-valia, da luta de classes que daí resulta e do grande número de proletários e sua capacidade de união, organização e luta.

A revolução de Outubro na Rússia iniciou um processo que faz com que actualmente o socialismo seja uma realidade em um terço do mundo. A luta económica, política e social entre os campos socialista e capitalista e o sucesso daquele — conquistas económicas, científicas, ritmos de crescimentos, situação das classes trabalhadoras, métodos democráticos e populares de actuação, imposição da coexistência pacífica como norma nas relações internacionais, etc. —, o vigor da luta da classe operária e dos movimentos de libertação com posições anti-imperialistas, mostram claramente que o capitalismo é um sistema social transitório e que vivemos o período histórico do seu desaparecimento, da sua passagem revolucionária ao socialismo.

Neste período histórico um elemento importante, interligado com aquele, é o fim do colonialismo e do neocolonialismo, da

acção vitoriosa dos movimentos de libertação e tomada de posições de distanciamento em relação ao bloco imperialista.

Actualmente, modificação social, significativa vitória duma(s) classe(s) sobre outra(s), quer no plano nacional quer internacional. Após a vitória duma, a derrotada continua em actividade procurando reconquistar as posições perdidas, luta normalmente persistente e bastante duradoira. Lutar contra o processo histórico, procurar a reconquista de posições e construir regimes sociais que estão ligados ao passado, que historicamente são anteriores à situação que se vive e que estão inevitavelmente condenados a desaparecerem, é tomar uma posição reaccionária.

2. Há, contudo, que descer desta posição geral para nos situarmos no quotidiano, na luta política que é travada numa situação histórica perfeitamente localizada.

Em regime capitalista podem-se considerar diversas estruturas económicas específicas e situações políticas diversas. No momento presente, de uma forma geral, pode-se afirmar que a classe operária está na ofensiva, o descontentamento das massas populares é grande e a sua organização elevada. A própria democracia burguesa é cada vez mais desfavorável à burguesia que a criou: «Actualmente, o movimento pela democratização da vida social faz parte integrante da luta contra o imperialismo e a reacção, contra a ameaça do renascimento do fascismo e do neofascismo». (49) Na luta actual—em que os grupos monopolistas procuram continuar a explorar ao máximo o povo de um determinado país e, apoiados no Estado deste, manter a exploração de regiões sujeitas ao colonialismo e ao neocolonialismo—situa-se num primeiro plano o combate entre as classes monopolistas e as restantes, com destaque, entre estas, do operariado e do campesinato. Os grupos monopolistas procuram manter o poder pela força bárbara, pelo terrorismo institucionalizado e o capitalismo monopolista de Estado cria condições objectivas para tal. Sabem que o fascismo é a única forma segura, temporariamente, de defenderem os seus interesses de classe. Procuram entravar até mais não poderem o processo de descolonização.

Lutar pela instauração do fascismo e manutenção do colonialismo, procurar combater as conquistas populares sobre estes é uma posição reaccionária. É-o contribuir para a sua manutenção no poder onde exista.

O governo fascista em Portugal antes do 25 de Abril e todos aqueles que o apoiavam eram reaccionários como o são hoje todos aqueles que pretendem entravar o processo de democratização e descolonização em curso, abrindo caminho à restauração do fascismo, certamente ainda mais feroz. É nítido que neste momento, atendendo à luta de classes que se trava, às forças políticas em jogo, à estrutura económica do país e à sua inserção no contexto internacional, a alternativa é entre continuação do processo de democratização e descolonização aberto pelo 25 de Abril ou retorno ao fascismo.

BASES NACIONAIS DA REACÇÃO

3. A reacção tem amplitude internacional e constitui um apoio aqueles que em Portugal pretendem a restauração do fascismo e do colonialismo, mas são estes os inimigos principais. São eles que tornam possível a actuação dos sectores mais reaccionários do imperialismo. Vejamos pois as bases nacionais da reacção.

BASES HISTÓRICAS

4. É hoje um lugar comum afirmar-se que quase meio século de fascismo deixou negras marcas na nossa realidade de hoje. É uma verdade mas a sua triste herança não se manifesta por mítica tradição mas porque o fascismo desenvolveu uma acção nos campos económico, político e ideológico e criou instituições e situações que ainda hoje se mantêm, que ainda não foram destruídas. Em cada um destes domínios se manifestam características específicas.

É na análise da realidade actual, embora com raízes no passado, que temos que procurar as bases objectivas das forças reaccionárias.

BASES ECONÓMICAS

«Toda a violência política baseia-se primitivamente numa função económica de carácter social» (Engels, «Papel da Violência na História»)

5. Como foi referido anteriormente «o fascismo não se limitou a deixar funcionar as leis da concorrência capitalista

favoráveis aos monopólios e latifúndios, mas tomou um conjunto de medidas de cariz coercivo tendentes a acelerar e intensificar a concentração e centralização do capital». Os únicos beneficiados por essa política foram sempre os latifundiários e monopólios associados ao imperialismo estrangeiro. Era deles o aparelho de Estado fascista, foram eles o seu sustentáculo — utilizando para tal todo o aparelho repressivo. São os grupos monopolistas, com capital nacional e estrangeiro — C. U. F., Champalimaud, Banco Espírito Santo, Banco Português do Atlântico, Banco Borges Irmão e C.^a — e antigos serventúrios do regime que hoje estão contra o processo democrático quer por nostalgia do tempo passado em que tinham um feroz Estado exclusivamente ao seu serviço, quer essencialmente porque não estão dispostos a reduzirem os lucros como são obrigados no momento presente, e sabem pela experiência universal que a democracia lhes é desfavorável e, ao abandonarem uma posição de força, receiam que a vontade dos povos leve à sua liquidação.

A política fascista dirigiu-se contra o proletariado (operários industriais e assalariados rurais), o campesinato (pequenos e médios agricultores), a pequena burguesia urbana, sectores da média burguesia e da intelectualidade.

É na existência actual em Portugal do capital monopolista que se encontra a base mais importante da reacção. A actividade que têm desenvolvido para provocar o caos económico mostra claramente as suas verdadeiras intenções.

6. Os grupos monopolistas são os únicos verdadeiramente interessados na restauração do fascismo, mas eles procuram não actuarem sós. Aproveitando o descontentamento de outras classes sociais, procuram orientá-las contra o Governo Provisório, entravar o processo de democratização e descolonização.

Vejamos pois o que se verifica nas outras classes.

Se podemos encontrar situações de descontentamento na classe operária da cidade e do campo por aumento de preços ao consumidor, foram eles os principais beneficiados pela política económica do governo provisório — salário mínimo, redução de impostos, apoio ao cooperativismo e liquidação de intermediários, tabela de salários dos funcionários públicos, aprovação de contratos e acordos colectivos, Decreto-lei 660/74, iniciativas de reforma agrária, subsídio de desemprego, etc. E isto apesar da actividade boicotadora do grande capital que procura provocar uma onda de desempregos massivos. É

nessas classes que o processo de democratização encontra o encontrará maiores apoios.

De diferente modo se coloca a pequena e média burguesia.

Esmagados pelos monopólios e sofrendo as consequências das vitórias operárias, são por natureza hesitantes. Actualmente continuam a ser aniquilados pelo capital monopolista e tiveram que acarretar com consequências de melhoria de vida das classes trabalhadoras, enquanto as medidas do apoio de que foram alvo revelaram-se insuficientes, quer pelo seu conteúdo legal quer pelo boicote a que estão sujeitas. Segundo inquérito, em Julho, do Gabinete de Estudo do Banco Português do Atlântico, apenas 18% de pequenas e médias empresas consideram que as perspectivas dos próximos meses são boas, enquanto 47% pensam que não serão nem boas nem más e 26% antevêm más condições. Não conhecemos sobre o assunto outros dados mais recentes mas eles mantêm todo o significado.

Os monopólios procuram aproveitar esse descontentamento e ânsias utópicas que possam existir para esconderem-se como principais responsáveis e procuram orientá-los contra o Governo Provisório. Por isso reafirmamos que «o apoio da pequena e média burguesia ao Governo Provisório é aspecto muito importante da Democratização de Portugal e (...) será pelas medidas económicas que se conseguirá o seu apoio».

Este aspecto mantém toda a validade para o pequeno e médio campesinato embora a sua situação seja menos dúbia. Ressentem-se essencialmente do jugo do monopolista que produz as mercadorias que necessita, que é importador das mesmas coisas que ele produz, que é intermediário parasita. Sabe bem o que são os latifundiários e o seu poderio.

O campesinato é um dos mais directos aliados da classe operária na luta contra os monopólios, mas para tal é necessário levar a revolução ao campo, varrer todos os estolhos que aí se levantam.

A sua aliança com a classe operária passa, necessariamente, pela sua própria organização de classe.

7. Resumindo, a principal base da reacção é a económica, centraliza-se nos latifundiários e grupos monopolistas, associados ao imperialismo estrangeiro, e estes procuram estender a sua influência aproveitando o descontentamento, mesmo que temporário, de sectores de outras camadas sociais, particularmente o resutante das hesitações da pequena e média burguesias urbanas.

BASES SOCIAL E POLÍTICA

8. A base social de apoio do fascismo foi sempre reduzida e se, temporariamente, conseguiram enganar algumas camadas sociais, os seus apoios internos foram-se estreitando cada vez mais. Os latifundiários, monopolistas e alguns serventuários do regime eram os seus apoios activos. Fora destes só a ignorância e o medo de muitos permitiu um consentimento passivo.

Após o derrubamento do fascismo a liberdade de informação e esclarecimento, o aniquilamento de muitas das instituições do antigo regime, a liberdade de acção política que se estabeleceu, permitiram um maior estreitamento da base social para as manobras fascistas.

Retomando em parte o afirmado saliente-se que o descontentamento contra esta ou aquela medida governamental por parte de sectores de outras classes sociais pode ser aproveitado, e mesmo de forma bastante gravosa para o nosso povo, pelas classes monopolistas, mas não constituem hoje uma base social do fascismo. Estejamos contudo atentos até porque a pequena burguesia pode ansiar alternativas para a sociedade portuguesa que no momento actual não correspondam à realidade possível e que, na medida em que se traduza numa oposição ao Governo Provisório pode constituir uma base, mesmo temporária, para o fascismo.

9. Muitas das organizações políticas em que o governo fascista sempre se apoiou — PIDE/DGS, Legião, organismos corporativos, Acção Nacional Popular, Mocidade Portuguesa, etc. — foram desmantelados. Contudo, essa desarticulação não significou aniquilamento total das bases políticas do fascismo: forças repressivas que o apoiaram ainda não desapareceram ou sofreram os saneamentos em profundidade que se impunham — Guarda Fiscal, G. N. R., P. S. P. e certos sectores reaccionários dentro das Forças Armadas —, não foram presos, julgados e condenados todos aqueles que participaram e pertenceram às instituições fascistas — mais de mil pides dos quadros não foram presos, cerca de 20 000 informadores continuam à solta, chefes da A. N. P. e Legião estão em liberdade ou a gozar férias no estrangeiro —, fascistas aproveitam-se das liberdades para se infiltrarem em partidos do centro, centro esquerdo e falsa esquerda, ou formarem seitas de conspiração.

BASES IDEOLÓGICAS

10. O regime fascista procurou, antes de qualquer outra coisa, manter o povo português na ignorância. O analfabetismo, o desinteresse pelo saber, a falta de informação, a impreparação para enfrentar com horizontes largos os problemas do quotidiano, foram realidades mantidas e criadas pelo fascismo e que em grande medida continuam a existir hoje — um povo culto não se faz de um dia para o outro! —, constituindo factor de imobilismo e dúvida para sectores da população que aparecem, assim, como presas fáceis de manobras reaccionárias. Tal permite a utilização do boato como arma política, como tem acontecido.

Simultaneamente procurou inculcar uma maneira própria de pensar, que, por exemplo, se manifesta claramente nos antigos livros da instrução primária: o respeito pela ordem fascista, a admiração cega pelos chefes «iluminados», o receio de mudanças, a satisfação com o existente, o medo do debate de ideias, a mistificação do colonialismo, etc.

Se é certo que a acção ideológica de fascistização não produziu os efeitos que pretendiam, particularmente entre a juventude, e que nunca conseguiram produzir grandes ideólogos das suas próprias posições doutrinárias, não deixou de criar algumas raízes e de provocar hoje uma falta de maleabilidade de muitos na compreensão do jogo democrático, da luta quotidiana pelo progresso, uma não compreensão de que são as massas que fazem a história.

11. As suas grandes armas ideológicas foram o anticomunismo e as posições conservadoras na Igreja Católica.

a) O anticomunismo foi uma arma ideológica maior do fascismo. Por um lado difundia as mais torpes calúnias sobre os países socialistas, em particular a União Soviética. Coisas ridículas («os comunistas comem criancinhas», «o povo russo não sabe rir», etc.) eram apresentadas com grande pompa. Aproveitavam-se todos os pretextos para desenvolver campanhas contra o socialismo, quer fosse pelo facto das tropas soviéticas terem entrado na Hungria ou Checoslováquia para esmagarem a reacção, quer porque os cientistas soviéticos tinham mandado uma cadela para o espaço. Mentindo e caluniando sobre os países socialistas, encobriam a verdade sobre as grandes conquistas económicas, sociais, científicas, ideológicas aí realizadas em benefício do povo, deformavam a essência do marxismo-

-leninismo e do comunismo. Por outro lado desencadeava uma campanha feroz contra o Partido Comunista — existindo há mais anos que o fascismo e reforçando-se cada vez mais — e a pretexto de combater o comunismo reprimiam (hoje caluniam) todos os democratas, todas as forças progressistas e amantes da paz: lá estava a PIDE/DGS para forjar pseudoligações com o P. C.!

O fascismo deixou uma pesada herança de desconhecimento da realidade dos países socialistas, da natureza do marxismo-leninismo, da actividade do PCP e do Movimento Comunista Internacional, da actividade de todas as forças anti-imperialistas. Esta ignorância é hoje aproveitada — embora sem grandes frutos — por uma intensa campanha anticomunista quer exposta de forma brutal («comunismo pior que fascismo») quer de aspecto velado (inscrições nas igrejas contra o catolicismo falsamente assinadas pelo PCP, babuseiras sobre quatro PCs, calúnias sobre intenções de formar partido único e preparar isto e aquilo, etc.) que visa não só o PCP mas todas as forças democráticas, incluindo o Movimento das Forças Armadas.

Na própria interpretação do que é anticomunismo ele próprio surge e, portanto, convém repensarmos um pouco o assunto.

Anticomunismo não é manifestar dúvidas sobre o marxismo-leninismo, o comunismo. Não é criticar este ou aquele aspecto da doutrina ou da construção real do socialismo. Não é discutir ou discordar das posições e programa do partido comunista. Tudo isso, numa base de honestidade, é são debate de ideias.

É, sim, anticomunismo deturpar o marxismo-leninismo, as posições dos comunistas para depois as «rebaterem». É silenciar as vitórias na construção do socialismo e procurar denegrir à vista dos povos essa importante experiência histórica. É mentir e caluniar para procurar quebrar o prestígio dos países socialistas, dos comunistas e seu partido.

Entendendo desta forma, fácil é verificar que o anticomunismo é a essência da luta política e ideológica da burguesia imperialista; o elemento fundamental da estratégia do imperialismo: ao mais alto grau inumano, antidemocrático e reaccionário.

E isto venha de quem vier!

B) Sem pôr em discussão o conteúdo da doutrina cristã e reconhecendo que nos últimos anos do regime fascista apa-

receu uma forte corrente católica de cariz progressista que teve uma influência positiva na luta que veio a permitir o 25 de Abril e que actualmente ainda é mais ampla, somos forçados a reconhecer que a hierarquia da Igreja Católica em Portugal esteve durante longos anos ao serviço dos fascistas. Somos igualmente forçados a reconhecer que hoje continuam a existirem eclesiásticos que tomam atitudes reaccionárias, servindo-se para tal da religião, que existem sectores de crentes sujeitos a essa influência. Este facto é particularmente relevante em muitos meios rurais.

Sectores da Igreja Católica que sempre serviram o fascismo continuam a fazê-lo, servindo-se demagogicamente da religião para influenciarem a massa dos crentes com quem contactam, aproveitando-se, às vezes, de apoios que a hierarquia lhes fornece.

12. Na actual acção ideológica do fascismo chega-se a rer formas refinadas de actuação, juntamente com outras claramente reaccionárias e com o boato e a calúnia. Reveste um cariz «democrático», utilizando despropositadamente uma terminologia característica dos sectores progressistas. Visa simultaneamente ganhar apoios, suscitar dúvidas, fazer crer indirectamente coisas que são falsas.

13. Homens da ex-PIDE e Legião e C.^a, em estreita colaboração com a CIA apoiados no poder económico do capital monopolista traçam planos de agressão ideológica, espalham catadupas de propaganda, criam jornais em que cada palavra é uma bala, cada artigo um veneno. Em todo o sítio onde lhes seja permitido fazer agitação, fazê-la-ão.

Se hoje formos aos nossos campos, nomeadamente nas zonas fronteiriças, deparamos quotidianamente com esta situação.

RAÍZES INTERNACIONAIS DA REACÇÃO

14. Como se afirmava no documento principal aprovado na Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários em 1969, «no último terço do nosso século, a humanidade conhece uma agudização da luta histórica que opõe as forças do progresso e da reacção, as forças do socialismo e do imperialismo. Este combate tem por arena o Mundo inteiro e todos os grandes domínios da vida social: a economia, a política, a ideologia, a cultura».

Bastava ter havido uma modificação progressista na vida social e política de Portugal para os centros do imperialismo, em primeiro lugar Washington, se manifestarem inquietos. Mas outras razões existem e não são poucas:

— Existem empresas americanas, sul-africanas, inglesas, alemãs, francesas em territórios ex-coloniais, particularmente em Angola e Moçambique. Após longos anos de pilhagem dessas regiões com elevadas taxas de lucro, antevêm a possibilidade de serem escorraçados no momento dessas nações se tornarem total e definitivamente independentes, tanto mais que conhecem as posições de alguns movimentos de libertação.

— As forças reaccionárias sabem que a independência das colónias portuguesas modifica sensivelmente o equilíbrio de forças em África e que constitui, face a um correcto processo de descolonização como o em curso, a um enfraquecimento das posições racistas, colonialistas e imperialistas na África austral.

— Em Portugal existe um grande volume de capital estrangeiro que há longos anos explora o povo, aproveitando os baixos salários e todas as facilidades para exportarem os lucros obtidos, situação que desejavam continuar a beneficiar.

Além disso

— O 25 de Abril e o tempo desde então decorrido veio mostrar aos povos de todo o Mundo que é possível vencer o fascismo. Este ensinamento de luta, este estímulo à energia e à confiança, é tanto mais precioso quanto uma negra nuvem pairava após a sangrenta contra-revolução no Chile.

— Um regime democrático em Portugal favorece enormemente a consolidação da paz na Europa, justo anseio das forças progressistas de todo o Mundo e pelo que o campo socialista tanto tem lutado. Constitui um sério desaire para a reacção que ainda na primeira parte da Conferência de Segurança Europeia e nos trabalhos subsequentes não deixou de se manifestar.

— As forças fascistas na Europa deixam de ter um importante centro de apoio e o seu campo de «alianças» ficou muito mais limitado.

15. Os sectores mais agressivos do imperialismo estão interessados na restauração do fascismo e em entrar o processo de descolonização em curso. Os meios de concretizar o apoio e estímulo aos sectores reaccionários internos também não lhes falta: há a experiência da luta internacional contra-revolucionária, particularmente a do Chile; há o apoio do governo

espanhol aos pides, legionários e outros tiranos; há bases militares estrangeiros em Portugal e formas de fazer entrar clandestinamente armas no nosso país; há dólares para financiar qualquer acto; há C. I. A., com a sua longa experiência de golpes de Estado, capaz de actuar no nosso país e que já enviou para cá altos emissários; há a I. T. T. aqui instalada procurando desencadear uma acção coordenada de todos os que procuram provocar o caos económico e antidemocrático.

Há tudo isto, muito mais, e sobretudo fascistas no nosso país dispostos a trabalharem nesses actos de traição.

É uma manifestação da luta de classes no plano internacional. A experiência mostra que o imperialismo, enquanto existir, não desistirá de actuar: — recordemos a Hungria, a Checoslováquia, a Indonésia, o Chile.

CONTEÚDO E FORMA DA REACÇÃO ANTES E DEPOIS DO 25 DE ABRIL

16. Poder-se-á ser tentado a considerar que há diferenças profundas de actuação dos reaccionários, concretamente dos fascistas, entre o período que estiveram no poder e actualmente. Tal ideia é errada e perniciosa na medida em que pode nublar o carácter profundamente criminoso que o fascismo assumiria amanhã se conseguisse reconquistar o poder.

Sem dúvida que o seu objectivo imediato é diferente: antes procuravam manter o poder nas suas mãos, agora reconquistá-lo. Mas o conteúdo das suas posições foi, é e será anti-histórico — já vimos que a evolução da sociedade aponta para a democracia e o socialismo —, antinacional — compromete a independência dos povos subjugados ao colonialismo, vende a nossa pátria às metrópoles imperialistas, guiam-se pelos ditames do grande capital estrangeiro, estão sempre concordantes com a CIA, os planos belicistas e blocos imperialistas agressivos — e antipopular — apenas serve os interesses do grande capital, impõe a miséria, o obscurantismo, o silêncio e a morte às grandes camadas da população, particularmente aos operários e camponeses.

Também o isolamento das forças fascistas, a sua ausência de escrúpulos, o desespero com que lutam, fazem com que utilizem, ontem como hoje, os métodos terroristas, muitas vezes combinados com a demagogia. A única diferença aparente é que enquanto no poder a sua criminoso actividade era insti-

tucionalizada (PIDE/DGS e Legião..., falta de assistência e obscurantismo..., organização corporativa) e conseguia em alguma medida ser camuflada (falta de toda a liberdade, censura); actualmente aparece à luz do dia: assassinatos — ex. em Santa Comba Dão —, bombas em reuniões democráticas, descarrilamento de combóios, etc. e particularmente as tentativas contra-revolucionárias das «maiorias silenciosas» que incluíam desde assassinatos a personalidades políticas até fazer jorrar sangue das massas populares.

Simultaneamente, também à boa moda passada, vão infiltrando elementos seus onde for possível, apoiando e estimulando todas as manobras que visem as forças democráticas mais consequentes, que levem à divisão das forças que se lhes opõem: as massas trabalhadoras. Eis, daí, o seu apoio às campanhas históricas contra a unidade sindical.

LUTA CONTRA A REACÇÃO, LUTA DE CLASSES

17. Quando analisamos as bases da reacção ficou clara a sua posição de classe. Existe reacção à democracia, porque existem latifundiários e monopolistas nacionais e estrangeiros sugando o sangue do nosso povo.

Como afirma Pierre Maes, o perigo fascista «é constantemente criado pelo próprio sistema de capitalismo monopolista de Estado actual, que cria condições favoráveis ao emprego de métodos autoritários para dirigir a sociedade» (50). Verdade geral com particular acuidade no nosso caso atendendo ao nosso passado até bem recentemente.

Daqui se conclui inevitavelmente que a luta contra a reacção é uma luta de classes. A dura batalha entre as forças progressistas e reaccionárias é expressão da luta de classes à escala nacional e internacional. Todas as classes antimonopolistas têm uma importância histórica na construção do futuro, cabendo papel fundamental às maiores vítimas do jugo dos latifundiários e monopólios: o proletariado e o campesinato.

Não é uma mera posição teórica sem expressão prática. Os dramáticos acontecimentos do fim de Setembro, que se traduziu numa brilhante vitória das massas populares, mostraram na prática o afirmado aqui.

18. A luta contra a reacção não é uma questão de atitude entre homens, mas de acção de classes sociais. Só assim se pode assimilar que a luta contra a reacção é difícil e longa —

aquela alimenta-se na existência de uma classe social no plano nacional e internacional — e que o perigo fascista é uma realidade (como duvidar nos tempos que correm?) contra que há que lutar.

Só numa perspectiva de luta de classes se pode ir ao fundo dos problemas e traçar uma acção que atinja os alicerces da reacção, sem complacências nem exaltações. Só assim se compreenderá (e realizar-se-á) que «o Estado é o instrumento de dominação de uma ou várias classes sobre outras classes, é o instrumento de uma ou várias classes na luta contra outras» (51) e que a primeira tarefa que se coloca às classes e forças progressistas que conquistam o poder é construir uma nova máquina do Estado ao serviço da revolução democrática.

19. Apenas uma nota final. Temos estado a focar essencialmente o perigo fascista e a reacção colonialista quando nos referimos à actividade da reacção, pois é esse o problema maior que se coloca actualmente em Portugal. Convém, no entanto, ter presente que as forças da reacção são mais amplas e que se manifestarão de formas diversas com nuanceados objectivos específicos conforme a fase de transformação democrática que se atravessar. (52)

ASPECTOS DA LUTA CONTRA A REACÇÃO DESDE O 25 DE ABRIL

20. Podem-se considerar três períodos distintos na actuação das forças progressistas pela conquista e consolidação do seu poder. O primeiro situa-se nas primeiras horas após o golpe revolucionário do 25 de Abril cujo cariz se mantém por alguns dias, nomeadamente até ao 1.º de Maio. O segundo, no qual se podem considerar diversas fases diferenciadas, estende-se desde então até à segunda metade do mês de Setembro. O terceiro período começa três dias antes da projectada manifestação contra-revolucionária da denominada «maioria silenciosa», e prolonga-se até ao momento que escrevemos.

Debrucemo-nos, embora sumariamente e deixando aspectos factuais, sobre cada um deles.

21. O 25 de Abril traduziu-se imediatamente na liquidação do governo fascista e no início da destruição do Estado fascista — a constituição política de 1933 deixou de ser lei, foram aniquilados a Assembleia Nacional, a Câmara Corporativa, a polícia

política, o partido único fascista, começou-se a desarticulação da organização corporativa e criação de sindicatos livres, procedeu-se a saneamentos e reorganizações em sectores da vida nacional, fecharam-se as organizações de fascistização da juventude. Simultaneamente deram-se passos decisivos na construção de um Estado de cariz democrático — o Programa do M. F. A. passou a lei constitucional, foram criados novos órgãos de soberania, a liberdade foi restaurada e surgiram partidos e sindicatos livres.

As forças políticas decisivas deste processo foram o Partido Comunista Português e o Movimento Democrático Português (CDE) e o Movimento das Forças Armadas, as classes trabalhadoras e os sindicatos, as massas populares.

Em poucas horas, em poucos dias, por uma acção das massas impondo situações de facto e por uma actividade legislativa, foram criadas as bases indispensáveis à construção de um Portugal Democrático.

22. Nos tempos subsequentes assistiu-se a uma continuação do lançamento destas bases da democracia mas, em alguns aspectos, a um ritmo mais lento.

O segundo período é extremamente contraditório. Contendo diversas fases pode-se dizer, duma maneira geral, que foram assentes profundos golpes na reacção que, em alguns casos atingiram o seu cerne, em particular com o início do correcto processo de descolonização, mas simultaneamente houve um enfraquecimento em muitos aspectos do aniquilamento da reacção, assistindo-se em determinados períodos a uma actividade de retrocesso nessa luta e um certo apaziguamento com fascistas — ida de Marcelo e Tomás para o Brasil, complacência na revolta dos pides da Penitenciária, libertação de fascistas presos, etc.

Procuremos algumas das causas que levaram ao enfraquecimento da vigilância e até à tomada de medidas contrárias aos interesses da democratização em Portugal nesse período. Podemos talvez sintetizá-las do seguinte modo:

a) Na vasta coligação de forças e partidos políticos que detinham o poder até às recentes remodelações (a nível de partidos a coligação, actualmente, mantém-se) havia os que preferiam certos apoios à direita do que a continuação da democracia e o receio da influência das forças políticas de esquerda nas massas populares e da actividade destas. A começar pelo ex-general Spínola.

b) As manobras divisionistas e provocatórias dos grupos ditos de extrema-esquerda orientados contra os que tornaram o 25 de Abril possível, desviou as atenções políticas de alguns sectores, nomeadamente do M. F. A., para um perigo fictício, deixando campo livre à actuação das direitas.

c) Enfraquecimento temporário da vigilância popular como factor actuante e de pressão sobre as entidades responsáveis.

d) Existência de um amplo e emaranhado conjunto de problemas, particularmente o da descolonização, que exigiu do M. F. A. e do Governo Provisório um grande dispêndio de esforços.

e) Burocratização em muitas medidas que exigiam uma actuação rápida e enérgica.

f) debilidades legislativas do Governo Provisório particularmente no campo económico, quer por lacunas quer por deficiências, que, provocando descontentamento ou quebras de expectativa, tornou possível algumas manobras da reacção.

23. Desde meados de Setembro se vinha assistindo a um maior atenção no combate à reacção, tendo-se verificado alguns factos francamente positivos — ex. interdição do Partido Nacionalista Português e sanções a jornais fascistas.

O grosso das medidas contra a reacção situam-se no combate à projectada manifestação reaccionária e nos factos subsequentes. Verificaram-se, de facto, acontecimentos extremamente importantes quer no plano das massas populares, quer no governamental, os quais são do conhecimento público. Permitam-nos, contudo, que os sintetizemos em quatro pontos:

a) Foram fortemente desmanteladas as forças reaccionárias quer a nível de pessoas implicadas e em posição de coordenação assim como de material, quer ao nível de articulação nacional e com a C. I. A.

b) Liquidaram-se importantes pontos de apoio da reacção no actual aparelho de Estado e iniciou-se um saneamento de amplitude nova.

c) Ficou bem claro para o povo português que o perigo principal vem da direita, dos fascistas, e do que estes são capazes nas intencões criminosas. Despertou a vigilância popular. Mostrou nitidamente a ligação estreita da reacção e do grande capital.

d) Reforçaram-se a unidade popular, das forças políticas de esquerda, entre o povo e o Movimento das Forças Armadas.

Saliente-se de passagem a importância transcendente que a unidade entre todos os interessados em evitar o regresso ao fascismo tem tido em todos os momentos de consolidação da democracia em Portugal.

A continuação desta nova política de combate à reacção manifesta-se ainda hoje (recorde-se recentemente, a prisão pelo COPCON de reconhecidos monopolistas sabotadores).

A sua expressão mais brilhante foi o prosseguimento da descolonização.

Contudo, continua-se a verificar diversas debilidades que é preciso superar assim como morosidades (quando é que os pides são julgados? quando morrerem?!)

24. Deve-se, contudo, ter presente que a luta contra a reacção atingiu algumas das bases económicas desta ao iniciar o processo de descolonização mas o essencial daquelas, que, como vimos, situa-se nos grandes latifundiários e grupos monopolistas de capital nacional e estrangeiro, mantêm-se intactas, pelo que a reacção tem possibilidades de permanentemente se alimentar e fortalecer.

COMO COMBATER A REACÇÃO NO PORTUGAL DE HOJE

25. Sendo desnecessário descrever todas as passagens do Programa do Movimento das Forças Armadas, referimos seguidamente aquelas que ainda hoje mantêm toda a actualidade no referente à luta contra a reacção.

A-2-d) «A entrega às Forças Armadas de indivíduos culpados de crimes contra a ordem política instaurada enquanto durar o período de vigência da J. S. N. para instauração de processo e julgamento».

A-2-h) «Medidas para a reorganização e saneamento das Forças Armadas e militarizadas (G. N. R., P. S. P., G. F., etc.).

A-2-j) «Medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e especulação».

Mais à frente refere-se a uma «estratégia antimonopolista».

Parece-nos desnecessário referir a importância de cada uma destas indicações que devem ser levadas à prática a curto prazo e em toda a profundidade, por acção conjunta do M. F. A., do Governo Provisório, das massas populares.

26. «Contra a ameaça da extrema-direita (...):

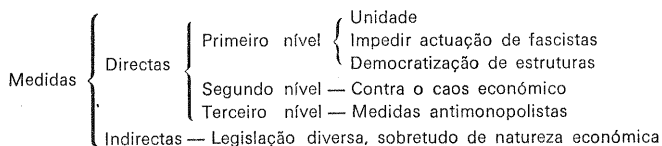
— (...) a unidade de todas as forças da democracia e do progresso é particularmente importante; (...).

— É igualmente importante utilizar o que é juridicamente possível para limitar a actividade das suas organizações e dos seus grupos.

(...) Uma luta vitoriosa contra a extrema-direita pressupõe que não se subestime a ameaça que ela representa». (53)

Por outro lado Álvaro Cunhal afirmava no Rumo à Vitória que a «destruição do Estado fascista significa (...) a destruição da actual orgânica militar, judicial e burocrática» e que cabe ao governo provisório «criar as bases de um estado democrático: um exército democrático, uma política democrática, uma justiça democrática».

Podemos, partindo destas declarações e do afirmado atrás, considerar dois grupos de medidas contra a reacção: as directas e as indirectas. Nestas últimas englobamos todas as actuações que conduzam à melhoria de situação do povo português e de cada uma das classes sociais que o constitui. Nas primeiras devemos considerar níveis diferentes de actuação conforme atinge apenas o campo político ou vai às bases económicas da reacção atingindo estas a nível superficial ou estrutural. No primeiro nível há a considerar aspectos como a unidade, o combate legal a todos os que lutam contra a liberdade e a democratização de instituições políticas. No segundo temos as medidas contra o caos económico e, finalmente, no terceiro, as medidas antimonopolistas. Esquemáticamente:



Analisemos um pouco mais em detalhe cada um destes aspectos assim como o referente à vigilância.

27. A unidade sempre foi condição importante para a vitória. Ela adquire importância quando o inimigo dispõe de importantes meios e diversas são as classes sociais, e correspondentes instituições políticas e sindicais, que estão interessadas no essencial do mesmo combate. O fascismo aliado aos círculos mais reacçãoários do imperialismo tem ainda muita

força e todas as classes não-monopolistas, todos os partidos democráticos, os sindicatos, estão interessados em barrar-lhe o caminho.

As massas populares estão unidas e é justo anseio das massas trabalhadoras que os seus sindicatos e partidos também se mantenham firmemente unidos.

O povo é poderoso mas necessita da força das armas assim como esta só serve a Nação se estiver ao serviço daquele. Desde o 25 de Abril que há unidade, uma unidade que é vital, entre as massas populares e o Movimento das Forças Armadas, entre aquelas e as emanações políticas deste, nomeadamente o Governo Provisório.

O 28 de Setembro, veio fortalecer essa unidade, mostrou claramente a sua importância.

Era com razão que a Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários afirmava em 1969 que «o dever comum de todos os democratas, de todos os defensores da liberdade, quaisquer que sejam as suas opções políticas e as suas concepções filosóficas e religiosas, é de dar o seu apoio concreto às forças progressistas nacionais em luta contra os centros da reacção e do fascismo».

28. É imperioso liquidar a actuação dos fascistas. A liberdade é sempre uma liberdade de classe e não pode haver liberdade para combater essa mesma liberdade.

Há que levar até ao fim a prisão, julgamento e condenação de todos aqueles que pertenceram às instituições fascistas.

Há que proibir a formação actual de partidos políticos que na realidade são seitas de conspiração contra-revolucionária.

Há que impedir que jornais quer regionais quer nacionais continuem a difundir posições fascistas, essas sim, verdadeiras agressões ideológicas, conforme o consignado na legislação actual.

Também não se pode consentir que os fascistas procurem sair à rua como o tentaram.

Não pode haver complacência com os fascistas que, se reconquistassem o poder poriam o país a ferro e fogo como o bandido Pinochet e sua quadrilha de vampiros fizeram no Chile.

29. Democratizar as instituições significa simultaneamente um profundo saneamento que afaste os reconhecidos reacccionários das funções que exercem e uma democratização das próprias

instituições, que implica, em alguns casos, novas possibilidades de acesso a elas, e, sobretudo, medidas democráticas de actualização, baseando-se sobre estas a hierarquização.

Os saneamentos têm de existir na administração, nas empresas, no Estado e, essencialmente, nas forças militares e militarizadas, sendo de salientar o que pouco de profundo se fez na G. F.—esta continua a ser um baluarte perigoso da reacção — G. N. R e P. S. P.

Também em todas essas instituições tem que se proceder à democratização, tarefa árdua e complexa, mas indispensável para o Portugal democrático.

Há que acabar com a burocracia exagerada em todos os campos da vida nacional.

30. Queremos apenas dizer duas palavras sobre a vigilância quer das massas populares quer das instituições sindicais e políticas, nomeadamente governamentais.

É um lugar comum afirmar-se que essa vigilância é fundamental, até porque a experiência o mostrou claramente. Contudo verificou-se que se ela existiu nos momentos decisivos da construção da democracia, houve períodos em que as massas populares, cada um de nós, manifestaram uma falta de atenção e firmeza que se traduziram numa contemporização objectiva com a reacção. A sua manifestação colectiva tem que ser intermitente mas a sua acção individual organizada pode sê-lo permanente.

Vigilância é uma forma de manifestarmos activamente o nosso apoio aos novos rumos que trilhamos. Vigilância popular e democrática é combatermos minorias reaccionárias, é defender o povo.

A VITÓRIA É DIFÍCIL MAS SERÁ NOSSA

31. É um facto definido pelas leis objectivas da evolução da sociedade capitalista, em que os homens têm um papel central, que ela desaparecerá, que dará lugar ao socialismo cujas bases fundamentais serão lançadas num período de transição. E o socialismo é o regime mais democrático porque quer a liberdade quer os meios de produção são património das classes trabalhadoras.

Assim, numa ampla perspectiva histórica podemos dizer que a vitória será das massas populares. Contudo é essencial

que aquela se mantenha e consolide desde já e isso depende do M. F. A., do Governo Provisório, dos trabalhadores e suas instituições sindicais, das massas populares e seus representantes políticos.

Condições objectivas para a democracia real em Portugal existem e é possível consolidar as condições subjectivas. Deve-se em cada momento ter presente os limites históricos da fase social que se constrói. É preciso nunca perder de vista que o processo é complexo: «Na verdade a revolução social, muitas vezes, dura um longo período e é acompanhada não só de uma mas de várias revoluções políticas em que cada uma enfraquece as tendências das classes reaccionárias à restauração e termina a obra das revoluções precedentes». (54)

Como é do conhecimento geral, numa altura em que mais do que nunca se falava de caos económico, um grupo de monopolistas formaram o que pomposamente chamavam «Movimento Dinamizador Empresa-Sociedade — MDE/S» e propunham-se fazer investimentos no montante de 120 milhões de contos.

Surgem, oh coincidência!, algum tempo antes da manobra contra-revolucionária de 28 de Setembro.

A manobra que, como se costuma dizer, «trazia água no bico», não resultou.

A volta dessa iniciativa muita problemática se levantou e os jornais despejaram catadupas de artigos.

Alertar para o problema foi então a nossa única intenção. (55)

Como manobras destas ou semelhantes podem sempre existir, enquanto houver monopólios que queiram mudar a situação, convém nunca esquecer essas experiências.

SOBRE O PLANO DOS 120 MILHÕES

1. MILAGRE, DEMAGOGIA REALIDADE

Ainda há milagres em Portugal. Atendem na criação do Movimento Dinamizador Empresa-Sociedade: quem ontem se guerreava mansamente e se combatia no mundo dos negócios, hoje participa no «esforço comum»; quem foi o sustentáculo do fascismo e o seu principal beneficiado manifesta-se, hoje, pela democracia; quem sempre procurou explorar ao máximo os trabalhadores aparece, hoje, a pensar nos interesses destes; quem sempre foi colonialista não deixar de concordar com o fim das colónias; quem sempre foi capitalista passou hoje a ser simples «empresário»; quem ontem pretendia aniquilar as pequenas empresas hoje reconhece que o «dono de uma loja» é tão importante como nós».

Apesar de nomes como Champalimaud (12 grandes empresas industriais, duas das quais em Angola e Moçambique, 14

sociedades com capital próprio de mais de sete milhões e meio de contos), Melo (mais de cem empresas integradas, tendo 90 das quais um capital nominal de 8 milhões e meio de contos, o maior grupo financeiro do nosso país), Espírito Santo (cujo banco tem as acções cotadas em 12 milhões e 400 mil contos e domina múltiplas empresas), Vinhas (dono da Portugália e com interesses em 15 empresas) e outros, também significativos, fazerem desconfiar de milagres de democratização no Portugal de hoje — apesar do trabalho insano dos alfaiates a virar casacas, — estávamos quase a acreditar quando chocamos com a mais vil demagogia acompanhada de vacilações e arrepios de frio a questões dos jornalistas: jogando com certa ambiguidade de terminologia (56) os grupos monopolistas negam qualquer intenção monopolista; afirmam descaradamente que «nunca houve capitalismo propriamente dito em Portugal» apesar de haver produção mercantil, mais-valia, classes operária e capitalista; têm o desprazo de declarar que também foram vítimas do regime fascista — talvez porque nunca tivessem conseguido regressar ao regime de escravatura da Roma Imperial — e que o fascismo acabou por ser um regime que não serviu nenhuma classe; perante a sua derrota actual no campo político falam na necessidade de dissociar os poderes político e económico.

Juntamente com estas baboseiras, que no mundo de hoje só podem fazer rir — durante o regime fascista sempre os capitalistas tiveram um aspecto «envergonhado» — não deixam de referir a «democratização do capital» e os empreendimentos «futuros» em África «sob orientação Portuguesa» (?).

Destruido o milagre, detectada a demagogia, só nos resta despejar o facto dos seus «mantos diáfanos da fantasia» e analisar quais as reais intenções — aspecto a que os empreendedores sempre procuraram fugir: «o que é preciso, além das intenções, é entusiasmo» — e qual a efectiva importância para a economia nacional.

2. AS INTENÇÕES ENCOBERTAS

Os monopolistas assustaram-se no primeiro impacto dos acontecimentos que derrubaram o regime fascista e estão conscientes que está praticamente perdida a cartada colonialista

nos moldes tradicionais. Procuraram então influenciar a situação de forma favorável aos seus intentos.

Um dos objectivos do jogo seria continuar nas ex-colónias portuguesas, conseguirem que, simultaneamente com a independência política, mantivessem a sua acção económica nesses territórios, para o que contavam com a ajuda «fraterna» do imperialismo internacional.

Mas debrucemo-nos sobre os seus intentos em Portugal. Os monopolistas continuam a jogar no caos económico e a constituição do M. D. E. S. interliga-se estreitamente com esse facto — há, muitas vezes, identidade entre sabotador e «dinizador» — e o aparecimento do grupo visava: 1) aproveitar a má situação da economia portuguesa para influenciar decisivamente a economia no seu exclusivo interesse; 2) Aproveitar o receio de caos, o medo do desemprego e de crise para criar uma certa popularidade que lhes permitisse outras acções (57); 3) jogar com o aliciamento do capital para fazer pressões políticas.

É necessário ter presente que o M. D. E. S. é efectivamente uma associação de grupos monopolistas e que as suas posições têm de ser analisadas em termos de classes sociais, pois como tal actuarão, independentemente das piruetas linguísticas e os sorrisos galantes de cada um dos seus membros.

Temos de reconhecer que foi uma jogada de bons xadrezistas, mas ficaram muito longe do xeque-mate.

3. SUA INFLUÊNCIA NA ECONOMIA NACIONAL

As considerações que aqui se tecem são sem uma análise detalhada de cada um dos projectos. Sobre eles, na globalidade, apenas lembramos aqui um parágrafo da «República» de 24/8 — «um certo número de páginas entre as 180 do «dossier» ao qual se vem dando notável e graciosa publicidade, pouco ou nada de novo vêm trazer» — e salientamos que na entrevista concedida à R. T. P. foram incapazes de provar que tais projectos não fossem agudizar as contradições, agravar alguns dos problemas da nossa economia herdados do fascismo — embora possa apresentar este ou aquele aspecto positivo no imediato.

Isto coloca-nos num dos pontos centrais: são os grupos monopolistas que, apoiados no seu Estado fascista, criaram uma herança económica tão desastrosa como a que hoje acar-

retamos. Os seus objectivos eram precisos: aumentar ao máximo o lucro explorando até à medula os trabalhadores e aliando-se aos grandes grupos monopolistas das metrópoles imperialistas. A situação política mudou, mas os objectivos dos grandes empresários capitalistas mantêm-se os mesmos.

Poderão alguns objectar que segundo um dos intervenientes na televisão eles só tinham os projectos e algum capital e que o seu objectivo era captar poupanças; por outras palavras, «democratizar o capital».

Esta terminologia, a manobra, não são de agora. Na verdade o que se passa com a venda de acções ao grande público e a possibilidade que cada um tem de as adquirir? Como os pequenos accionistas são múltiplos e passivos, a pontos de geralmente não chegarem a receber lucros ou muito pouco, os verdadeiros donos das sociedades anónimas são os grandes capitalistas que, inclusive, apenas necessitam de cerca de 35% do capital nominal para dominarem a sociedade.

Nesta perspectiva, se houver a dita «democratização do capital» em todos os projectos anunciados, os grupos monopolistas associados procurarão captar cerca de 65 milhões de contos ao «grande público», os quais serão utilizados em seu exclusivo interesse. O que se poderia fazer em benefício do povo com 65 milhões de contos?

S. A. R. L.

Por todo o lado estas quatro letras existem, vivem, cintilam. Elas são riqueza, exploração, domínio. Elas são uma vida faustosa para os seus donos, de miséria para os trabalhadores. Nunca esquecerei Ary dos Santos na festa de l'Humanité representar um seu poema sobre o tema.

Então era poesia,... mas não era só isso. Era a explicação de toda uma situação de facto, de uma tragédia quotidiana em que a classe capitalista à sombra do sacrossanto direito burguês, se permite explorar e enriquecer à custa do drama quotidiano das classes trabalhadoras.

DUAS PALAVRAS SOBRE A RESPONSABILIDADE LIMITADA

«É igualmente inadmissível que a coberto do segredo comercial e da legislação da «responsabilidade limitada» os capitalistas possam transferir mais-valia para fins particulares e para as suas contas bancárias com total impunidade, apesar destes desvios afectarem a economia nacional» (do comunicado final do Encontro de Trabalhadores de Empresas do Norte e Dificuldades Económicas, promovido pelo Partido Comunista Português).

1. Criada uma empresa pelos capitalistas, aquela constitui sua propriedade, que eles podem dispor como quiserem, da qual poderão extrair a fortuna pessoal que considerarem oportuno e conveniente.

Mas a empresa constitui uma realidade jurídica distinta dos seus proprietários, significando tal duas coisas contraditórias:

a) Enquanto a empresa goza de prosperidade o capitalista tem toda a liberdade de extrair dela o que bem quiser.

b) Quando a empresa está em dificuldades económicas, é incapaz de pagar aos seus credores, pagar os salários, etc., a riqueza do capitalista é intocável e os compromissos serão assumidos até aos estreitos limites das possibilidades da empresa.

É isto a responsabilidade limitada do direito burguês e que na prática é-o da parte do capitalista face à empresa mas

que, simultaneamente, é uma responsabilidade ilimitada da empresa em encher os cofres particulares dos seus donos.

Mas falar em empresa é, sobretudo, referir a actividade dos trabalhadores nela, a sua criação ou transferência de mais-valia, que permite o consumo e a acumulação capitalistas. Em última análise são sempre estas as vítimas da actuação do capitalista, da legislação burguesa.

2. No processo de falência podemos defrontar duas situações diferentes.

No que se refere às pequenas e médias empresa estamos, no essencial, perante a situação de proletarianização resultante da concorrência monopolista que o esmaga. Na grande maioria dos casos a sua falência é acompanhada pela própria ruína do proprietário.

Diferente é o caso da falência de empresas monopolistas em que os seus proprietários continuam a ser senhores de grandes fortunas. Acontece mesmo, muitas vezes, que tal situação das empresas resulta dos seus chorudos ordenados, má gerência, desvio de fundos para grandes negociatas particulares ou para outras empresas do mesmo grupo, etc.

Podem-se citar até muitos casos em que a falência de empresas resulta da vontade expressa do capitalista, quer por razões económicas (forma de aumentar outra parte do seu património) quer por motivos políticos (casos de sabotagem económica tão frequentes no Portugal de hoje):

«Muitas situações se agravaram desde então (25 de Abril) ...que...resulta também, em muitos e muitos casos, de uma deliberada política de classe, monopolista, entenda-se, de reduzir a actividade, pelo menos em algumas empresas do grupo monopolista, paralisando os investimentos, não aceitando encomendas, não promovendo contratos, não procurando mercados, realizando uma errada política de stocks, etc.»

(...) Como referimos, as situações de sabotagem são frequentes e tomam diversas formas, que vão desde dificultar o crédito bancário e o empurrar as pequenas e médias empresas para situações de falência, até afrouxamento da actividade em sectores-chave da economia ou mesmo atitudes de lock-out». (58)

3. O segredo comercial serve de cobertura a estas e muitas outras manobras.

A sua existência corresponde ao do próprio capitalismo.

- A publicação dos balanços pelas sociedades anónimas, sem dúvida as de maior peso na vida económica, não é verdadeira-

mente o que interessa às classes trabalhadoras: «é precisamente um controlo burocrático reaccionário; não abre os olhos aos povos e não permitem conhecer toda a verdade sobre as operações das sociedades anónimas». (59)

Sobre a importância do fim do segredo comercial e como algumas forças políticas a ilude parece bastante significativo as palavras de Lenine que ainda hoje têm toda a actualidade:

«Sem a supressão do segredo comercial o controlo da produção e da repartição permanece uma promessa vã (...). Está aí, precisamente, a chave de todo o controlo, está aí, precisamente o ponto mais sensível do Capital que despoja o povo e sabota a produção. E é bem por isso que os socialistas-revolucionários e os mencheviques receiam levantar esta questão».

Eis alguns assuntos nem sempre referidos com a importância que lhes é devido e que tem grande actualidade.

Afloramos apenas o problema.

IV

Cada classe social tem a sua ideologia, a sua maneira de abordar os problemas.

Qualquer delas pode ter coerência interna, uma certa lógica de análise, mas só uma, a da classe operária, é científica, isto é, reflecte a realidade.

Em qualquer confronto de classe essas diferentes maneiras de encarar o mesmo problema surgem e, às vezes, pode haver quem se iluda.

Já o senso comum afirma a existência desta realidade, mas a via progressista não é conciliar as posições diferentes, é colocar cada uma no seu devido lugar, é mostrar a superioridade da ideologia da classe operária, é mostrar os erros de visão dos capitalistas.

Mostrar a incoerência dos raciocínios dos monopolistas é mostrar a sua incompatibilidade com a realidade social.

Entre muitos exemplo possíveis, basear-nos-emos nos raciocínios viciosos do snr, A. Champalimaud sobre um problema central do momento actual: a banca privada.

UM EXEMPLO DE LÓGICA MONOPOLISTA, SUAS INCOERÊNCIAS NO PORTUGAL DE HOJE (60)

«Do cimento para o aço. Do aço para a banca. Da banca para os seguros e para o papel.

Tal foi a trajectória do movimento dos capitais que gerou o grupo Champalimaud. De momento (1973), nestes campos de actividade, o grupo possui 12 grandes empresas industriais, duas das quais em Angola e Moçambique. Possui um grande banco. Possui cinco companhias de seguros, duas das quais em Angola e Moçambique». (61)

1. António Champalimaud no dia 28 de Outubro fez um discurso durante uma reunião de trabalho do Banco Pinto e Sotto Mayor, a que os jornais de então fizeram alusão parcial.

Realizado pouco tempo depois da nacionalização dos bancos emissores, ainda hoje reflecte aspectos de actualidade.

Foi um discurso pequeno, um discurso que silenciou muito. Foi um discurso cauteloso mas venenoso.

De quem o veneno? Se o senhor A. Champalimaud o possui, não é seu monopólio — aqui faça-se justiça. Tal, é apanágio de todos os monopolistas, é um produto de classe, transpira na sua lógica e na sua acção.

2. Começa por mostrar-se muito chocado pela inferioridade em que a banca privada se encontra em relação à do Estado:

«Na medida em que nos encontramos integrados num sistema sujeito a concorrência aberta no que toca às relações com as restantes bancas privadas, e em plano de inferioridade com a função bancária exercida pelo Estado».

Mais adiante deita um pouco de água na fervura quer afirmando «que o comando dos bancos em causa já se encontrava, desde há muito, no Terreiro do Paço» quer regozijando-se que «estão saneados da promiscuidade de interesses mistos».

Mas o que interessa mostrar é como estes monopolistas que sempre se aproveitaram da dita concorrência para imporem o seu peso económico e esmagarem os pequenos e médios, que nesse processo exploram até ao máximo das suas possibilidades as classes trabalhadoras têm o desplante de falar em «concorrência desleal». Esta a lógica inexorável do monopolista: É preciso liberdade de enriquecer à custa de tudo e de todos, tudo o que afecta esta nossa liberdade é desleal, é ilegal. — Mais à frente, afirma «esta garantia de liberdade dos cidadãos de poderem optar em concorrência aberta (...) é bem tão preciosa que até é atributo essencial da liberdade cívica e política».

3. Mas eles próprios reconhecem a inconsistência da sua lógica, tão bem architectada e com força de lei durante o regime fascista, mas caduca e caquética nos tempos que correm.

Os lobos vestem-se de cordeiros: «eu direi que falar de monopólios relativamente à banca privada é por isso pura estultícia ou desacerto».

Pretende jogar ambiguamente com o termo monopólio, mas vejamos um pouco o que é a banca privada, sua força, sua relação com o conjunto da economia:

— A estrutura bancária existente no 25 de Abril resultou de uma concentração, duma monopolização incentivada e apoiada pelo fascismo: «a concentração industrial e o estabelecimento de monopólios na indústria facilitou e estimulou a

concentração bancária e a formação de monopólios bancários. Em 1928, o activo dos mais pequenos bancos (chamados «casas bancárias») representava 13% do activo total dos bancos; em 1949 representava apenas 1,6%. Em 1928 os depósitos à ordem nas casas bancárias representavam mais de 20% do total dos depósitos à ordem; em 1949 representava apenas 1,7%. Em 1928 quatro grandes bancas detinham 64% dos depósitos à ordem; 1949 tinha já 71%. Os bancos passaram a ter um lugar de relevo no estabelecimento do domínio dos monopólios a todos os sectores da vida nacional». (62)

— A concentração aumentou e em 1972 «83% dos depósitos e 83% da carteira comercial dos 17 bancos comerciais com actividade no Continente correspondiam a 7 bancos. Aos mesmos 7 e a outras três que gravitam na sua órbita cabiam 85% dos depósitos e 85% da carteira comercial». O Banco Pinto e Sotto Mayor pertence ao grupo dos sete.

— Os bancos principais são centros nevrálgicos dos grupos monopolistas a que estão ligados, isto é, base de apoio financeiro e de transacções, instrumento de alargamento e consolidação do seu domínio económico, nomeadamente o Banco Pinto e Sotto Mayor que é do grupo Champalimaud.

— Os resultados do exercício, isto é, os lucros declarados, em 1972 e 1973 foram de 95 e 119 milhares de contos e durante 1973 o mesmo banco aumentou em 84 mil contos as imobilizações, dos quais 14 para participações financeiras (isto é, domínio de outras empresas) e em 283 mil contos as reservas e em 377 as provisões e amortizações (aquelas e estas são em grande parte lucros reais).

Era exactamente este poderio económico que lhe permitia um domínio do aparelho de Estado e um apoio deste em regime fascista como era dito de forma diplomática pelo sr. Eduardo Furtado em 1973: «Ao senhor Ministro das Finanças, dr. Manuel Cotta Dias, e ao senhor Secretário de Estado do Tesouro, dr. José Luís Sapateiro, apraz-nos testemunhar a nossa gratidão pelas deferências que temos recebido. Ao senhor inspector Geral de Crédito e Seguros desejamos igualmente manifestar o nosso reconhecimento pelas atenções que gentilmente sempre nos tem dispensado».

4. É evidente que o sr. António Champalimaud, como monopolista que se preza não gostou do 25 de Abril.

Para ele a única coisa que interessa é a possibilidade de lucros. Só raciocina em termos de rentabilidade — «no âmbito

do estatuto que lhe é próprio, a banca privada tem operado a pleno rendimento» — e é incapaz (ou não interessado) de compreender o papel que o Estado tem que desempenhar na defesa de outros interesses, numa óptica de defesa económica da grande maioria dos portugueses: falando da função bancária exercida pelo Estado apenas diz que falseia os dados que permite «ao cidadãos e ao contribuinte o julgamento de quem o serve melhor e mais barato».

Lucro, lucro, lucro! Só em defesa deste sacrossanto direito capitalista, admite toda a actividade económica. Se o Estado investe para dar lucro aos monopolistas — «Ao Estado competia intervir em áreas tradicionalmente reservadas à iniciativa privada, mas por esta mal aproveitadas» — dá-se o apoio, grita-se viva. Se é em defesa da maioria do povo português faz-se mundos e fundos, barafusta-se: os trabalhadores que vão para o diabo!

5. E tais atitudes, tais raciocínios, tal maneira egoísta de pensar é uma atitude de classe de que tem perfeita consciência: «a banca privada, (...) no fundo está tão interessada como os industriais, os comerciantes e os lavradores».

6. Passar entre os pingos da chuva sem se molhar, como diz o adágio popular, é a tentativa de alguns monopolistas mais realistas, se assim se pode chamar. E para tal o uso de uma certa demagogia: manifesta-se interessada em dar «a maior dose de apoio à expansão económica como pressuposto indispensável que é do verdadeiro progresso social».

Mas o progresso social exige uma «expansão económica» que beneficie as classes mais desfavorecidas, um desenvolvimento no interesse do povo e não de uma dúzia de grandes fortunas, um incremento económico e social que evite todas as contradições em que se debateu a economia em regime fascista, isto é, que encare audaciosamente e desde já uma política antimonopolista.

É pelo «progresso social» que recusam créditos às pequenas e médias empresas assim como descontos de letras, que exportam capitais, que «aconselham» os emigrantes a não enviarem o dinheiro para Portugal enquanto difundem no seu meio mentiras reaccionárias?

7. Se o próprio A. Champalimaud afirma «no dia em que alguém com autoridade, o Governo por certo, declare ser dispensável (prejudicial, diríamos nós) a minha presença na vida económica nacional, é acto de favor que apreciarei» que se espera para estender a nacionalização à banca privada?

Muito se ouve falar em «liberdade» e, contudo, conforme as forças políticas que a referem assim a sua interpretação. Se, muitas vezes, em tais disparidades surgem factores exteriores ao próprio conceito de «liberdade», tais como demagogia, intenções encobertas ou manobras eleitoralistas as razões principais dos antagonismos resultam de diferentes posições de classe.

O que é «liberdade» para exploradores não é liberdade para explorados.

Que serve determinados partidos burgueses gritarem «liberdade» se essa é a sua liberdade? Que amam mais a liberdade para o país que os outros? Não, apenas que lutam para que as classes sociais que representam tenham a sua liberdade. Quer dizer se um partido do grande capital falar em «liberdade» está, no essencial, a falar em não-liberdade para o povo.

Pegemos na questão da unidade sindical nestes termos.

1) Se se falar em liberdade da classe operária, dos trabalhadores, defende-se que eles tenham possibilidades de actuação nos seus sindicatos, geridos por métodos democráticos e que eles possam, desta forma, cimentar a unidade e terem liberdade de imporem pela sua luta uma melhoria da sua situação de classe, uma posição mais hegemónica das classes trabalhadoras.

A liberdade de organização transforma-se, e aí a sua importância, na própria liberdade de melhorar radicalmente a sua situação política e económica. É uma aplicação total do conceito de liberdade.

A unidade é a liberdade da classe operária.

2) Se falamos em liberdade de organização da classe operária (na actual situação histórica nem os partidos do capital têm outra solução) mas de forma que essa liberdade seja limitada, não se transforme numa liberdade de impôr muito nos planos económico e político, não se transforme em total força da classe operária, fala-se de pluralismo.

Se queremos que mesmo no campo sindical os capitalistas tenham liberdade de actuar, temos que dar a estes a possibi-

lidade de dividirem a classe operária, que lhes dar a sua liberdade de criarem sindicatos fantoche.

A liberdade dos capitalistas no plano sindical chama-se pluralismo.

E esta dicotomia não é específica de Portugal. São posições de classes e surge em qualquer país capitalista.

Liberdade para quê e para quem? Eis a pergunta que devemos fazer sempre que ouvirmos pronunciar essa palavra «liberdade» que muitas vezes é alicerce de castelos de palavras que serão arrasados pelos ventos da história.

LIBERDADE PARA O POVO, FIM DOS MONOPÓLIOS (63)

Meio século de ausência de liberdade popular provocou um profundo desconhecimento de o que é e como se pratica o ser-se livre.

Sem dúvida que é um assunto complexo que tem constituído meditação de grandes pensadores, muitas vezes infrutiferamente — talvez porque «o problema da liberdade não tem solução teórica. Isso porque a vontade não é livre nem não livre: é a própria acção e somente aparece na acção com que se confunde» (64) mas não é uma liberdade metafísica que nos deve preocupar mas a existente realmente no nosso país, em termos de presente e futuro.

Uns permanecem numa passividade, numa posição de espectadores do processo revolucionário em curso que, sem ser um apoio explícito aos grupelhos reaccionários que afirmam que «está tudo na mesma», é a sua expressão prática. Outros continuam a pensar em termos individuais, quer procurando uma forma anárquica de estar no mundo — «cada um deve poder fazer o que lhe apetece» —, quer ansiando por uma ordem democrática institucionalizada — «a liberdade de cada um acaba onde começa a dos outros» — mas ainda de conteúdo insipiente.

Não é na base do indivíduo mas das classes sociais que é necessário abordar a liberdade. Cada indivíduo tem interesses particulares que se prendem com o seu quotidiano, mas as situações fundamentais que defronta é como operário, empregado de escritório, proprietário de uma pequena terra que não lhe dá para viver, assalariado agrícola, proprietário de uma

loja na cidade, etc. Os seus anseios profundos, a realidade com que se defronta é, essencialmente, como elemento de uma classe social, em combate ou aliança com outras classes.

Qualquer ordem ou disposição social, qualquer Estado serve sempre uma(s) classe(s) e combate outras.

A liberdade é sempre uma liberdade de classe(s). Há sempre que perguntar: — Liberdade para quem?

Os fascistas, antes do 25 de Abril tinham a sua liberdade: liberdade de explorarem o povo; liberdade de reprimirem impunemente, de matarem os defensores dos interesses dos trabalhadores; liberdade de se instruírem para manterem a maioria do povo no obscurantismo; liberdade para porem a economia do país no caos. Mas, para os fascistas terem a sua liberdade, a esmagadora maioria dos portugueses, todos os trabalhadores não tinham liberdade e eram esmagados pelo Estado terrorista.

O 25 de Abril veio modificar radicalmente esta situação e abrir o caminho para a existência de uma total liberdade para o nosso povo.

Hoje os trabalhadores têm liberdade de se organizarem sindical e politicamente, têm liberdade de lutarem na defesa dos seus interesses, têm no governo representantes comprovados dos seus anseios — nomeadamente o Partido Comunista Português —, têm liberdade de exprimirem as suas posições individuais e colectivas.

As eleições para a Assembleia Constituinte serão uma prova muito importante de manifestação da liberdade, que pode reflectir-se em todos os aspectos da vida nacional.

Mas, simultaneamente, para que essa liberdade, popular e não fascista exista, é indispensável corrigir limitações ainda existentes a essa liberdade na emigração, nos campos, nas zonas mais atrasadas assim como nas comissões eleitorais e outras.

No campo político há actualmente, uma ampla liberdade popular.

A sua existência implica que sejam privados dela todos aqueles que apenas a pretendem utilizar para restaurar a situação anterior ao 25 de Abril, para pôr o país a ferro e fogo, para retirar das mãos do povo o poder que este actualmente tem.

Se as actuais liberdades políticas não são tão amplas quanto seria de desejar — apesar de já o serem maiores que em alguns países europeus de democracia burguesa — é porque o peso de meio século também aqui se faz sentir e se verifica no campo económico uma situação adversa.

Com efeito, os grupos monopolistas deixaram de ter a liberdade política de quando possuíam o aparelho político, mas continuam a dominar no campo económico, apesar de já limitados por algumas medidas do governo provisório e pelas maiores possibilidades de acção dos trabalhadores. Os grupos monopolistas continuam a poder acumularem fabulosos lucros, explorarem as classes trabalhadoras, arruinarem as pequenas e médias empresas. Por outras palavras, continuam a poder utilizar de uma grande parte da sua liberdade no campo económico, o que significa, para os trabalhadores exploração.

Também no aspecto ideológico os monopólios mantêm vários campos de actuação, em grande medida permitidos pela falta de cultura de uma grande parte dos portugueses, produto da política fascista. É e será pela acção que as massas populares tomarão consciência.

É impossível o povo ser totalmente livre sem que o seja nos campos político-económico, ideológico no seu conjunto. A liberdade é indivisível: «a liberdade é a liberdade de trabalhar e de escolher o seu trabalho, é a liberdade de aprender e de se cultivar, a liberdade de se alojar, de dispor de lazes e gozar de uma velhice feliz, a liberdade de criar decentemente o número de filhos que desejar, a liberdade de opinião de expressão, de reunião e associação, a liberdade de participar na gestão da sua empresa e na direcção dos assuntos da aldeia, da cidade, do país. A liberdade é tudo isto junto e para todos». (65)

Como referimos, a aplicação desta liberdade individual da classe operária, quando expressa no plano sindical, traduz-se na unidade pois só esta permite à classe operária lutar com sucesso contra a exploração de que é vítima.

Os monopólios e os latifundiários são os maiores inimigos da liberdade do povo. Por isso o Partido Comunista Português na Proclamação aprovada no VII Congresso mais uma vez afirma: «Não é possível a consolidação das liberdades e a instauração de um regime democrático sem uma política antimonopolista e antilatifundista».

Atendendo a este carácter de classe da liberdade, ao seu carácter global, fácil é compreender que seja nos países socialistas — onde os meios de produção são propriedade dos trabalhadores e não existem classes sociais antagónicas — que o povo tenha mais liberdade, facto confirmado por todos os aspectos da sua vida quotidiana.

MONOPÓLIOS E POPULAÇÃO

É escusado salientar a importância da emigração em todos os aspectos da vida social.

Problema bastante abordado mas poucas vezes de forma global, a única que torna possível a sua integral compreensão.

Também aqui os monopólios desempenham um papel vital, de facto mais profundo e importante que a actuação individual de cada emigrante. Explicitemo-lo!

EMIGRAÇÃO, CAPITALISMO E O PORTUGAL DE HOJE (66)

1. A emigração, fenómeno velho num Portugal de fome, apresenta nos últimos anos características novas.

Definir o ano dessa mudança qualitativa não seria fácil, mas podemos considerar que algo mudou quando os emigrantes portugueses, integrando-se num tipo de actuação que não é só seu, passaram a emigrar quase exclusivamente para países capitalistas mais desenvolvidos, países de capitalismo monopolista de Estado. Também a emigração deixou de estar essencialmente localizada num campesinato arruinado ou em determinadas regiões para abranger todas as classes trabalhadoras e todas as regiões do país.

Que actualmente emigra de todas as actividades profissionais, mostram os seguintes dados de 1973:

— Parte da emigração total (legal) que cabe a cada distrito é Aveiro 8,9%; Beja 2,9%; Braga 8,6%; Bragança 3,1%; Castelo Branco 2,6%; Coimbra 6,0%; Évora 1,3%; Faro 2,5%; Guarda 2,5%; Leiria 9,2%; Lisboa 13,1%; Portalegre 0,6%; Porto 12,4%; Santarém 4,8%; Setúbal 4,8%; Viana do Castelo 3,2%; Vila Real 5,2% e Viseu 8,2%.

— Para o conjunto do Continente, 14,4% dos emigrantes eram do sector primário (Agricultura, Silvicultura, Caça, Pesca e Indústrias extractivas); 41,3% do secundário (indústria); 11,7% do terciário (serviços) e 32,6% sem actividade económica — provavelmente resultante de emigração de famílias.

— Mesmo os distritos essencialmente agrícolas como Braga e Bragança, apenas 8,2% e 35,8%, respectivamente, dos emigrantes estavam no sector primário.

É necessário debruçarmo-nos sobre essa realidade, estudá-la, actuar sobre ela.

Durante vários anos ouviram-se discussões sobre se o emigrante regressava ou não a Portugal, se tomava posições reaccionárias ou progressistas nos países para onde ia, se poderia ou não contribuir para a democratização de Portugal, se só pensava em arranjar dinheiro para uma casinha ou algo mais, etc.

Tudo isto era, e é, polémica de quem não conhece na prática o fenómeno da emigração, de quem pouco contribuiu para um esforço de teorização do fenómeno. Além disso o problema da emigração não é homogéneo, Varia de classe para classe que está na origem e no destino da emigração. Também posições moralistas, por mais bem intencionadas que fossem, de «deve-se esclarecê-los para não emigrarem» ou semelhante, não tinham em conta as realidades.

Se é certo que as ciências sociais estão muito longe de conseguirem abordar o problema na sua globalidade, que uma interpretação marxista-leninista de tão importante fenómeno está ainda a dar os primeiros passos, o obscurantismo que o fascismo nos procurou impôr agravou a nossa ignorância, apesar da emigração ser uma experiência bem dura para quantos emigram e para muitos dos que ficam, para a economia e a cultura nacionais.

Levantar o problema, referi-lo, preocupar-se com ele é começar a trilhar o caminho da sua compreensão. Isto tem acontecido muito nos últimos tempo em reuniões, assembleias e organismos internacionais, em artigos de jornais e revistas. É já um passo em frente. Este modesto artigo também se insere no mesmo contexto.

2. O que mais frequentemente se tem feito ao focar a emigração é referir aspectos descritivos: condições da região de onde emigram, razões individuais para emigrar, situação do emigrado, legislação de cada país sobre o assunto, condições de saúde, assistência, etc.

Esta diversidade reflecte a complexidade do fenómeno emigratório. Há que considerar quer os aspectos psicológicos que motivam o homem a emigrar, quer as condições históricas, económicas e sociais que permitem que o querer individual surja e a acção seja possível.

É dentro deste último campo que queríamos referir alguns aspectos que sabemos parcelares mas que se nos afiguram com interesse e ainda não convenientemente analisados:

1.º — Quando falamos em países exportadores e importadores de mão-de-obra imediatamente visualizamos diversos países subdesenvolvidos e alguns países desenvolvidos. Vem-nos logo à memória uma França e uma Alemanha. Essa multiplicidade de países que recordamos têm todos uma característica comum: são países capitalistas ou de ainda atrasado processo de desenvolvimento não-capitalista (67). Numa linguagem mais clara podemos dizer que a emigração é um fenómeno característico do sistema capitalista.

Não queremos com isto dizer que nos países socialistas não haja deslocação da força do trabalho, mesmo de um país para o outro. Não queremos mesmo negar a importação de força de trabalho, proveniente de países capitalistas, em países socialistas, como ainda recentemente aconteceu na R. D. A. Contudo, pelo volume que é, pelo tipo de mão-de-obra que a constitui, pelo carácter voluntário que apresenta, pelo tipo de acordos que envolve, pela atenção que é dedicada à melhoria da mão-de-obra, esse facto insere-se mais no contexto da cooperação económica e técnica e nada tem a ver com o fenómeno emigratório que conhecemos nos países capitalistas, quer sejam desenvolvidos, quer sejam subdesenvolvidos.

2.º — Muitíssimas centenas de milhares de homens deixam de trabalhar no seu país e vão trabalhar noutro. Num país confluem homens de diversas proveniências. Homens de outras regiões confluem em locais que já anteriormente foram abandonados pelos autóctones (emigração de Cabo Verde em Portugal, por exemplo).

A deslocação da força do trabalho apresenta volumes enormes.

Geralmente essas deslocações são acompanhadas de modificações de situação profissional. Assim, considerando o caso português tirando uma camada que emigrou por razões políticas e de guerra colonial que muitas vezes não encontrou uma situação profissional adaptada, a grande maioria dos emigrantes foram exercer profissões que correspondem a uma posição diferente nas forças produtivas (por exemplo o camponês em Portugal que vai para a construção civil em França). Vai muitas vezes encontrar noutros países uma situação nas forças produtivas que poderia ter encontrado no seu país se a economia deste estivesse animada de um processo de desenvolvimento correspondente à evolução da ciência e da técnica no mundo actual.

A emigração é um aspecto da divisão internacional do trabalho, a qual é determinada, essencialmente, pelos interesses das grandes empresas, isto é, imposta pelos monopólios, pelas sociedades multinacionais.

Esta predominância dos monopólios no fenómeno emigratório é bem claro aquando da acção directa de uma Renault, Citroen e C,^a a contratar indivíduos para irem aliciar potenciais imigrados — de preferência clandestinos para terem menos direitos; quando são essas empresas que determinam nos centros de emigração a mão-de-obra que desejam e a quantidade que querem; quando influenciam a legislação dos respectivos países.

3.º — Sendo de facto um fenómeno condicionado e imposto pelas grandes empresas capitalistas, a emigração reflecte uma posição de força de umas economias em relação às outras, dos países desenvolvidos em relação aos países subdesenvolvidos, duns monopólios em relação aos outros.

Muitas vezes homens e mulheres abandonam o seu país para irem desempenhar determinada profissão noutro e, simultaneamente, chegam ao seu país imigrados que vão desempenhar idêntica profissão: portugueses emigravam para em França trabalharem na construção civil, enquanto cabo-verdianos vinham para o mesmo ramo produtivo.

Enquanto em França, por exemplo, havia desemprego, isto é, as grandes empresas mantinham um certo volume de exército industrial de reserva, em Portugal «faltava» mão-de-obra.

Eis aspectos de uma luta de monopólios.

4.º — «A migração de mão-de-obra toma um carácter «rotativo»: a sua composição muda e renova-se constantemente. Os padrões mudam frequentemente, antes que estes estejam «usados fisicamente». (68)

Por outras palavras, esta possibilidade de rotação permite aos monopólios pagarem um salário abaixo do valor da força de trabalho (pois aquele não dá para a reconstituição diária da força de trabalho).

5.º — Se podemos dizer que a emigração é, em parte, o resultado de uma política dos monopólios, também é verdade que ela se insere numa tentativa dos monopólios combaterem a luta de classes, procurando criar uma divisão entre trabalha-

dores do país e trabalhadores imigrados, divisão artificial, para o que muito contribuem as campanhas racistas.

3. Os pontos atrás referidos seriam matéria de reflexão para a compreensão do carácter estrutural da emigração, para a importância do internacionalismo proletário no período histórico actual, mas preferimos, do exposto, tirar algumas conclusões sobre o fenómeno migratório no Portugal de hoje:

Na altura da primeira redacção deste artigo afirmava:

a) Não tenho dados sobre a evolução da emigração nos últimos meses, mas factos tais como o início do processo de quebra de muitos dos laços de dependência da nossa economia em relação ao estrangeiro, as mudanças políticas verificadas, o fim da guerra colonial, a expectativa num futuro próximo fazem certamente diminuir sensivelmente a emigração mas não são factores suficientes para a fazer desaparecer.

De facto, enquanto no primeiro trimestre de 1974 emigraram 23 916, no segundo 20 268 e no terceiro diminuiu para 14 774, o que é menos de metade da verificada no mesmo período do ano passado.

Nesta evolução há que entrar também com outro factor: o agravamento da crise nos países de destino, e consequente desemprego.

b) Se da parte de exilados, refractários e desertores se tem verificado o regresso, os emigrados continuarão, na generalidade, nos países em que se encontram pelo menos por mais algum tempo e só regressarão quando o desenvolvimento económico do país tornar isso objectivamente possível.

c) O Estado, e não só, dispõe hoje de meios capazes de fazerem aumentar o volume de emprego e superar alguns possíveis desajustamentos entre o desenvolvimento económico e o regresso dos emigrantes, embora possa ser questão complexa.

Acima de todas as questões que possam ser levantadas, todos temos que ter presente que os emigrados portugueses, encontram-se onde se encontrarem, são portugueses e para tal há que fazê-los participar na construção do novo Portugal.

Ter presente a sua existência em toda a acção governativa, em toda a acção das forças democráticas é uma necessidade.

O primeiro acto é levar o 25 de Abril a todas as embaixadas e consulados, com relevância dos situados em locais de forte emigração portuguesa, o que ainda não se verifica.

MONOPÓLIOS, POLÍTICA ANTIMONOPOLISTA E COMÉRCIO EXTERNO

1. As relações económicas internacionais têm tido sempre grande importância em regime capitalista.

O surgimento do socialismo, primeiro na Rússia, hoje URSS, e, depois, em muitos outros países, veio colocar toda uma nova problemática.

As opções políticas, entre continuar ou não a estabelecer relações económicas com os países capitalistas, entrelaçam-se com a posição do país no conjunto das relações imperialistas, com o novo tipo objectivo de relações que a actual vida económica exige, etc.

O tipo de relações económicas internacionais resulta da conjugação de situações de facto (base histórica) com posições políticas (base actual).

2. Há vários anos que se fala entre nós destes problemas e, particularmente, de cooperação económica.

É assunto longo e complexo. Pretendemos apenas clarificar algumas questões que nos parecem centrais.

COOPERAÇÃO ECONÓMICA (69)

Assistimos há alguns dias a um diálogo que constitui para todos nós motivo de meditação, pelo que ousou transcrever-vos uma parte:

ZÉ:...uma coisa de que actualmente se ouve falar muitas vezes é de cooperação económica...

ANTÓNIO: De facto, mas repara que a estranheza encontra-se exactamente em ainda não se falar suficientemente dessa questão e com a profundidade que em princípio um problema de tão grande importância para os povos de todo o Mundo exigiria.

Há muito que a economia de um país não pode viver exclusivamente fechada sobre si, isto é, tem que estabelecer relações económicas com economias de outros países, mas, num período mais recente, a «crescente divisão internacional do trabalho imposta pela complexidade de muitas das tarefas

exigidas quer pelo inevitável desenvolvimento das forças produtivas, elemento determinante, quer pelas novas necessidades manifestadas pelos povos» colocam com uma particular acuidade a «cooperação económica, quer no plano da troca quer da produção», campo mais amplo que o anterior das relações económicas. Estamos perante um processo crescente de internacionalização das relações económicas nos campos tradicionais e noutros totalmente novos.

Nota mesmo um outro aspecto interessante da sua dinâmica interna: «a própria cooperação económica entre países numa base bilateral e multilateral impõe o aparecimento de novos problemas e soluções que exigem um reforço da própria cooperação».

Escusado será dizer que os actuais meios de comunicação tornam possível a concretização daquelas condições objectivas.

ZÉ:...mas, se bem entendo, nem todas essas relações económicas podem ser designadas por cooperação, pois quando se usa tal palavra relacionamos imediatamente com a ideia de «prestar ajuda»...

ANTÓNIO: Tens razão e na tua dúvida está implícito um dos problemas fundamentais das relações económicas internacionais. «Os aspectos objectivos não levam automaticamente à cooperação e, além disso, na actual fase de desenvolvimento histórico, deixam um grande leque de alternativas cuja opção é o resultado da luta de classes, dos interesses que serve cada governo, da correlação de forças em cada país e no Mundo. Basta atendermos na existência de dois sistemas económicos diferentes, o sistema capitalista e o sistema socialista — pólos da contradição fundamental do Mundo actual — para termos uma ideia clara da importância da acção dos homens».

«Há, por um lado, uma cooperação cujas finalidades são a intensificação da exploração das classes trabalhadoras, as intenções belicistas, a hegemonia das metrópoles imperialistas e os lucros dos grandes grupos monopolistas e, por outro, uma cooperação económica, científica e técnica concordante com a independência e soberania de cada povo, estabelecida numa base de igualdade entre nações que corresponda a um efectivo progresso das forças produtivas, a um aumento de bem-estar dos povos», à luta pela paz. Esta verdadeira cooperação, única que tem o sentido que tu referias e de cuja terminologia as grandes empresas capitalistas e seus governos se pretendem apropriar para encobrirem ideologicamente os seus reais objectivos lucrativos, tem que corresponder necessariamente a um

combate à exploração dos trabalhadores, às diversas formas de dominação monopolista, a um reforço da solidariedade entre os povos. «Tem necessariamente que ter como corolário um crescente estreitamento da cooperação económica, científica e técnica com os países socialistas».

ZÉ: Oh! António, há aí qualquer coisa que não encaixo. Quando um comerciante faz um negócio com outro é para lucrar o máximo e não a pensar no outro... e ao nível de nações é o mesmo: quer seja um país socialista ou capitalista o que ele procura é defender os seus interesses. Por outras palavras, para nós tanto faz ter relações com uns ou com outros.

ANTÓNIO: O problema não é tão simples como o apresentas e a tua comparação, o menos que se pode dizer, é que não é muito feliz.

Um problema básico para analisar o comportamento de uma estrutura económica qualquer que ela seja é o da propriedade dos meios de produção. Assim sendo, encontras pontos de analogia entre as formas de actuação e mentalidade do comerciante e dum governo dum Estado capitalista, embora o comportamento deste se integre num conjunto bastante complexo e não seja, em última análise, o «próprio» interessado, mas não podes aplicar a mesma mentalidade «comerciante» a uma empresa dum país socialista ou mesmo a este.

Aliás isto não é apenas uma questão teórica ou uma elaboração ideológica afastada da realidade. Basta veres a história contemporânea, as relações entre os países socialistas e os em vias de desenvolvimento, entre aqueles e os países capitalistas desenvolvidos, todo o processo, ambíguo mas historicamente proífico, do desenvolvimento não-capitalista.

Sobre as relações económicas de Portugal com os países capitalistas bastante mais desenvolvidos, particularmente com os E. U. A., quer no que se refere a trocas comerciais, acordos monetários, investimentos directos e indirectos ou ainda a exportação de forças de trabalho para França ou Alemanha, sobre as consequências dessa situação, parece-me desnecessário conversarmos. Penso que aí estamos de acordo.

Como «as relações económicas com os países socialistas eram, e ainda são, quase inexistentes (a parte das exportações para os países da Europa Oriental é 0,6% e as importações 0,9% em 1972) e é um problema que ainda hoje não tem o realce que devia ter, talvez tenhamos conveniência em meditar um pouco. De facto, a cooperação económica com os países

socialistas corresponde aos nossos interesses, isto é, do povo porque o auxílio económico dos países socialistas traduz-se num efectivo aumento das forças produtivas com uma reduzida, ou nula, sobrecarga... e cria possibilidades ao desenvolvimento de novos sectores industriais concordantes com as aptidões naturais», porque cria toda uma nova problemática internacional para o nosso país e acarreta modificações sensíveis nas relações culturais, técnicas, científicas, desportivas...»

Além disso, não se aproveitam das flutuações de preços nos mercados internacionais impostas pelos monopólios. Todas as suas ajudas são feitas por intermédio do Estado sem qualquer investimento directo nas economias dos outros países.

ZÉ: Mesmo acreditando no que tu dizes, continuo na mesma: se eles fazem isso não é por altruísmo, mas porque estão interessados.

ANTÓNIO: Certo, por isso os países socialistas falam sempre em cooperação económica mutuamente vantajosa. O dilema que se põe é entre duas ou mais nações estabelecerem ou relações numa base de igualdade concordante com a independência e soberania de cada povo ou numa base de dependência de uns em relação aos outros visando apenas os interesses do mais forte e enchendo as contas bancárias de particulares.

É verdade que tudo que enfraquece o capitalismo fortalece o socialismo e esse é outro trunfo que os países socialistas pretendem jogar ao estabelecerem uma cooperação económica com outros países, mas porque duvidarmos da unidade de interesses entre povos!?

ZÉ: Se assim é há que nos virarmos com mais audácia para os países socialistas! Temos um terço do mundo à nossa frente!

ANTÓNIO: Sem dúvida, embora não seja fácil nem tarefa de um dia para o outro virar o eixo da nossa economia externa e, posteriormente, avançar para outros campos de cooperação económico-técnica.

Haverá até um período inicial, como o que estamos a viver, em que nem tudo é um mar de rosas. Há muitas adaptações e ajustes que têm que ser feitos.

Além disso, ainda hoje há quem se oponha à efectiva cooperação com os países socialistas. Os interesses de classe manifestam-se com muita força neste campo.

ZÉ: Mais força do que esses entraves terá a própria evolução da economia...

ANTÓNIO:... e a luta popular de massas.

As diversas políticas económicas assumidas por um país têm que constituir um todo coerente no qual adquirem o seu verdadeiro significado.

Uma política económica de relações com outras economias articula-se, impulsionando e sendo estimulada, com a política económica interna, nomeadamente com a política antimonopolista.

COMÉRCIO EXTERNO E POLÍTICA ANTIMONOPOLISTA

1. Em qualquer economia o comércio externo tem um peso bastante considerável quer quantitativa quer qualitativamente.

Vejamos a importância que o comércio externo tem para a economia portuguesa. Tomemos como referência 1972. O montante das exportações de mercadorias foram de 35,1 biliões de escudos e as importações 59,6. Se se considerar as exportações e importações de bens e serviços temos uma importância relativa, respectivamente, de 26,1% e 31,1% do Produto Interno Bruto a preços do mercado.

Mas apenas estes dados não dão a importância do comércio externo. A atenção que, por exemplo, daremos à importação é totalmente diferente se soubermos que 13,8% delas são produtos alimentares, incluindo bebidas; 19,9% são materiais brutos ou semiproduzidos indispensáveis à nossa indústria, que 34,1% são máquinas e materiais de transporte essenciais à formação bruta de capital fixo.

2. Como já vimos o comércio externo português está muito concentrado, quanto a países e produtos, que se traduz em relações de dependência em relação a certas metrópoles imperialistas.

Retomemos alguns exemplos, tomando como base o mesmo ano:

— as exportações destinam-se em 22,8% para a Grã-Bretanha; 12,9% para a Suécia; 10,1% para os Estados Unidos; 7,1% para a Alemanha; 5,1% para França. Isto é, 5 países absorvem 58% das nossas exportações.

— as importações vêm em 14,9% da Alemanha; 13,1% da Grã-Bretanha; 8,9% dos Estados Unidos; 6,3% da França e 5,4% da Itália.

— além disso havia a considerar as trocas com as ex-colónias que representavam 14,5% das exportações e 11,2% importações totais.

Se considerarmos zonas de comércio e não países e considerarmos, por exemplo, o Mercado Comum, chegamos aos dados que já foram antes apresentados noutra parte do livro.

3. O Mercado Comum não resolveu nenhum dos grandes problemas que se colocavam e colocam às economias nacionais integrantes. O que significa já foi anteriormente apontado. Convém salientar e realçar que é uma associação encabeçada pelos Estados de países onde há capitalismo monopolista de Estado, isto é, em que o aparelho político serve de «intermediário» na conjugação de interesses antagónicos e insanáveis entre os grandes monopólios que actuam na Europa, embora muitos provenientes e com o centro nevrálgico do outro lado do Atlântico.

O Mercado Comum serve como forma de, a nível da Europa, se estabelecer um neocolonialismo colectivo e contraditoriamente recíproco de uns países para os outros, com particular desvantagem para os economicamente mais débeis.

Como afirmou a Comissão Executiva do Comité Central do PCP em documento datado de 5 de Agosto de 1972, referindo-se aos acordos com o Mercado Comum:

«O acordo com o Mercado Comum não só representa, por si mesmo, o dobre de finados para muitas pequenas e médias empresas textéis, de vestuário, alimentares e outras, como servirá de pretexto ao governo de Marcelo Caetano para acelerar o processo de liquidação das pequenas e médias empresas, em geral, incrementando a centralização de capitais e a concentração monopolista».

A situação política em Portugal mudou mas a natureza política, económica e social do Mercado Comum não se modificou um milímetro. Além disso a situação económica portuguesa não se alterou ainda radicalmente e as opções de comércio internacional não estão determinadas por nenhum fatalismo.

Na actual situação é possível rever os acordos com o Mercado Comum tornando-os mais favoráveis. Será uma medida imediata com interesse enquanto a correlação de forças não permitir ir mais além. Antes acordos melhores que acordos piores. Contudo a natureza de classe das relações mantém-se.

4. Este tipo de dependência em relação a economias externas, que desde o 25 de Abril já começou, embora limitada-

mente, a ser alterada, constitui mais uma pesada herança fascista.

Não é possível, contudo, basearmo-nos nesta constatação de facto para concluirmos de uma fantasmagórica «vocaçãõ ocidentalista» da nossa economia.

O comércio externo de um país varia em estreita ligação com dois factores:

- política económica-social definida pelo Governo;
- relações diplomáticas e de outro teor que o país estabelece.

Ora, encontrado-se Portugal num momento histórico de profundas mudanças destes dois parâmetros, há que fazer-lhe corresponder, o que não sucede de forma espontânea nem sem lutas de classe a diversos níveis, um diferente tipo de relações económicas, a começar pelo comércio com os outros países.

Esse processo de adaptação não-espontânea exige um esforço de articulação das políticas com os factores objectivos num determinado momento histórico. A importância do comércio externo para a economia portuguesa mostrará cada vez de forma mais clara a importância da «direcção, controle e participação do Estado no comércio externo; respeito dos interesses nacionais pelas empresas privadas que intervenham nele» (do Programa do PCP, §6 da parte da Revolução Democrática e Nacional referente à «Liquidação do Poder dos Monopólios»).

5. Actualmente é necessário e possível manter relações económicas com as ex-colónias portuguesas numa base de igualdade e interesse mútuo, abrir o comércio a todos os países de África e Ásia com quem Portugal não tinha relações políticas, promover uma profunda cooperação com os países socialistas.

Esta diversificação tornará, inevitavelmente, a economia portuguesa menos afectável pelos fenómenos que se processem num determinado país.

A diversificação dos produtos exportados vem também articular-se com este aspecto, particularmente quando se está a lidar com monopólios e num período de profunda crise capitalista.

Contudo apenas as relações com os países socialistas permitem um comércio externo de tipo diferente, processado fora dos mercados imperialistas onde cada vez mais se manifestam as contradições agudas em que o capitalismo se agoniza.

6. Se não falarmos apenas de comércio externo mas de todo o tipo de relações económicas que se podem estabelecer — ajuda técnica, divisão internacional da produção, auxílio de financiamentos, etc. — fácil é verificar pelo dito no artigo anterior que só o seu processamento com os países socialistas permite um desenvolvimento independente e mais harmónico da nossa economia.

7. A importância destes aspectos é muito grande porque, além dos mais, articula-se com políticas económicas internas. Recorde-se apenas, neste aspecto, a compra de açúcar a Cuba e de cobre ao Chile de Allende, pela URSS.

Um reforço das relações económicas com as grandes metrópoles imperialistas significa, aumento da dependência do país, por intermédio da instalação de empresas multinacionais, exploração das nossas riquezas naturais para lucros que se acumulam em Washington, por investimentos directos, por créditos a altos juros, etc.

Por outro lado, estreitar a cooperação económica com os países socialistas é, como vimos, o contrário: independência, progresso, fuga do campo imperialista e dos seus problemas.

8. Mais, uma verdadeira e profunda política antimonopolista provocará provavelmente uma reacção de boicote dos monopólios e seus Estados que, eventualmente criarão entraves a exportações e importações, cortarão créditos, farão outras manobras terroristas.

Mas tudo isto não constitui o apocalipse. Pode até ser o início, difícil, de um desenvolvimento económico ao serviço do povo português, do povo trabalhador. Não é motivo para pormo-nos numa posição defensiva quando a correlação de forças internacional nos permite avançar.

O campo socialista é a força política fundamental em ofensiva no mundo actual e a aliança com ele permite vencer obstáculos.

A cooperação económica com os países socialistas em todos os campos é, conjugada com outras medidas de política económica externa que referimos, um elemento muito importante de articulação a uma política antimonopolista.

CONCLUSÕES



CONCLUSÕES DO TEXTO ANTERIOR

1. OS GRUPOS MONOPOLISTAS TÊM GRANDE PODER NO PLANO ECONÓMICO

«Devemos dar uma definição do imperialismo que englobe as seguintes cinco características fundamentais:

- 1) Concentração da produção e do capital que atinge um, tão elevado grau de desenvolvimento que criou os monopólios cujo papel é decisivo na vida económica;
- 2) Fusão do capital bancário e do capital industrial e criação, na base deste «capital financeiro» duma oligarquia financeira;
- 3) Exportação de capitais que, de forma diferente da exportação de mercadorias, toma uma importância muito especial;
- 4) Formação de uniões monopolistas internacionais de capitalistas que partilham entre si o mundo;
- 5) Fim da partilha territorial do mundo entre as maiores potências imperialistas» (O. E. Lenine, pág. 726 Vol. I).

Creio que este aspecto ficou claramente demonstrado. Só um monopólio tem, em muitos casos, mais peso económico que uma nação.

Este facto é reforçado pelo seu entrelaçamento em grupos monopolistas e todo o teor de estímulos que recebem do próprio Estado capitalista.

A sua força cresce constantemente.

FORAM OS PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS DO FASCISMO EM PORTUGAL

«o regime fascista era a ditadura terrorista dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro e dos latifundiários. Os latifundiários estão estreitamente ligados aos monopólios e a eles subordinados. Toda

a política do governo fascista se dirigiu contra os interesses das restantes classes e camadas sociais: o proletariado (operários industriais e assalariados rurais), que é o mais directamente atingido, o campesinato (pequenos e médios agricultores), os empregados, a pequena burguesia urbana, sectores da média burguesia, os intelectuais, (Programa do PCP pág. 18).

Esta afirmação é a concretização para Portugal de uma situação genérica.

Os monopólios são o núcleo central do imperialismo e este é o principal inimigo dos povos; explorador dos trabalhadores, inimigo inveterado da paz, estimulador do fascismo.

Toda a sua política quotidiana de agressão, exploração, guerra, miséria, fome para a grande maioria dos povos do mundo constitui o principal obstáculo ao futuro.

Também a sua acção ideológica é intensa, de que o aspecto principal é o anticomunismo.

O fascismo constituiu uma negra experiência para o nosso povo. Significou fome, guerra, exploração, perseguição, tortura, morte, incerteza do futuro. Mas significou riqueza, opulência, para os monopolistas e, por isso estes desejam e lutam pelo seu retorno.

Destas duas situações podemos tirar diversas conclusões particulares, a saber:

a) O poder dos monopólios e a sua responsabilidade no fascismo não podem ser esquecidos.

Não tem significado elaborar belos castelos políticos, pomposas frases, se no seu conteúdo não se inserir o papel que os monopólios desempenharam e desempenham, quais são os seus verdadeiros objectivos.

Proceder de tal forma significa objectivamente desarmar as massas populares da sua luta contra o inimigo principal, abrir o campo à acção das forças mais reaccionárias.

b) Os monopólios desejam o retorno ao fascismo. Os seus anseios políticos não são a democracia burguesa.

Este aspecto torna ainda mais criminoso o silêncio atrás referido, que corresponde a uma defesa implícita do fascismo.

Este facto é verdade em todo o mundo capitalista, mas particularmente verídica no nosso país. Alguns meses passados, mesmo anos, é impossível as forças reaccionárias estarem

totalmente derrotadas apesar dos reveses que tenham sofrido, como aconteceu na intentona criminoso do 28 de Setembro.

c) É impossível a alguém honesto silenciar a sabotagem económica, não lutar contra ela.

E contudo certas forças políticas silenciam este aspecto.

O menos que se pode dizer dum programa político de partido em que este aspecto não seja referido, acompanhando igual silêncio nas declarações quotidianas, é que causa revolta a todos os democratas sinceros. Tal facto mostra que forças políticas tais partidos servem efectivamente.

A sabotagem económica é uma arma política duma classe social reaccionária, dos grupos monopolistas. Não a combater é pactuar com essa classe.

d) O capital estrangeiro em Portugal é uma realidade perigosa.

O seu aniquilamento exige uma correlação de forças que no momento que escrevemos não é ainda favorável. A sua liquidação pode não se encontrar nas medidas imediatas (avançar para objectivos que não correspondem à força das classes progressistas no momento para os alcançar é aventureirismo político por mais justos que os objectivos sejam no plano «teórico» abstracto), mas a luta contra ele não pode ser minimizada um instante.

2. OS LATIFUNDIÁRIOS E OS MONOPOLISTAS SÃO O INIMIGO PRINCIPAL DA CLASSE OPERÁRIA, DAS MASSAS TRABALHADORAS, A PRINCIPAL FORÇA CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

Sem dúvida que a construção do socialismo e do comunismo exige o fim da exploração capitalista em toda a sociedade, embora sectores da pequena-burguesia possam ainda ter um papel útil a desempenhar na passagem ao socialismo.

Contudo, a luta de classes e os objectivos que são possíveis de alcançar em cada momento não dependem apenas da vontade dos homens e muito menos do que eles propagandeiam e não actuam. Dependem também das situações objectivas.

Sem entrar em grandes análises basta pensarmos na nossa experiência revolucionária: quão difícil tem sido impôr uma política de nacionalização!

E isto centralizando todas as forças num só alvo, aliando para a luta de massas diversas classes antimonopolistas, tomando o proletariado a vanguarda!

De facto, é vital na actual fase do processo histórico lutar fundamentalmente contra os latifúndios e os monopólios pelas seguintes razões:

a) São os monopólios que são os principais detentores dos meios de produção, cuja liquidação modificaria radicalmente as relações de produção.

b) A força dos monopólios é grande, não pode ser subtimada. A sua liquidação exige conjugação de esforços. Há, pois, que ganhar parte da média burguesia, a pequena burguesia — que, sem dúvida, tem contradições com a classe operária, mas que também as tem com os grupos monopolistas — para lutarem contra os monopólios, contribuindo, assim, para a melhoria radical da sua situação.

c) Não ser o proletariado a ganhar a pequena e média burguesia para a sua causa, para a causa do povo português, é deixar que essa massa flutuante possa ser ganha para as manobras reaccionárias dos monopólios, que, sozinhos, têm reduzidas possibilidades de actuação.

Além disso é pura ridícula falar num retorno à livre concorrência impossível — há anos que utilizam este argumento pelo que ou é dificuldade de compreensão ou falta de argumentos mais sérios. Todos os meios de produção dos monopólios passariam a propriedade do Estado — que, se promoveu a nacionalização, afectou profundamente o próprio domínio dos monopólios e não é um Estado do capitalismo monopolista de Estado, é um Estado diferente, progressista — pelo que se estaria, numa primeira fase, em capitalismo de Estado, sendo o Estado democrático e progressista o principal e «capitalista», impondo a disciplina e o enquadramento de acção aos restantes sectores capitalistas, já não apenas por decreto, mas pelo seu poder económico.

Simultaneamente, criam-se condições para a passagem ao socialismo.

Se a pequena e média burguesia, apesar do enquadramento em que actua, se concentram e procuram avançar para novos monopólios terão o mesmo destino que os outros: nacionalização ou confiscação.

De qualquer forma, na situação actual, ao nível da pequena e média burguesias a tendência que se nota não é de concentração mas de proletarianização.

3. OS PODERES ECONÓMICOS E POLÍTICO PODEM ENTRAR EM LUTA EM PERÍODOS DE TRANSIÇÃO MAS É O PODER ECONÓMICO QUE DETERMINA O POLÍTICO

«Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida» (Engels, *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, pág. 137 ed. brasil).

«O Estado é um organismo de dominação de classe, um organismo de opressão duma classe por outra» (Lenine, *O Estado e a Revolução* pág. 9).

Esta verdade é provada pela própria história das sociedades, quer nos situemos no plano universal, nos países capitalistas e socialistas, quer vejamos o Chile fascista da ITT ou uma social-democrata Suécia dos monopólios.

Aliás não é preciso ser grande teórico ou historiador. Ninguém ignora que se duas forças estão em luta — e entre exploradores e explorados não pode haver convergência de interesses — uma delas tem que ser, inevitavelmente, a vencedora. E, para o ser, tem que disferir golpes certos no inimigo.

Falar em dominação do económico pelo político durante todo um período de história de um povo, mantendo o essencial daquele pela manutenção da propriedade monopolista, só pode ser das duas uma: ou ingenuidade política, o que admitimos de muito menos informados, ou forma encapotada de defender os monopólios, única hipótese para políticos experientes.

Em capitalismo monopolista actual só pode haver, duradouramente capitalismo monopolista de Estado e o aparelho político há-de desempenhar fielmente o papel que historicamente lhe é designado. Para evitar o capitalismo monopolista de Estado — fase de exploração levada ao mais alto grau pessoal e geral — há que liquidar a sua base: os monopólios.

Mais, pode-se tomar medidas que formalmente parecem progressistas, mas se elas tiverem um carácter de classe monopolista (conteúdo das medidas) são reaccionárias.

É necessário

e) combater, no Portugal de hoje, as formas encapotadas ou abertas de retorno ao capitalismo monopolistas de Estado o qual conduzirá, inevitavelmente ao fascismo.

4. A PROPRIEDADE DOS MEIOS DE PRODUÇÃO É O ELEMENTO PRINCIPAL DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO QUE SE ESTABELECEM

«Da forma de propriedade dominante depende a divisão social da sociedade, as classes que a integram e isto, por sua vez, determina o carácter das instituições políticas e das normas jurídicas» (Kuusinen, Manual de Marxismo Leninismo», pág. 108, ed. mexicana).

É possível dentro do capitalismo tomar medidas capazes de melhorar a situação das classes trabalhadoras, aspecto que «não cai do céu aos trambulhões», mas que é o resultado inevitável da luta das classes oprimidas.

O próprio desenvolvimento do capitalismo monopolista cria um progresso das forças produtivas que será extremamente útil quando passar para propriedade da sociedade.

Contudo todas as grandes medidas de progresso social têm que se articular em torno da propriedade dos meios de produção. Pode-se limitar o poder dos monopólios mas enquanto eles forem os proprietários dos principais meios de produção eles continuarão a ser os senhores e donos do capital e com ele jogarão no seu interesse — e isso não é «egoísmo» mas leis do capitalismo.

Consequentemente:

a) O planeamento democrático só é possível com o fim dos monopólios.

Com efeito, um planeamento que vise efectivamente o progresso da economia ao serviço das classes trabalhadoras tem que articular, face aos grandes objectivos os esforços de todos de uma forma imperativa. Será impossível pôr os monopólios, por estímulos, controlos ou qualquer outra forma, a trabalhar

para o bem daqueles de cuja exploração extrai a sua própria razão de ser.

Desta forma, métodos aparentemente democráticos de debate do planeamento um não dão planeamento democrático que o tem que ser pelos métodos no debate e na execução (esta é vital) e, essencialmente, nos objectivos que define.

Falar formal e ideologicamente de «planeamento democrático» e até fazer dele uma peça central da construção de um modelo político é demagogia.

Igualmente.

— *a cogestão não resolve os problemas das classes trabalhadoras*, pelo que a queda deste mito é a própria falência de quantos a elevam à situação de aspecto central e vital para a resolução dos problemas.

Comecemos por ver como é que os seus defensores a definem: «Cogestão implica que os representantes dos trabalhadores tenham assento e voto deliberativo nos órgãos de gestão das empresas, por forma progressiva, com vista à aproximação do ideal de autogestão, própria da realização integral do socialismo» (70).

Esta definição articula-se estreitamente com três ideias centrais:

a) o problema da propriedade dos meios de produção é secundário na resolução da situação dos trabalhadores;

b) não há que combater o capitalismo mas melhorá-lo para as classes trabalhadoras e o resultado desse esforço de adaptação é o socialismo;

c) é ao nível dos problemas económicos da empresa que é resolúvel a crise sem ser necessário alterar a estrutura da sociedade, sendo os aspectos políticos de segunda ordem.

Se esta medida se articula, no plano doutrinal, com uma supremacia do político sobre o económico é aspecto que não tem interesse analisar, na medida em que já combatemos esse aspecto.

O problema da propriedade dos meios de produção é o problema que determina todos os outros. O tecnocrata não é nenhuma nova força que a tal se oponha, antes pelo contrário, coloca a sua competência ao serviço do capital financeiro. A burguesia está disposta a partilhar diversos níveis de consulta e decisão (até na medida em que amortença a luta de classes) mas não aceita nem aceitará qualquer partilha da propriedade dos meios de produção.

«O capitalismo é um sistema que tem as suas leis de desenvolvimento e de funcionamento, leis objectivas, de que não se pode moldar os efeitos. A propriedade privada dos meios de produção, a acumulação dos lucros condicionam e caracterizam o regime capitalista. A garantia da propriedade dos meios de produção permite-lhe o funcionamento. Esta garantia é indispensável aos proprietários dos meios de produção, ela permite-lhes comprar a força de trabalho e dispôr a seu grado da mais-valia produzida, dispor dela para, em primeiro lugar, multiplicar esta mais-valia». (71)

Além disso, o problema que se coloca hoje ao nível de empresa não é pedir uma impossível divisão do poder patronal mas é impôr a limitação ou liquidação deste, o que exige uma luta política ao nível de toda a sociedade.

Muito diferente de falar de cogestão é a resolução da Conferência Unitária de Trabalhadores que, atendendo à actual correlação de forças, à natureza da propriedade dos meios de produção e ao carácter das classes representadas no Estado e sua possível evolução, afirma:

«6.º — Em muitos casos o reconhecimento de direito e da competência da Comissão de trabalhadores para administrar a empresa por parte do Estado é a via segura e eficiente e que se impõe já na prática.

7.º — Em caso algum será aceitável que a intervenção do Estado e os dinheiros públicos venham a ser usados para proveito do patronato que levou as empresas à beira da falência e se recusa a adaptar-se à situação democrática que se deseja consolidar no nosso país. Para servir os interesses do povo português, para recuperar a economia nacional a classe operária e os trabalhadores manifestaram-se dispostos a trabalhar mais e a suportar mais alguns sacrifícios mas recusam claramente que os seus esforços possam ser aproveitados pelo patronato, responsável da situação».

—A *«participação» não é uma democratização do capital mas uma forma de acelerar a exploração da classe operária.*

Sobre o assunto limito-me a fazer a seguinte transcrição de texto escrito em 1972.

«Acenam com as delícias da «sociedade de consumo» que para esses senhores burgueses são uma realidade, esquecendo o número de desempregados, os salários da maioria, a instabilidade dos trabalhadores, o aumento da intensidade de trabalho, etc. Chamando trabalhador a um seu colega do con-

selho de administração de uma empresa o nosso «bom» burguês afirma que os rendimentos dos capitalistas e dos trabalhadores tendem a aproximar-se. É claro como água! As situações do negro americano habitando um bairro da lata e do supermilionário Rockefeller tendem a igualar-se! Não será possível encontrar comparações semelhantes para Portugal?!

Não julguemos que os defensores dessas malabarísticas posições não têm argumentos para «provarem» o que afirmam! Dizem que uma prova do desaparecimento da diferença entre capitalistas e trabalhadores é o facto de uma parte das acções das grandes sociedades anónimas estarem nas mãos dos próprios trabalhadores. Mas o que se verifica é que a difusão de acções pela população é uma forma vantajosa de mobilizar os recursos monetários dos trabalhadores. Deste modo reduz o volume das acções necessárias para dominar as empresas, dado o carácter passivo da maior parte dos pequenos proprietários de acções e as restrições constantes dos próprios estatutos, bastando aos monopolistas possuir uma quantidade relativamente pequena para dirigir a sociedade anónima e controlar grande montante de capitais. Além disso, a percentagem de acções possuídas pelos trabalhadores da própria empresa é, geralmente, reduzida — o mínimo necessário para procurar neutralizar a luta dos trabalhadores e aumentar a intensidade do seu trabalho —, os lucros são, muitas vezes, distribuídos só pelas acções distribuídas pelos monopolistas...»

5. OS INTERESSES DOS POVOS SÃO ANTAGÓNICOS AOS DOS MONOPÓLIOS

«Desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição. Cada progresso na produção é ao mesmo tempo um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria. Cada benefício para umas é necessariamente um prejuízo para outras; cada grau de emancipação conseguido por umas classes é um novo elemento de opressão para a outra» (Engels «Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado»).

É uma consequência lógica de tudo o afirmado.

Um anseio dos povos é viver melhor mas o dos monopólios é ter lucros, fazer investimentos e para tal tem que obter cada vez mais mais-valia à custa do suor dos trabalhadores que vêem a sua parte no Rendimento Nacional diminuir.

Os povos anseiam a paz e o imperialismo é beligerante.

Os povos anseiam a liberdade e os monopólios promovem golpes contra-revolucionários sangrentos e fascistas.

Os povos anseiam ser independentes e os monopólios pretendem mantê-los nas suas esferas de influência por formas coloniais e neocoloniais para lhes roubar as riquezas naturais e a mão-de-obra.

Os povos anseiam o socialismo e os monopólios lançam catadupas de propaganda anti-socialista e são os seus mais inveterados inimigos.

6. O PROGRESSO SOCIAL AO SERVIÇO DAS MASSAS TRABALHADORAS EXIGE UMA POLÍTICA ANTIMONOPO-LISTA

«Para acabar com as actuações criminosas do imperialismo, que podem infringir à humanidade males ainda mais terríveis, a classe operária, as forças democráticas e revolucionárias, os povos devem unir-se e agir juntos. Paralisar os agressores, libertar a humanidade do imperialismo, tal a missão histórica que compete à classe operária, a todas as forças anti-imperialistas que travam a luta pela paz, a democracia, a independência nacional e o socialismo» (da Declaração final da CIPCO 69).

Todo o livro procurou centralizar-se neste aspecto.

As forças produtivas adquiriram com os monopólios, parcialmente e contraditoriamente, um elevado grau de desenvolvimento. É um precioso contributo para uma democracia económica, para o socialismo e as classes trabalhadoras saberão aproveitá-lo. Mas para que sirva os interesses destes é necessário que os meios de produção deixem de estar nas mãos dos monopolistas. É indispensável que passe para as mãos do Estado e que a classe operária tenha uma importância vital na actuação deste.

Tal não é possível em capitalismo monopolista de Estado, tal só é possível dando-se passos em frente para o socialismo.

Para isso é importante

TER EM CONTA, EM CADA MOMENTO, A CORRELAÇÃO DE FORÇAS E LUTAR PELA REALIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA E NACIONAL

«O Programa do Partido Comunista Português para a revolução democrática e nacional, aprovado em 1965, constava de oito pontos ou objectivos fundamentais:

- 1.º — Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático;
- 2.º — Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral;
- 3.º — Realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha;
- 4.º — Elevar o nível das classes trabalhadoras e do povo em geral;
- 5.º — Democratizar a instrução e a cultura;
- 6.º — Libertar Portugal do imperialismo;
- 7.º — Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência.

Derrubada a ditadura fascista e conquistada a liberdade política em Abril de 1974, cumpriu-se uma das tarefas centrais da revolução democrática e nacional. Ficaram, porém, outras por realizar.»

6. O SOCIALISMO É UM FACTO HISTÓRICO INEVITÁVEL, PARA O QUE É INDISPENSÁVEL A LUTA DE CLASSES, E EXIGE O FIM DA PROPRIEDADE PRIVADA DOS MEIOS DE PRODUÇÃO, O CONTROLO DO ESTADO POR OPERÁRIOS E CAMPONESES.

«A contradição fundamental do capitalismo entre o carácter social da produção e a forma privada da apropriação, assim como os antagonismos económicos e sociais que derivam daquela constituem a grande fonte da revolução social do proletariado. (...) a principal força motriz da revolução socialista é a classe operária.

(...) a economia socialista, baseada na propriedade social, não pode aparecer (...) no seio do capitalismo. O seu nascimento pressupõe uma transformação radical da sociedade capitalista, transformação que só se pode realizar com o concurso do poder político do proletariado (...) o que (...) representa uma negação ou limitação da democracia apenas para a minoria exploradora e, para a maioria trabalhadora, desde o primeiro momento constitui uma amplíssima democracia». (72)

Assim como a sociedade escravagista nasceu e morreu assim como dela surgiu a sociedade feudal que também morreu surgindo a sociedade capitalista, também esta desaparecerá totalmente e dará lugar ao socialismo. Tudo isto é determinado por leis objectivas que os homens podem acelerar ou retardar, mas não impedir.

O socialismo já existe num terço do mundo e mostrou no seu mais de meio século de existência que é possível e, qualitativamente, muito superior ao capitalismo em todos os aspectos.

Cada país tem as suas vias próprias de passagem ao socialismo, as suas particularidades. Se não se atender a estas não se avançará. Mas as leis essenciais são comuns. Desprezar as experiências do campo socialista é, antes de mais, criar, utopias.

— *O «socialismo democrático» propagandeado é uma panaceia.*

O socialismo é o regime mais democrático que existe porque significa uma liberdade total — política, económica, social, ideológica — para a grande maioria do povo.

Porém, os caciques do dito socialismo democrático partem da dicotomia «Socialismo autoritário» — «socialismo democrático», criada nas suas mentes, que é uma falsa dicotomia porque é uma forma de escamotear toda a problemática da passagem ao socialismo e da construção deste, porque se baseia no mero jogo de palavras sem um conteúdo preciso ou com conteúdo deturpado, porque a sua elaboração não parte da análise da realidade mas de uma falsa «leitura» de posições doutrinárias sem qualquer referência à sua concretização na prática, porque não concebem uma liberdade de classe e crêm

na possibilidade de, numa luta de morte, uma classe vencer outra sem impor todo o peso da sua força.

Mas se fosse só isto mal já estava a coisa, mas menos do que na actualidade. O «socialismo democrático» é usado pelos seus co-autores como uma arma contra o socialismo real, como um instrumento anticomunista.

É impossível lutar pelo socialismo com posições anticomunistas. Estas só à burguesia aproveita e esta, digam o que quiserem, não quer o socialismo.

A burguesia, quando muito, pode dizer que quer — pois é «banha da cobra» que em última análise é demagogia — «um socialismo democrático construído pela via social democrata com respeito pela propriedade privada».

O processo revolucionário, nomeadamente o em curso em Portugal, pode ser dificultado, entravado mas nunca impedido. Acabará por brotar vitorioso.

O fascismo, apesar da mais feroz repressão teve que recuar, colocar-se na defensiva e acabou por ser derrubado como regime.

A revolução democrática avançará e os monopólios serão derrotados.

A Revolução Democrática e Nacional triunfará.

Caminha-se para o socialismo.

Depois do fracasso da última tentativa contra-revolucionária, das nacionalizações da Banca e dos Seguros qual o significado da análise do programa económico e social?

O 11 de Março constituiu novo passo em frente. Abriram-se novos caminhos para se concretizar uma profunda política antimonopolista. Veio dar novas capacidades de luta àqueles que há largos meses lutam firmemente pelo aprofundamento da revolução democrática. O Programa de Política Económica e Social desactualizou-se mais. Já o estava, mas atrasou-se ainda mais no processo histórico. Contudo continua a ser um documento muito importante de política económica. Continuará a ser bandeira de acção para muitos e seria subestimar as forças políticas em presença esquecer estes aspectos.

A sua análise continua a ser oportuna.

COMENTÁRIOS SOBRE O PROGRAMA DE POLÍTICA ECONÓMICA E SOCIAL (73)

ALGUMAS TESES GENÉRICAS

1. Os problemas económico-sociais formam no seu conjunto uma teia bastante apertada em que cada aspecto se interliga com todos os outros, em que cada solução tem repercussões em cadeia e exige outras medidas.

Consequentemente constitui um aspecto bastante positivo a iniciativa de elaboração de um Programa, na medida em que representa a procura de uma visão de conjunto da realidade social portuguesa e de uma política económica global articulada.

O carácter parcializado, desligado internamente, de toda a política económica do Governo Provisório tem sido uma das suas principais deficiências, até porque é o reflexo de outro tipo de debilidades.

2. É também positivo, intimamente relacionado com o aspecto anterior, a tomada de consciência da necessidade de medidas profundas: «A prática dos últimos meses tem vindo a demonstrar, de forma insofismável, a inviabilidade da não adopção, desde agora, de profundas reformas económicas e sociais,

sob pena de não se atingirem os objectivos fundamentais da Revolução do 25 de Abril».

Esta posição tem muito interesse, mesmo que seja uma mera posição de princípio!

Corresponde a um importante passo em frente, reflecte a nível governamental a revolução da consciência das massas populares e das forças progressistas. É a consagração política da insistência com que o MFA tem referido a necessidade de uma política antimonopolista e da luta quotidiana dos trabalhadores contra o capital.

Além disso, a referida posição rasga amplos horizontes à luta das massas exploradas.

3. Correspondendo a duas importantes necessidades do momento actual — (1) política económica articulada; (2) virada para os grandes objectivos — o Programa apresenta diversos aspectos positivos, quer globais e sectoriais, quer nas medidas a curto prazo.

Mais, é necessário ter sempre presente em que contexto se insere o actual programa quanto à situação política nacional actual e à luta de classes e no referente à composição governamental. Não se pode analisar as posições económicas nele expressas sem ter em conta estes aspectos, o que significaria partir de uma análise desligada da realidade, duma posição utópica.

Embora mais importante que criticá-lo sistematicamente será aproveitar o que de positivo ele tem e com base nisso fazer avançar a luta popular de massas, consideramos inadmissível a sua aceitação passiva, considerando-o como o «possível» do momento actual.

Pode-se mesmo, à partida considerar deficiências básicas do ponto de vista estrutural, debilidades e erros doutrinários, que irão enfermar o Programa.

4. É difícil traçar fronteiras temporais à política económica e tudo o que hoje se faz está condicionado pela acção dos homens no passado e projecta-se no futuro, mas, perante a necessidade de se considerar um período para definição e aplicação dos objectivos, consideramos que aquele deveria ser um ano:

a) É para imediato que é imperioso definir uma política global coerente, firme, realista, reflectindo uma clara e inequívoca posição antimonopolista.

b) Existem gravíssimos problemas económico-sociais que exigem no momento uma resposta global e articulada.

c) Das medidas imediatas resultará uma determinada situação político-social.

Quando há que definir com urgência uma alternativa tão séria como

— COM O POVO CONTRA OS MONOPÓLIOS

— COM OS MONOPÓLIOS CONTRA O POVO

é sobre ela que todos os esforços devem ser concentrados.

d) Será na resolução dos problemas imediatos, de conjuntura e de estrutura, que acções se conjugarão.

5. O Programa apresenta duas contradições fundamentais (de que resultam muitas outras secundárias):

a) O conteúdo do Cap. VII «Medidas a Curto Prazo» apresenta diferenciações nítidas em relação ao restante Programa.

As medidas a curto prazo apresentam um conteúdo mais claramente antimonopolista — embora ainda insuficiente — que o resto do Programa, uma mais intransigente defesa dos interesses das classes trabalhadoras.

b) Falta ao Programa um conjunto de princípios orientadores realistas e firmes que permita descer com segurança ao pormenor, tanto mais que o documento perde-se em muitas questões pequenas, algumas das quais de eficácia nula ou quase nula.

No entanto, se no início aparecem algumas directrizes gerais politicamente importantes ou, pelo menos, interessantes, a sua «força política» vai-se desvanecendo ao descer para as medidas concretas.

Eis, pois, uma dupla contradição entre o curto e o médio prazo, entre o geral e o particular!

6. As próprias contradições são contraditórias.

Na prática política as medidas preconizadas para os próximos três meses têm prioridade em relação às que se projectam nos próximos anos. Também as medidas particulares expressas no Programa — a sua efectiva segregação política — serão as concretizáveis ou sê-lo-iam se reflectissem a realidade.

Ora as medidas imediatas correspondem melhor aos interesses das classes trabalhadoras que as restantes, embora também aí existam muitas posições dúbias sobre a verdadeira política anti-monopolista.

Para termos uma ideia da inserção do Programa na realidade nacional é preciso estabelecermos uma hierarquia das contradições para analisarmos qual a sua evolução.

Não sendo tarefa fácil, cremos estar a proceder a tal afirmando que as medidas a curto prazo são as que reflectem mais directamente a luta de classes, a correlação de forças. São realistas e poderão ser aplicadas (algumas até já estão em curso). Se o forem produzirão modificações sociais que tornarão inviáveis muitas das medidas, mesmo das principais, do resto do Programa: a realidade social estoira as carapaças que os anti-sociais procuram enfiar-lhe.

7. Vejamos a origem dessas contradições.

Numa primeira abordagem encontramos a sua expressão teórica-ideológica: o antagonismo entre uma via social-democrata (predominante no plano, e uma teoria económica coerentemente antimonopolista.

Numa segunda abordagem, enfrentamos as contradições de classes a nível governamental.

Finalmente, numa abordagem mais profunda defrontamo-nos com o antagonismo entre uma análise burguesa da sociedade e a realidade desta, quer no referente à evolução objectiva quer à luta de classes e ao papel hegemónico da classe operária.

8. É necessário passar a uma análise pormenorizada de todo o contraditório programa para podermos ter uma posição mais fundamentada.

Para já queremos deixar expresso duas questões fundamentais:

a) Os interesses dos povos são antagónicos aos dos monopólios.

b) Os poderes económicos e políticos podem estar em luta em períodos de transição, mas é o poder económico que determina o político.

O conteúdo destas proposições já foram expressas.

9. Uma nota final.

Poderão alguns leitores serem atreitos a apoiarem-se na conhecida frase «criticar é fácil» para tecerem considerações sobre as críticas aqui expressas a «obra de tão grande vulto» considerando, simultaneamente, que isso é «assunto para técnicos».

Rejeitamos tais considerações pois as críticas e sugestões aqui expressas não partem duma análise individual e ideal mas da consideração da realidade, da explicitação dos anseios das massas trabalhadoras, do que elas têm exprimido em múltiplas reuniões e manifestações.

Além disso o que hoje o povo português precisa é de obras e actos que sirvam os seus interesses e para tal é necessário que nenhum problema político-económico-social seja alheio às massas trabalhadoras. Tomarem nas suas mãos o seu destino é-lhes vital. Para verem consignados na política geral do país os seus anseios têm que propôr, organizarem-se e lutarem.

Contudo, a necessidade que hoje temos de nos colocarmos numa posição de crítica resulta essencialmente de não ter havido a possibilidade de todos nós termos participado na sua elaboração.

A sua realização constituiu uma excelente oportunidade para se ter procedido a um debate nacional, a uma audição organizada das diversas classes com os seus interesses, à sua confrontação. Teria sido uma forma de, simultaneamente, aprofundar mais as soluções e ganhar as populações, os trabalhadores, para a sua realização prática.

Além disso podemos estar certos que o conteúdo programático seria bastante enriquecido. Diversas iniciativas levadas a cabo pelo PCP — Conferências de Camponeses, de Trabalhadores de Empresas em Dificuldades Económicas, de Assalariados Agrícolas, etc. — mostraram a capacidade dos trabalhadores em analisarem os seus problemas na problemática causal, em proporem justas soluções que se entroncam na sua consciência de classe, na posição que ocupam na produção.

Ao debate público prévio preferiram o trabalho de gabinete, a criação da expectativa na população. Podemos mesmo dizer que as vozes dos trabalhadores tiveram dificuldades de penetração nos quase herméticos gabinetes de economia.

INDEFINIÇÃO DO INIMIGO PRINCIPAL

10. Hoje é inevitável num Programa Económico a referência sistemática à política antimonopolista. Nele chega-se a afirmar categoricamente: «O Governo Provisório, em aliança com o MFA e as classes trabalhadoras, terá, pois, duas frentes de luta principais: uma contra os grupos económicos e políticos que objectivamente resistam ao desenvolvimento de uma estratégia antimonopolista» (se estas o forem verdadeiramente a resistência é inevitável!).

Contudo as «medidas antimonopolistas» são consideradas em dois planos: 1) apoio às pequenas e médias empresas e

aumento da acção estatal em alguns sectores; 2) acção directa sobre os monopólios.

Como vimos não é indiferente optar por umas ou por outras:

— «É preciso ver claramente que a segunda política é determinante. É nela que reside o essencial da liquidação do poder dos monopólios e só isso torna possível um eficaz e real apoio aos sectores antimonopolistas».

— Também a limitação directa da actividade dos monopólios é susceptível de diversas interpretações que se completam. Assim, se é louvável uma política que procure fixar preços — há que impôr o congelamento de preços —, impôr normas de conduta, etc., isto é, controlar os monopólios nos aspectos secundários da sua actividade, é preciso nunca deixar de ver os monopólios no seu conjunto e dinâmica e, considerando o sector produtivo e os núcleos vitais de financiamento, desferir golpes nos aspectos essenciais da sua sobrevivência.

No primeiro plano e duma forma genérica pode-se dizer que se tomam medidas interessantes ou que poderão vi-lo a ser se bem preenchida a vacuidade da proposta. Propõem-se diversas medidas de apoio às pequenas e médias empresas, ao consumidor e particularmente ao camponês e preconizam-se algumas acções Estatais bastante válidas — ex. medida n.º 43 a curto prazo que diz «Criação de uma empresa pública de comércio externo, que prioritariamente se dedicará a comercialização no exterior da produção oriunda de sectores de maior disseminação empresarial e ao estabelecimento das relações comerciais com os novos mercados, em particular com os países de economia planificada».

Contudo o Programa é fortemente limitado e «tímido» nas medidas de limitação directa do poder económico e das suas principais actividades.

No segundo plano, quando no campo da distribuição económica, há aspectos com interesse — «contracção da distribuição do lucro», predominância dos consumos colectivos — mas as debilidades reforçam-se e agravam-se ao passar-se para o campo da propriedade dos meios de produção, da produção.

É nas medidas a curto prazo que aparecem algumas propostas mais firmes e positivas e que, se forem agarradas pelos trabalhadores e por eles concretizadas, podem ser decisivas. É o caso da importantíssima medida a curto prazo n.º 25: «Publicação de legislação dando poderes ao Governo para, relativamente a empresas de grande dimensão ou ocupando

posições privilegiadas no mercado, impor planos de produção, existências mínimas, colocação no mercado de quantidades pré-fixadas dos seus produtos e a realização de programas de investimento e de constituição de reservas». Serão os trabalhadores que poderão impor que esta medida seja concretizada não de forma burocrática — reaccionária mas por via revolucionária.

Ressalte-se igualmente que o Programa reduz muito a ambiguidade do DL 660/74 numa posição a favor dos trabalhadores: na maioria dos casos será um passo decisivo para a nacionalização.

11. Ao longo do Programa deparamos com frases vazias ou de significado ambíguo. Somos permanentemente obrigados a perguntar: Como? Para quem? Contra quem?

É o resultado de uma situação de compromisso em que a parte em vantagem (na elaboração do Programa e só aí) é a mais desligada da realidade social e das tendências da sua evolução. Mas é, também, o reflexo da não consideração dum aspecto vital: não basta controlar, nacionalizar, intervir. É indispensável para o povo português que tudo isso se faça contra os monopólios, numa óptica nova de desenvolvimento da economia portuguesa.

Referente a este aspecto vejamos algumas das ambiguidades sobre a nacionalização proposta.

Que diz o Programa sobre o assunto? Transcreve partes importantes do Programa do MFA, extrapola para a utopia do controle do poder económico pelo poder político e não diz mais nada claro.

Contudo, o tipo e localização de intervenção proposta para o Estado, a timidez da interferência na vida das empresas e dos sectores, o facto de os ramos fortemente lucrativos serem deixados para a iniciativa privada (a começar nos bancos e passando pela indústria de base) leva a considerar que a tendência predominante no Programa é a de uma intervenção característica à do capitalismo monopolista de Estado em que o sector público é um prolongamento do privado.

Isto o proposto, isto o que não conseguirão concretizar. Muito diferente é o que os trabalhadores propõem e as massas populares impõem. O 11 de Março bem o mostrou.

12. Estas nossas considerações são confirmadas pela pouca importância dada á sabotagem económica e à luta contra ela.

Sem dúvida que no Programa Económico fala-se aqui e além em «sabotagem económica», em «delito económico» e frases semelhantes mas não é na referência que está a vantagem. Estaria sim na abordagem sistemática do problema e nas medidas preconizadas.

Que esta não é uma preocupação maior do Programa — apesar dela se processar quotidianamente em grande escala e ser um dos factos mais gravosos — pode ser provado nos seguintes aspectos:

a) Crimes económicos foram a situação mais vulgar em regime fascista e o Programa ao referir a «situação herdada do anterior regime» (porque não se lhe chama pelo nome regime fascista?) não lhe faz significativa referência.

b) Não refere nos «Condicionantes da Política Económica e Social» a atitude política deliberada do grande capital em dificultar o avanço do processo democrático, em lançar a economia portuguesa em situações difíceis.

E, no entanto, a busca do caos pelos grupos monopolistas portugueses e estrangeiros, a que os trabalhadores se têm oposto com vigor, é hoje uma situação generalizada e permanente, constituindo uma das principais dificuldades económico-políticas da sociedade portuguesa.

c) As empresas multinacionais são por excelência as sabotadoras. Resulta da sua própria natureza, do processo de exploração que promovem à escala internacional: vendem abaixo do preço de custo, reconvertem unidades fabris prejudicando a economia nacional, exportam capitais e fazem vendas fictícias para fuga aos impostos, etc.

No entanto continua-se a apostar significativamente no capital estrangeiro nomeadamente através do investimento directo externo, o mais pernicioso. E se é verdade que se propõe controlo (qual?) também o é que à partida está-se logo limitado pela não retroactividade da legislação sobre o assunto.

d) As medidas que se propõem para a banca privada não alteram significativamente a situação. Hoje estão totalmente ultrapassados.

e) Não se dedica nenhum capítulo ou subcapítulo à sabotagem.

Sendo esta lacuna o aspecto mais saliente devemos igualmente referir neste assunto que além das medidas positivas atrás referidas há outras que, não tanto pelo expresso mas pelas possibilidades que abrem, são positivas.

— «Necessidade de fiscalização eficaz da actividade das sociedades...» (pág. 37);

— «Necessidade de instituir regras penais mais efectivas em relação aos casos de conduta menos regular dos membros dos corpos sociais e de gestão, de sociedades que envolvam riscos e prejuízos substanciais para TE (pág. 37);

— «Agravamento das penas por delitos fiscais...» (pág. 66);

— «Revisão da legislação de crédito no sentido do estabelecimento de sanções mais efectivas contra as actuações ilegais ou fraudulentas em instituições de crédito e parabancárias, empresas seguradoras e empresas imobiliárias que recolham poupanças directamente» (pág. 176);

— «Criação de um órgão especial de repressão de delitos económicos...» (pág. 177);

— «Reformulação do direito das sociedades...» (pág. 177).

13. Do afirmado conclui-se da debilidade na definição do inimigo principal. Por isso, corroborando esta afirmação, que se critique bastante a incompreensão e impaciência dos trabalhadores e quase nada os capitalistas, que se critique justamente a «ultra-impaciência» e não se refira a morosidade e a burocracia.

Quanto a esta o caminho do Programa é o inverso do que deveria ser: criam-se comissões, grupos, gabinetes, etc. em profusão, tudo levando a crer que serão serviços tão emperrados como muitos actualmente existentes.

Aplica-se o epíteto «já» a coisas que estão há longos meses a serem estudadas e por publicar.

14. A veracidade da teoria vê-se na prática.

Referimos muitos dos aspectos negativos, mas a verdade é que os trabalhadores saberão o que de bom pode ser extraído do Programa, agarrar-se-ão àquilo que possa servir de incentivo ou orientação à sua luta — que não fica nem poderá ficar confinada aos enquadramentos que o Programa procura lançar. Há aspectos que os capitalistas imporão mas a correlação de forças e as tendências da sua evolução fazem-nos crer que os aspectos positivos impor-se-ão fortemente aos negativos na prática política da revolução democrática.

NOTA FINAL

15. Parece que não terá interesse fazer uma análise detalhada de cada um dos capítulos pois o tipo de críticas ou apoios que manifestaríamos seriam o reflexo e concretização dos aspectos gerais aqui expressos.

Não queria, contudo, deixar de referir que as medidas propostas para a agricultura constituem, no seu conjunto, uma das partes mais positivas do Programa e o capítulo sobre a inflação é um dos de maior vacuidade.

Nada disto se passa por acaso.

Na agricultura acabar com reminiscências feudais é um progresso e tais medidas têm que ser aceites mesmo por quem defende o capitalismo monopolista. Também aí a sabotagem económica toma, no essencial, um aspecto bem visível. Além disso, foi um dos sectores em que, durante a elaboração do Programa, houve importantes lutas de massas.

Como vimos a inflação é inerente ao regime capitalista: o seu fim exige o fim daquele e a sua contenção impõe fortes políticas antimonopolistas. Por isso o pouco que se avança neste campo: por isso já nos capítulos iniciais do documento se tinha apresentado esse flagelo das classes trabalhadoras como uma mera questão conjuntural.

A debilidade das medidas anti-inflacionistas propostas, o facto de depois da saída do documento ter havido aumento de preços, as contradições internas em que o Plano cai, particularmente em torno deste problema, mostra inequivocamente o campo estreito que o Programa define para a sua actuação.

16. A carapaça social-democrata que alguns pretendiam impor à revolução em curso por meio do Programa já está a estoirar e estoirará muito mais!

POSFÁCIO

Este livro já estava a entrar na tipografia quando surgiram os acontecimentos do 11 de Março e as nacionalizações da banca e dos seguros.

Imediatamente houve como que um repensar da presente obra. Desta meditação que não provocou qualquer alteração do texto inicial parece-nos de concluir que a grande maioria dos assuntos aqui focados continuam, infelizmente, a ter grande actualidade, mesmo certos aspectos referentes à nacionalização da banca.

A relação entre o proposto há alguns meses e o que se veio a verificar (nacionalização da banca, perigos e bases da reacção,...) só permite concluir, pelo menos em linhas gerais, da correcção dos métodos de análise aplicado (não superioridade do autor mas sim da ideologia que lhe serviu de base).

Não queria deixar de manifestar quão importantes foram os progressos verificados na data gloriosa atrás referida, nos aspectos económico, social e político.

A nacionalização da banca e dos seguros interligada com modificações dos seus objectivos reflecte uma nova correlação de forças e é um grande passo em frente que permitirá a nacionalização e controlo duma grande parte da actividade capitalista em Portugal.

Na medida em que este livro tem actualidade enquanto houver monopólios em Portugal, os nossos únicos votos é que se desactualize rapidamente!

22/Março/75

NOTAS

- 1 Em «Manual de Marxismo-Leninismo» de Kusinen, ed. Grijalbo pág. 191, 2.ª edição.
- 2 Em «Manual de Economia Política» da Academia de Ciências da URSS, ed. Estampa, Vol. I pág. 22.
- 3 Em «Études sur le Capitalisme Monopoliste d'État, sa Crise et son Issue» de P. Boccara, ed. Sociales, pág. 446.
- 4 Em documento policopiado intitulado «Les Multinationales» da CGT francesa.
- 5 Decisão da Reunião de Praga sobre as Sociedades Multinacionais.
- 6 Em «Capitalisme Monopoliste d'État» de Tchepakov, ed. Moscovo.
- 7 Da citada decisão da Reunião de Praga.
- 8 Nouvelle Revue Internationale (NRI, 3/73) pág. 33.
- 9 Ver «Sociedades e Grupos em Portugal» de Maria Belmira Martins e «Investimentos Estrangeiros em Portugal» de Salgado Matos.
- 10 Não queremos deixar de alertar para a necessidade de fazer-se um estudo exaustivo das multinacionais em Portugal quer descritivo quer interpretativo económica e politicamente.
- 11 Lista das empresas da amostra: Companhia Eléctrica das Beiras, ÇHENOP, CRGE Companhia Portuguesa de Electricidade, Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela, Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo, UEP, Celuloses do Guadiana, CIDLA, Companhia de Cimentos Tejo, Companhia Portuguesa de Celulose, Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos, Covina, Empresa de Cimentos de Leiria, F. Ramada, Lisnave, Manufatura Nacional de Borracha, Nitratos de Portugal, Sacor, SECIL, Siderurgia Nacional, Socel, Sociedade Portuguesa de Petroquímica, União Fabril do Azoto, Companhia de Águas de Lisboa, Companhias de Cerveja Estrela, Colonial de Navegação, Portuguesa de Pesca, Portuguesa Rádio Marconi, Produtora de Malte e Cerveja Portuguesa, Tabacos de Portugal, CUF, Empor, Intar, Lisboa Electric Tramways, RTP, Salvor, Sociedade de Águas Curia, Sociedade de Águas do Luso, Sociedade Turística da Penina, Tabaqueira, Vidago.
- 12 Ver Avante da 1.ª semana de Fevereiro.
- 13 Artigo quase integralmente publicado no «A Opinião» n.º 43. Escrito em 1/2/74 foi, no regime fascista, cortado pela censura.
- 14 Artigo inicial diferente do actual foi publicado no «A Opinião» n.º 58 de 7/9/74.
- 15 Chama-se concentração do capital ao aumento de volume do capital como resultado da acumulação da mais-valia (trabalho não pago ao operário) obtida numa determinada empresa.
- 16 Centralização do capital é o aumento do volume deste em resultado da junção de vários capitais em um mais volumoso.
- 17 Ver «Parte dos Salários no Rendimento Nacional» de José Gomes e Manuel Ribeiro.
- 18 Ver o citado livro de Belmira Martins.
- 19 Ver «Portugal Através de Alguns Números» de Hugo Blasco Fernandes.
- 20 Ver Avante n.º 6/Série VII de 28/Junho.
- 21 Escrito em francês para «Le Monde» foi traduzido e publicado no «A Opinião» n.º 42 de 18/Maio/74. Sofreu alterações.
- 22 Sobre este assunto transcrevemos a seguinte passagem do Comunicado da Organização dos Economistas do Porto do PCP: «Aumentaram mais os preços em 4 meses de regime fascista que em 7 de democracia. Para a

- zona do Norte, que neste aspecto reflecte a situação do país, duma taxa média de 4,3% no fascismo passou-se para a de 1,8% em democracia. Nos últimos meses do ano verificou-se mesmo uma diminuição de preços.
- 23 Em artigo de Delaunay em «Economie et Politique» sobre Inflação.
 - 24 Idem.
 - 25 Publicado inicialmente em «A Opinião» n.º 49 de 6/Julho/74.
 - 26 Para termos presente como esses aumento são irrelevantes basta pensar-mos que grande parte da população come em cantinas de empresas e uma refeição custa 15 kopeques, preço quase simbólico.
 - 27 Em «Capitalisme Monopoliste d'État» obra colectiva dos economistas do PCP.
 - 28 Sem aprofundar o assunto podemos dizer que as mercadorias produzidas são vendidas como capital-mercadoria e que a força de trabalho é uma mercadoria mas não capital-mercadoria.
 - 29 Idem 23.
 - 30 Em «O que é a Inflação?» de Armando de Castro.
 - 31 Em obra citada em 27.
 - 32 Idem.
 - 33 Idem.
 - 34 Referido documento da CGT francesa sobre multinacionais.
 - 35 Em obra citada em 27.
 - 36 Idem 23.
 - 37 da obra principal de Keynes, «Teoria Geral».
 - 38 Versão inicial publicada no jornal «A Opinião» n.º 68/69 de 16/Nov./74.
 - 39 Em «Revista Internacional» n.º 2 ed. port.
 - 40 A prova mais cabal do afirmado neste ponto é a actual nacionalização da banca e dos seguros.
 - 41 Idem para as firmes medidas quando do 11 de Março.
 - 42 Em livro citado em 3.
 - 43 Na revista «Vie Internationale» Out/74.
 - 44 Em «La Catastrophe Immimente...» de Lenine.
 - 45 Em livro citado em 3 pág. 327.
 - 46 Publicado quase na versão definitiva em «A Opinião» n.º 75 de 11/1/75.
 - 47 Versão inicial no «A Opinião» n.º 56.
 - 48 Versão inicial no «A Opinião» n.º 62/63 de 4/Out/74.
 - 49 Kurt Bachmann, presidente do PC Alemão na NRI 4/71.
 - 50 Em NRI 7/71 pág. 175.
 - 51 Em «Rumo à Vitória» de Álvaro Cunhal pág. 131 da Ed. Opinião.
 - 52 Para compreender melhor este aspecto pense-se no papel que o PPD tinha depois do 25 de Abril e a sua objectiva posição contra-revolucionária quando do 11 de Março.
 - 53 Em NRI 7/71 pág. 179 Pierre Maes.
 - 54 Em NRI 3/72 pág. 135/6 I Krassine.
 - 55 Daí o artigo seguinte publicado em «A Opinião» n.º 58.
 - 56 Segundo a terminologia marxista-leninista, cada vez mais difundida, «monopólio capitalista é o acordo, união ou agrupamento de capitalistas que concentram nas suas mãos uma grande parte da produção e da venda das mercadorias com o fim de assegurarem elevados lucros monopolistas». Na terminologia da economia burguesa uma empresa é um monopólio quando é a única (rigorosamente impossível na sociedade real) no mercado.
 - 57 O aparecimento do MDES está intimamente relacionado com a tentativa de golpe contra-revolucionário de 28 de Setembro.

- 58 Do Documento final da Conferência das Empresas do Norte em Dificuldades Económicas.
- 59 Idem ao referido em 44.
- 60 Publicado inicialmente no «A Opinião» n.º 76.
- 61 Em «Sociedades e Grupos Monopolistas» de Maria Belmira Martins.
- 62 Em «Rumo à Vitória» de Álvaro Cunhal.
- 63 Versão inicial em «A Opinião» n.º 70 de 30/11/74.
- 64 Em «Dialéctica do Conhecimento» de Caio Prado Júnior pág. 359.
- 65 Em «Le Defi Democratique» de Georges Marchais, secretário - geral do PCF.
- 66 Versão inicial em «A Opinião» n.º 55 de 17/Ag./74.
- 67 O termo «desenvolvimento não-capitalista» é controverso e envolve situações muito diversas. Com esta formulação imprecisa pretendem dar cobertura a alguns fenómenos emigratórios que exigiam um estudo mais atento, como sejam o dos emigrantes argelinos e jugoslavos.
- 68 Em NRI Jan/74.
- 69 Versão inicial escrita em 1/1/74, cortado pela censura e publicado no «A Opinião» posteriormente ao 25 de Abril.
- 70 do Programa do PPD.
- 71 em «Economie et Politique» n.º 174 pág. 10.
- 72 Em «Fundamentos del Comunismo Científico» da Academia de Ciências Sociais adjunto ao CC do PCUS.
- 73 Versão inicial publicada em «A Opinião» n.º 84/85 de 12/Março/75.

ÍNDICE

9	Prefácio
13	Introdução
21	Secção I Questões gerais actuais de Economia e de Política
23	I O que são os Monopólios?
31	II Europa: Dois Caminhos, um Futuro
39	III É Possível Combater a Crise Económica
53	IV A Ex-Guerra Colonial e a Economia Portuguesa
63	V A Inflação não é Universal
68	Inflação Porquê e para Quem?
79	VI O Estado e a Actividade Económica
93	VII Contra a Sabotagem Económica, Nacionalização da Banca
101	VIII Uma Incompleta Interpretação de Política Antimonopolista
105	Secção II Monopólios, Reacção e Liberdade
107	I A Vitória contra a Reacção é Difícil mas é Nossa
129	II Sobre o Plano dos 120 milhões
133	III Duas Palavras sobre a Responsabilidade Limitada
137	IV Um Exemplo de Lógica Monopolista
141	V Liberdade para o Povo, Fim dos Monopólios
145	Secção III Monopólios e População
147	I Emigração, Capitalismo e o Portugal de Hoje
153	Secção IV Monopólios, Política Antimonopolista e Comércio Externo
155	I Cooperação Económica
159	II Comércio Externo e Política Antimonopolista
163	Secção IV Conclusões
165	I Conclusões do texto anterior
179	II Comentários sobre o Programa de Política Económica e Social
189	Nota Final
191	Posfácio
193	Notas

MONOPÓLIOS E POLÍTICA ANTIMONOPOLISTA
NO PORTUGAL DE HOJE

Autor

Carlos Pimenta

Colecção

Problemas / Soluções — 1

Direitos

Limiar

Direcção Gráfica

Armando Alves

Composto e Impresso

Inova / Artes Gráficas

Rua de Gonçalo Cristóvão, 305 - Porto

Edição

1.^a / Abril 1975

Editora

Limiar - Actividades Gráficas, Lda.

Rua Gonçalo Cristóvão, 312 - 1.º B - Porto

A004 / D01-40

CARLOS PIMENTA

é actualmente Assistente da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Tem 26 anos e participa, desde os 18 na luta progressista em Portugal, tendo sido, em 1972, forçado ao exílio. Regressado ao país depois do 25 de Abril, colaborou na imprensa com o nome — também seu — de José Gomes. O seu trabalho MONOPÓLIOS E POLÍTICA ANTIMONOPOLISTA NO PORTUGAL DE HOJE inclui a crítica ao actual Programa Económico do Governo.

ACTUALIDADE
ANTROPOLOGIA
ARQUEOLOGIA
ARQUITECTURA
ARTES
CIÊNCIAS
CIVILIZAÇÃO
ECONOMIA
ESTÉTICA
ETNOLOGIA
HISTÓRIA
LINGUISTICA
LITERATURA
FILOSOFIA
POLÍTICA
PSICANÁLISE
SAÚDE
SEXOLOGIA
SOCIOLOGIA
TEATRO
TESTEMUNHO
URBANISMO